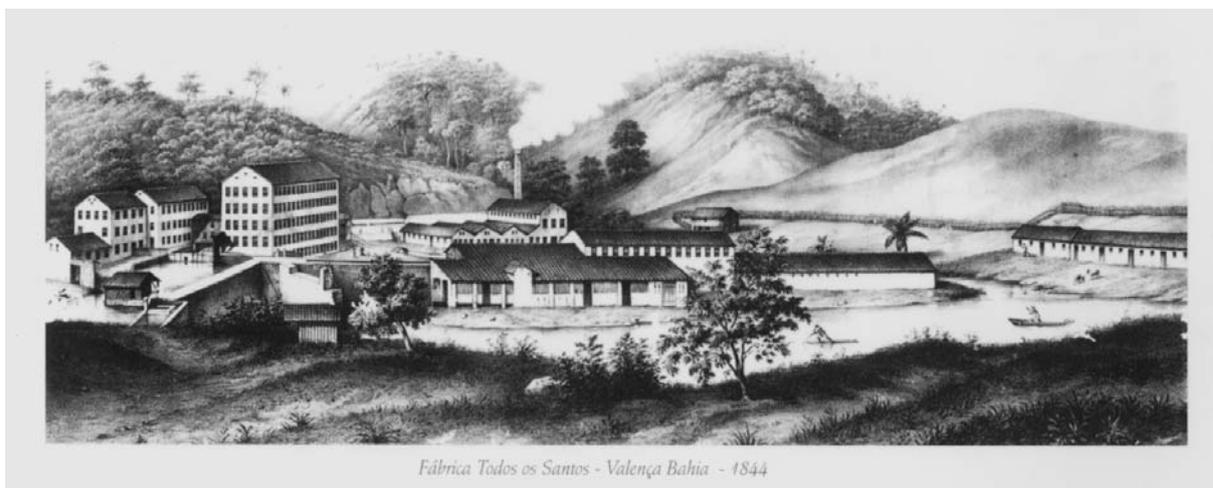




UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AO SOAR DO APITO DA FÁBRICA: IDAS E VINDAS DE OPERÁRIAS(OS)
TÊXTEIS EM VALENÇA-BAHIA
(1950-1980)

Neli Ramos Paixão



Dissertação apresentada ao
Mestrado de História da Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas
da UFBA, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre.

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão de Aras

SALVADOR-BAHIA

2006

*A dona Dalva (in memoriam),
para quem fui a filha que não teve.
Aos meus pais, com afeto e gratidão.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio e a colaboração de várias pessoas, às quais gostaria de expressar toda a minha gratidão. Agradeço a orientação competente e sempre atenciosa da Professora Doutora Lina Maria Brandão de Aras que, mais do que orientar, me deu a mão ao longo de todo o caminho, corrigindo, sugerindo, oferecendo possibilidades, construindo comigo uma relação de confiança e de estímulo fundamentais para a concretização deste trabalho.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, pela contribuição trazida pelas discussões durante o período de aulas, e aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas pela disponibilidade em informar, esclarecer e agilizar os trâmites do Curso. Agradeço especialmente as contribuições do Professor Doutor Antônio Fernando Guerreiro de Freitas e da Professora Doutora Cecília Maria Bacellar Sardenberg, que compuseram a banca de qualificação.

Obrigada aos meus sobrinhos Albert, Indiana, Indeandro e Augusto pela força na sistematização dos dados da pesquisa.

Minha gratidão toda especial aos operários e operárias que tão gentilmente cederam seu tempo e suas lembranças, permitindo-me revisitar o passado através de seus relatos.

Sou grata também à Companhia Valença Industrial, especialmente a Ana Cláudia, Matheus, Humberto, David e José Almeida, que não mediram esforços para possibilitar meu acesso aos arquivos da fábrica e tornaram agradáveis meus dias de pesquisa, e a Jorge Malheiros, por disponibilizar o acervo fotográfico da fábrica.

Agradeço à Direção e aos colegas dos Colégios onde leciono: o Perspectiva, o Social, o COESVA e o João Leonardo, pela vibração solidária

desde a minha aprovação na seleção do Mestrado e pelo constante interesse e estímulo durante a construção do trabalho.

Agradeço pelos incentivos que recebi de amigos e amigas: Ana Maria Carvalho, Wilson de Mattos, Augusto Moutinho, Indinéia Paixão, Alene Lins. Meu muito obrigada a Edmilson França e Mariângela Ramos, colegas historiadores que tão gentilmente compartilharam seus livros, textos e fontes. Meus agradecimentos ao senhor Corinto Menezes e senhora Roselita pela cessão de seu acervo fotográfico, e a Carlos Henrique Passos, pela gentileza em partilhar informações. Obrigada também a Telma Saraiva, Raquel Saraiva, Vanusa e Edvaldo Pitanga, que me acolheram em suas casas durante minha estada em Salvador.

Quero aqui abraçar, agradecida, todos os colegas do Mestrado, em especial Elivaldo, Vânia, Kleber Simões e Maricélia, amigos queridos que partilharam comigo os anseios, angústias e as conquistas ao longo de toda trajetória do Curso, e Jacira Primo, pela efetiva representação da turma junto ao Colegiado.

Obrigada à minha família, que me amparou de todas as formas, sem a qual eu não seria nem poderia nada.

Finalmente, a minha gratidão a Marcelo Lins, amor da minha vida, com quem compartilhei muito de perto cada segundo desta trajetória.

LISTA DE TABELAS

I	Percentual produtivo dos produtos agrícolas de Valença	27
II	Escolaridade do(a) trabalhador(a) X Sexo	45
III	Sexo do(a) Trabalhador(a)	47
IV	Sexo do(a) Trabalhador(a) X Meses trabalhados	48
V	Sexo do(a) Trabalhador(a) X Recomendação quanto a readmissão	50
VI	Funções na produção têxtil	54
VII	Funções fabris X Sexo	57

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

I	Ficha funcional deteriorada	18
II	Ficha funcional de operária não alfabetizada	18
III	Mapa das Ilhas Tinharé, Cairu e Boipeba	25
IV	Ficha funcional de operário admitido aos 15 anos de idade	53
V	Festa do Amparo	96

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	3
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
SUMÁRIO.....	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	11
<i>CAPÍTULO I</i>	24
1 – OS CENÁRIOS: A FÁBRICA E A CIDADE	24
<i>CAPÍTULO II</i>	44
2 - O ESPAÇO FABRIL: A TRAMA SOCIAL NO INTERIOR DA FÁBRICA	44
2.1 - CONSTRUINDO PERFIS	47
2.2 - CONHECENDO AS RELAÇÕES	58
<i>CAPÍTULO III</i>	74
3 - PARA ALÉM DAS PAREDES DA FÁBRICA	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
BIBLIOGRAFIA	102
FONTES	106
ANEXO	111

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir o cotidiano e as relações sociais intra e extra-fabris estabelecidas por operárias da Companhia Valença Industrial, uma fábrica têxtil situada na cidade baiana de Valença, cuja fundação remonta ao século XIX. Por sua importância, revelada pela memória da sociedade valenciana, a Companhia e seus trabalhadores constituíram-se como elementos históricos significativos para a compreensão da dinâmica da cidade, de sua trajetória socioeconômica, de suas particularidades culturais. O estudo utilizou-se das fontes orais, como fonte privilegiada e, além delas, fontes escritas dos arquivos da fábrica e jornais de circulação local, dentre outras. A discussão proposta evidencia a importância da mão de obra feminina para a fábrica, as condições de trabalho, a hierarquia fabril, um perfil daquele grupo de trabalhadores, as relações sociais, o cotidiano doméstico, as formas de socialização e lazer, situando os sujeitos em estudo na sociedade valenciana.

Palavras-chaves: Valença-Bahia – História – Indústria Têxtil – Operários – Cotidiano – Mulheres – Relação de gêneros – Cultura.

ABSTRACT

WHEN THE FACTORY WHISTLE BLOWS: TEXTILE WORKERS' COMINGS AND GOINGS IN VALENÇA-BAHIA (1950-1980)

This study is aimed at discussing the textile workers' everyday life and social relations built both inside and outside their factory (Companhia Valença Industrial), located in the City of Valença (Bahia, Brazil) and dating back to the 19th century. As revealed by the importance assigned by that city's society, the factory and its workers represent significant historical elements to understand the city's dynamics, socioeconomic course and cultural specificities. By drawing basically on oral sources and also written records from the factory files and the local newspapers then in print, the discussion herein proposed builds a profile of those workers from 1950 to 1980, shows where they stand within the city's society and highlights the importance of the female workers' labor for the factory, the working conditions, the factory's hierarchy, the social relations, the everyday life in the household and the kinds of socialization and leisure.

Key Words: Valença-Bahia - History - Textile Industry - Workers – Everyday Life - Women - Gender Relations – Culture.

“Naquele tempo, da minha época, a Companhia tava com dois mil e tantos operários trabalhando. Quando largava o senhor tomava medo, parecia uma procissão, era assim em todos os horários de trabalho”.

(Sr. Sabino Gomes, ex-operário)

*“Tinha gente que só entrava no trabalho...
que a fábrica apitava naquela época...
porque a fábrica apitava!”*

(Sra. América da Conceição, ex-operária)

INTRODUÇÃO

“Trata-se de desvendar hoje as complexas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual é parte integrante”.

Mary Del Priore

As últimas décadas do século XX favoreceram a construção de um novo ambiente historiográfico com o alargamento das possibilidades temáticas e do campo de investigações em pesquisa histórica. Temas que privilegiam o campo da cultura, como família, vadios, mendicância, festas populares, entre outros, vem firmando espaço entre as investigações da História Social, preenchendo lacunas deixadas pela historiografia tradicional, ao dar voz às chamadas minorias – grupos sociais oprimidos, dominados, cujas aspirações, experiências e necessidades, por não serem hegemônicas, ficaram durante muito tempo à margem das preocupações dos estudos históricos –, garantindo-lhes, assim, o estatuto de sujeitos históricos.

Neste contexto estão inseridos os estudos que incorporam as mulheres e as relações de gênero. Em franca expansão, os estudos sobre a mulher¹ vêm, desde a década de 1970, conquistando espaços nas Ciências Sociais e encontrou campo fértil na conduta historiográfica em ascensão. Tem sido notável o crescimento das produções acadêmicas que, em função da visibilidade conquistada pelas mulheres, seja por sua presença no mercado de

¹ Entre outros, SCOTT, Joan . “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.; SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e de metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.; MATOS, Maia Izilda Santos de. *Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea*. Campinas, Cadernos Pagu, nº 11, 1998.

trabalho, seja pela expansão de suas lutas em espaços diversos de participação social, primam pela reconstrução das suas experiências, vidas e expectativas nas sociedades passadas e presentes, tomando-as como objeto de estudo.

As inovações teóricas e metodológicas que foram se instituindo ao longo das últimas décadas, e que abriram espaços para a construção – entre outras temáticas – de histórias de mulheres, possibilitaram também a prática de um exercício de construção histórica que se autocritica, se reavalia, se expande e sofre, conseqüentemente, mudanças e novas revisões teórico-metodológicas, seja no tocante aos temas, aos espaços focalizados, à abordagem ou aos conceitos e categorias utilizados.

Assim, a categoria *gênero* se estabeleceu como possibilitadora de análises que inserem o feminino – a mulher – na complexidade das relações sociais em constante processo de mutação, rompendo com uma pretensa bilateralidade estanque e simplista entre masculino e feminino. A partir dessa categoria analítica, é possível historicizar a constituição de papéis sociais femininos e masculinos enquanto constructos identitários que estabelecem entre si estreita relação.

Ao tomar as/os trabalhadoras/es da Companhia Valença Industrial como objeto de pesquisa histórica procurou-se identificar, na teia das relações travadas no dia-a-dia fabril, os papéis/posições atribuídas a cada sujeito, a definição de seus “lugares” nessa complexa rede, os quais foram estabelecidos por uma diversidade de elementos constituintes do contexto em que estão inseridos, com todas as suas particularidades.

Abordar tal objeto sob a perspectiva da categoria analítica “gênero” permitiu uma leitura inter-relacional das experiências de sujeitos sociais femininos e masculinos, ambos inseridos em um leque de referências a partir das quais constituem seus papéis e estabelecem relações de poder – esta prática social multifacetada que tem nas diferenças sexuais socialmente estabelecidas o elemento fundante de sua estruturação nos diferentes contextos históricos.

No contexto do espaço e do tempo balizados por este estudo, são as mulheres as responsáveis pelo trabalho realizado na feitura do produto final comercializado pela Companhia; entretanto, nenhuma mulher assumiu, na C.V.I., funções de chefia. Esta hierarquização de funções/papéis no interior

da fábrica pode ser traduzida como uma hierarquia de poder que dá predomínio ao masculino. Entretanto, esse “predomínio” não era perene, homogêneo ou absoluto. Nos limites do espaço fabril, embora estivessem sob uma administração masculina, as operárias experimentavam e utilizavam “poderes”², que relativizavam essa aparente hegemonia masculina. Sutil ou abertamente, a hierarquia estabelecida era questionada em diversas ocasiões. É o que revela a ficha funcional de dona Alexandrina Fonseca, tecelã, admitida em 1945 e funcionária até o ano de 1975, quando se aposentou. Constam, no referido documento, quatro registros de suspensões com as quais a operária fora penalizada, três delas, “por estar sentada, discutiu e ofendeu o superior hierárquico.”³

Os comportamentos – que denotam não apenas estratégias de resistência, mas o quão complexas podem ser as relações sociais – não se fazem notar apenas no universo fabril. A mulher operária é também filha, esposa, administradora do orçamento doméstico, mãe, comadre, membro da comunidade religiosa... Em cada uma dessas esferas ela exercita a sua condição de sujeito e, inserida numa teia de relações que estabelece papéis, é também responsável por tal tessitura. Observe-se, por exemplo, a fala de dona Dalza Sarmiento, operária da Companhia entre os anos de 1958 e 1974

“Eu... meu marido nunca queria que eu fosse trabalhar porque ele passava... ele era eletricista... e quando ele passava via o contra-mestre debaixo da máquina olhando os outros, aí ele dizia que os contra-mestre fazia aquilo pra puder ver as mulé... por baixo, né? Eu pra ir trabalhar precisou... adoulo tanto, que ele não... não pra tirar a carteira... ele não deu dinheiro pra tirar a carteira. Aí eu, costurano, tirei a carteira e fui trabalhar⁴.”

Nas recordações de dona Dalza, observamos como a firmeza em sua decisão de trabalhar fora de casa – na fábrica – revela um sujeito social feminino que faz opção, decide, manifesta-se e enfrenta a negativa do

² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

³ Arquivo da Companhia Valença Industrial. “Registro de Empregados e Funcionários”, caixa nº 1, letra A, 1970.

⁴ Depoimento da sra. Dalza Sarmiento. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1998, aos 63 anos.

companheiro ante à sua vontade. Esse exercício de poder permeia as relações nas várias esferas de presença/atuação feminina.

Se as falas das operárias exprimem as visões de expectativas do feminino em relação às suas experiências, a memória dos sujeitos masculinos estabeleceu o contraponto. Das falas de ambos, foi possível construir o mosaico dessas relações, colhendo a visão que se tinha de si mesmo, enquanto sujeito sexualmente definido como masculino ou como feminino, e do outro, bem como, o que se acreditava ser o papel social e os limites de cada um.

A esfera sindical constituiu um outro espaço no qual a atuação feminina, em sua interação com sujeitos masculinos, foi investigada. Nos depoimentos coletados, a participação feminina parecia oscilar entre a repulsa e a participação em momentos pontuais como os de paralisação. As diferentes impressões sobre a atuação do sindicato e sobre a participação feminina nele são reveladoras da diversidade de elementos componentes daquela realidade. A falta de acesso à documentação sindical não permitiu fazer análises mais profundas. Este, entretanto, é um dos aspectos que pretendo discutir neste trabalho.

É neste quadro de reflexões e de abordagens historiográficas que se enquadra o presente trabalho. Identificar os papéis históricos das operárias da C.V.I., através do conhecimento da dinâmica de suas atividades no interior da fábrica e fora dela, das estratégias de superação das dificuldades e da exploração inerente às relações de produção capitalistas foi, sem dúvida, um desafio que implicou na leitura das entrelinhas e que exigiu o esforço de enxergar através da visão do outro, vasculhando-lhe a memória para trazer à tona o cotidiano, este lugar de construção da vida e das relações sociais. É na cotidianidade que os indivíduos adquirem, constroem e desenvolvem as habilidades imprescindíveis para relacionar-se na sociedade em que estão inseridos. Tratar a história na sua diversidade cotidiana é reconhecer, como Braudel que a “história é a soma de todas as histórias possíveis”.⁵ Assim, além de sujeito-objeto de investigação, as operárias da C.V.I. constituíram-se em fontes históricas que possibilitaram a concretização deste trabalho.

⁵ BRAUDEL, Fernand apud DOSSE, François. *História em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, 1992. p. 253.

O recorte cronológico balizador da pesquisa foi o período de 1950-1980, justificado pelo fato de que a década de 50 marcou um momento de maior viabilização das atividades industriais na Bahia. Segundo Nelson Oliveira:

“A década de cinquenta se constituiu em termos regionais numa fronteira nítida entre uma etapa dita imobilista e a retomada de novas expectativas (...) isso no limiar de um novo ciclo de desenvolvimento de âmbito nacional onde a industrialização se transforma numa palavra chave”.⁶

Na mesma época, dados do IBGE apontaram a atividade industrial em Valença como “a mais importante atividade econômica do município”.⁷ Em contrapartida, a década de 1980, baliza final do recorte, corresponde ao período em que a Companhia Valença Industrial começou a enfrentar dificuldades que interferiram na configuração do seu quadro pessoal e trouxeram alterações às condições de sobrevivência de muitos de seus trabalhadores, pois a crise determinou os “cortes” de muitos funcionários, chegando a uma paralisação quase total (exceto manutenção de máquinas) de suas atividades alguns anos depois.

Esta baliza permitiu a construção de um trabalho capaz de evidenciar o desenrolar das expectativas, do desempenho das atividades exercidas pelas mulheres operárias da C.V.I. dentro e fora do ambiente fabril, através das quais elas participaram da história da cidade e se inscreveram como agentes históricas, desmontadoras de ideologias, reelaboradoras de relações sociais, construtoras de estratégias de sobrevivência não somente material, mas, principalmente, social.

O eixo teórico-metodológico da pesquisa foi construído com base na História Social, cujo repertório temático transita pela circularidade das ações humanas sociais e culturais no tempo e nos espaços, sem perder de vista as peculiaridades dos indivíduos e dos grupos. Desse modo, as operárias da C.V.I., como sujeitos de uma interação sócio-cultural específica, não podem ser compreendidas com base em parâmetros e concepções generalizadas.

⁶ OLIVEIRA, Nelson. Notas sobre a Recente Expansão Industrial na Bahia. *Caderno do CEAS*, nº 112. Nov/Dez. 1987. p. 45.

⁷ *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XX Volume, Rio de Janeiro, 1958. p. 409.

Nesta proposta de trabalho, a opção foi a de “escrever contra o peso das ortodoxias dominantes”⁸, reavaliando os amplos esquemas teóricos e a rigidez dos paradigmas em favor de uma história que prioriza a cultura e a dinâmica social, que busca as minúcias dos movimentos sociais e descortina as experiências das minorias, sua cultura, seus valores, empreendendo reflexões do processo histórico sob a perspectiva “dos vencidos”, no dizer de Edgar de Decca.⁹

Thompson produziu um dinâmico resultado teórico quando analisa a plebe inglesa no século XVIII partindo do conceito de **cultura** – com o qual preenche lacunas do marxismo quanto a valores, crenças, costumes, modos de vida e de luta – vinculado ao conceito de **experiência social**, reconstituindo, assim, a dinâmica da vida social a partir do conjunto de elementos que tais conceitos abarcam.

Trabalhando o conceito thompsoniano de experiência social, travaremos o difícil enfrentamento com as racionalizações em torno da teoria, buscando recuperar o “**fazer-se**” histórico das operárias em Valença, sob a perspectiva tanto do labor como das ações cotidianas mais fugidias, investigando as atitudes que lhes conferiram visibilidade histórica e através das quais se posicionaram diante das situações de luta pela sobrevivência, diante das relações de poder constituídas nas diversas esferas de sua presença/atuação e reelaboraram as teias de relações sociais, de trabalho e de gênero em que estavam inseridas.

Nas obras de Thompson, a ação humana emerge, desvelando sua historicidade e projetando homens e mulheres como construtores da própria história e os reconhecendo como sujeitos capazes de modificar, continuamente, as circunstâncias em que vivem, numa concepção teórica compreendida como “uma exploração aberta do mundo e de nós mesmos”.¹⁰

Assim, na perspectiva de trabalho a que este estudo se propõe, travamos com as fontes e com a bibliografia o diálogo que permitiu estabelecer a relação entre as orientações teóricas que valorizem, tanto a prática da investigação – abrindo caminhos para a produção do conhecimento –, como a

⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 12-13.

⁹ DECCA, Edgard Salvadori de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁰ THOMPSON, E. P. op. cit.

idéia de contribuir para a transformação da sociedade, trazendo novo sentido político ao abordar as novas propostas temáticas que dão ênfase a agentes históricos “comuns” e às ações por eles implementadas no seu cotidiano.

A trajetória dos agentes históricos, objeto desta pesquisa, pode ser desvelada, não só, pelos depoimentos por eles concedidos, mas, por fontes escritas mantidas sob a guarda da Companhia, como os Registros de Empregados e Operários¹¹.

As fichas analisadas¹², localizadas nos arquivos da Companhia Valença Industrial, dizem respeito às informações funcionais de 4 682 trabalhadores em suas diversas funções: médico, professora, chefes de seção, serventes, tecelões, porteiros, motoristas, enfim, profissionais que atuavam no chão da fábrica têxtil, como também, nos demais setores e empreendimentos da Companhia, quais sejam: oficina mecânica, carpintaria, usina hidrelétrica do Candengo, fazendas, serraria e fundição.

As 4 682 fichas arroladas foram arquivadas segundo o critério da década (1950, 1960, 1970) ou do ano (1978, 1979, 1980) de desligamento dos trabalhadores, e utilizei as caixas indicativas do período entre 1950 e 1980.

Algumas das informações contidas nas fichas foram suprimidas ao longo desse período, na medida em que o padrão da ficha era modificado. O espaço para a assinatura do empregado, por exemplo – que poderia ser um indicador do número de alfabetizados entre os trabalhadores da fábrica no período – desapareceu no novo formato de ficha utilizado em boa parte do material arquivado nas caixas da década de 1960 e, mais ainda, no formato das caixas referentes às décadas de 1970 e 1980.

As condições de arquivamento das caixas não são as mais adequadas, armazenadas em estantes de madeira, em um espaço restrito, sujeito a constantes infiltrações e goteiras provocadas por chuvas e à ação de insetos xilófagos, como os cupins. Por essa razão, as fichas mais antigas principalmente – expostas há mais tempo às más condições – carregam marcas de deteriorização, o que, muitas vezes, impossibilitou a legibilidade parcial ou total do conteúdo de muitos documentos, como no caso da ficha abaixo:

¹¹ O “Registro de Empregados” em fichas padronizadas passou a ser uma exigência legal a partir de 1935.

¹² Apesar de diversas tentativas anteriores, o acesso às fichas funcionais da C.V.I. só foi autorizado no final do ano de 2005, quando o curso já estava em andamento.

FOTO 01 – Ficha funcional deteriorada



Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Trabalhadores e Operários, 1950-1980.

Entre os dados disponíveis, só estão registradas 556 informações sobre a alfabetização ou não dos trabalhadores. Em 538 desses casos, é a própria assinatura do(a) operário(a) que revela se ele(a) sabia, no mínimo, assinar o próprio nome. Em outras fichas funcionais, uma quantidade ínfima, o departamento pessoal da fábrica registrou a expressão “não sabe ler”, justificando a ausência de assinatura, ou usou da assinatura de terceiros “a rogo” do(a) operário(a) não alfabetizado(a), como exemplifica a ficha abaixo.

FOTO 02 – Ficha funcional de operária não-alfabetizada

COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL

REGISTRO DE EMPREGADOS E OPERÁRIOS

N.º da Carteira Profissional 46102

Série I. A. P. I. n.º

Nome *Alaide Souza*

Filiação *Alta* Est. civil *casada*

Idade *30 anos* Data do nascimento *10-3-34*

Nacionalidade *Brasileira* Lugar do nascimento *Assis*

Residência *Assis*

Data da admissão ao serviço *24-2-73*

Categoria e ocupação habitual *limpeira* Salário *Empreitada*

Forma de pagamento *Empreitada*

Assinatura do empregado

Data *13-3-1983* Data da dispensa *04/10/2001*

OBSERVAÇÕES

Argoço de Alaide Souza
Albânia de Bandeira Souza

Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Empregados e Operários, 1950-1980.

Essas fichas funcionais de empregados revelaram-se muito importantes para a constituição de um perfil – ou perfis – das/os operárias/os da Companhia. Nos dados catalogados foi possível vislumbrar algumas inferências. Há, por exemplo, um grande volume de fichas que têm o espaço reservado para a assinatura do empregado(a), cujo espaço foi deixado em branco, o que pode sugerir a não-alfabetização desses operários/operárias. Um fato a considerar, no entanto, é que muitas dessas fichas foram preenchidas alguns dias, meses e até anos após a efetiva admissão do funcionário, o que pode ter acontecido à revelia do trabalhador para quem não fora solicitada assinatura no referido documento. Mas há casos em que, apesar desse distanciamento de tempo entre a admissão e o preenchimento da ficha, o empregado atesta os dados do documento com sua assinatura. E outras, ainda, que explicitam a informação “Não sabe ler”.

Além da alfabetização ou não dos operários/as, as fichas ofereceram informações sobre a faixa etária dos trabalhadores ao serem admitidos na fábrica, as funções predominantemente masculinas e femininas, os ganhos salariais, a rotatividade de empregados em determinados serviços, a naturalidade, as licenças – inclusive as licenças-maternidade –, os acidentes. Este conjunto de aspectos constituíram parte da trama das relações no interior da fábrica e apontaram para outros aspectos presentes nas experiências/vivências extra-fabris que compunham o cotidiano dessas trabalhadoras/es.

O cotidiano – esse terreno movediço – é, pois, a via de construção da base social. Nele dissolvem-se e revelam-se os aspectos sociais e culturais dos agrupamentos humanos, cuja investigação sugere a necessidade de caminhos alternativos. Desta forma, a História Oral coaduna-se com a História Social, na medida em que possibilita reconstituir a dimensão subjetiva dos processos históricos e instituir sujeitos históricos, os quais, transitando entre passado e presente, oferecem informações, dados e impressões que qualquer registro escrito jamais poderia oferecer.

As fontes orais oferecem a possibilidade de se estabelecerem novos enfoques e reflexões ao capturarem-se as histórias significativas de indivíduos ou grupos sociais que não estão registradas em documentos

escritos, e ao permitir o reexame de realidades não contempladas pela história oficial. Cabe salientar que não é compreensível que o uso dessas fontes estejam apenas a serviço da “história dos vencidos”, afinal as classes dominantes também falam e, igualmente, vivenciam experiências que, uma vez apreendidas pela memória, podem ser fontes reveladoras de informações/interpretações de um determinado contexto histórico. O seu uso nesta pesquisa atende aos propósitos aqui definidos, uma vez que o uso de fontes orais – e toda sorte de contingências que possam derivar desta opção metodológica – são “dimensões da pesquisa ricas em possibilidades que se abrem ao historiador preocupado em surpreender o vivido e as estruturas de sentimento, entendidas como criações culturais, no cerne dos processos históricos em que a luta entre projetos de mundo, entre interesses, ganha visibilidade”.¹³

Por essas razões, os depoimentos das operárias da C.V.I. foram utilizados como instrumentos capazes de revelar valores e costumes gestados num tempo próprio, onde memória e história se fundem. O tempo histórico, nas fontes orais, “não vem inscrito enquanto duração cronológica de experiências e vivências numa progressão linear”,¹⁴ mas aponta para uma multiplicidade de lembranças e esquecimentos, que possibilitarão, com excelência, compreender e desvelar áreas inexploradas da vida diária das trabalhadoras, fazendo emergir a memória expressa na voz, nos gestos e no semblante desses seres sociais.

A fonte oral exige do pesquisador uma postura cuidadosa, paciente e criteriosa, uma vez que “a escuta do outro é a entrada num universo desconhecido, um universo a ser desvendado¹⁵”, passível de revelar o implícito, aquilo que só se evidencia ao olhar atento na leitura das informações gestuais, da entonação, das expressões fisionômicas e dos silêncios.

Em consonância com Alessandro Portelli, “o ritmo do discurso popular carrega implícitos os significados e conotações sociais irreprodutíveis na

¹³ SANTANA, Charles d’Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998, pp. 21-22.

¹⁴ SANTANA, Charles D’Almeida. “Lugares e Memória de Luzes na Cidade de Salvador”. *Anais do Encontro de História Oral do Nordeste*. Salvador: 2000. p. 322.

¹⁵ CALDEIRA, Teresa. Memória e Relato. “A Escuta do Outro”. *Revista do Arquivo Municipal Memória e Ação Cultural*. São Paulo: nº 200. p. 65.

escrita”.¹⁶ Este diálogo com a memória possibilita a compreensão das visões de mundo e dos valores concebidos pelas operárias, ao provocar a interação entre o sujeito e o seu passado, atribuindo à história a condição de lugar de memória e de construção da identidade de indivíduos e/ou grupos sociais. Obras como a de Antônio Torres Montenegro apontam para a elucidação do passado que predomina na memória coletiva e individual, descortinando histórias em contraposição à idéia de uma história única e totalizante, instigando o pesquisador ao desafio de “resgatar os registros das memórias e a forma como estes atuam na determinação da compreensão do passado, do presente e do futuro”.¹⁷

A partir destas reflexões, “revisitei” dois dos espaços onde operários e operárias transitaram, nos quais inscreveram sua história, elaboraram e reelaboraram suas vivências, construíram e foram influenciadas por valores e visões de mundo, imprimiram significados às suas ações, talharam, ao menos em parte, a realidade em que viviam. Tais espaços, divididos pela linha tênue do muro fabril, são: o interior da fábrica – no qual se teceu o cotidiano da vida profissional - e o ambiente doméstico, aqui compreendido como espaço da vida cotidiana familiar e comunitária. Considerando estas duas dimensões, este estudo foi organizado em três capítulos, a saber: o primeiro, intitulado: “Os cenários: a fábrica e a cidade”, apresenta uma construção panorâmica do contexto sócio-econômico mais amplo o qual, vinculado às especificidades dos fatos pesquisados, interferiram no desenrolar das relações de trabalho, sociais e culturais que envolveram as(os) operárias(os) da C.V.I. Nele, fez-se uma breve retrospectiva ao século XIX que permitiu vislumbrar o surgimento de Valença como cidade e sua estreita ligação com a fábrica têxtil que lhe deu o título de “A Industrial”. Ao retornar às suas origens, pretendeu-se dar a dimensão da importância da fábrica Todos os Santos para a cidade, e acompanhar a sua trajetória até meados do século XX, quando representava, já como C.V.I., uma das mais relevantes atividades econômicas de Valença.

Para a construção deste capítulo foram utilizadas as seguintes fontes: Atas das Assembléias Gerais (1899-1918; 1919-1941; 1942-1966; 1967-1984),

¹⁶ PORTELLI, Alessandro. “Forma e Significado da História Oral. A pesquisa como experimento em igualdade.” In “*Projeto História*”. São Paulo: nº 14, Fev/97. p. 26.

¹⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória. A Cultura Popular Revisitada* São Paulo: Contexto, 1994.

Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal (1903, 1904, 1910-12, 1915, 1918-1983), Estatuto Social da Companhia Valença Industrial (1977) localizadas no Arquivo da Companhia Valença Industrial; Atas da Câmara Municipal de Valença, localizadas no Arquivo da Câmara Municipal de Valença; Relatórios e correspondências dos Presidentes Provinciais – Disponível na Internet, site <http://www.uchicago.edu>; além das fontes bibliográficas: OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A industrial Cidade de Valença: um surto de industrialização na Bahia do século XIX.* Salvador: UFBA, 1985; ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. XX volume, Rio de Janeiro: IBGE, 1958; IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, vol. V. Monumentos e Sítios do Litoral Sul. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1988.

O segundo capítulo recebeu o título: “A trama social no interior da fábrica” e seu conteúdo trata da estrutura e das condições de trabalho no interior da C.V.I., com ênfase nas funções atribuídas às mulheres operárias. Trata também das relações estabelecidas com os diversos sujeitos que faziam parte do cotidiano fabril, buscando compreender a teia de relações que ali foram tecidas, rompidas, reestruturadas ao longo do período recortado para este estudo. As seguintes fontes foram utilizadas para a análise feita neste capítulo: Atas das Assembléias Gerais (1899-1918; 1919-1941; 1942-1966; 1967-1984); Registro de Empregados e Operários (1950-1990), disponibilizados pela Companhia Valença Industrial; Depoimentos orais de ex-operárias(os).

O terceiro e último capítulo foi intitulado: “Para além das paredes da fábrica”. Nele, propõe-se uma discussão, a partir principalmente da perspectiva feminina, acerca das condições de sobrevivência dos operários, das atividades domésticas e sua conciliação com o trabalho fabril, da convivência comunitária, das possibilidades de lazer, da religiosidade dos(as) trabalhadores(as) manifestada, especialmente, na festa de Nossa Senhora do Amparo, e da cultura que perpassa ambos os espaços: o ambiente fabril e o externo a ele. Os depoimentos orais de ex-operárias(os) foram, essencialmente, as fontes a partir das quais buscamos conhecer essas relações que, perpassando o cotidiano doméstico e de vizinhança, têm a marca da

informalidade que sugere a necessidade de caminhos específicos de investigação histórica.

As lutas presentes nas práticas sociais das operárias da C.V.I. podem contribuir para a construção plural de identidades no interior da análise histórica. Assim, explicar a forma como as trabalhadoras lidavam com as questões relativas à sua condição de mulher e de trabalhadora no conjunto das relações sociais pode revelar possibilidades de uma reconstrução histórica na qual elas – mulheres e trabalhadoras – reelaboraram sua existência e se instituíram como sujeito da sua história.

As práticas e atitudes cotidianas de um grupo de mulheres dos meios populares, suas relações com a família e com outros agrupamentos sociais são reveladoras de crenças, aspirações, valores ideológicos e padrões de condutas próprias e são, também, expressão de um período histórico e da configuração socioeconômica própria da região onde estão inseridas, elementos que possibilitaram, portanto, vislumbrar uma história das mulheres operárias de Valença.

CAPÍTULO I

OS CENÁRIOS: A FÁBRICA E A CIDADE

Este capítulo apresenta informações que possibilitem ao leitor um panorama histórico da cidade baiana de Valença e de sua fábrica têxtil, situando a problemática estudada. Para isso, foi necessário buscar notícias do século XIX, compreendendo-se que remontam a essa época as origens dos elementos históricos que marcaram e caracterizaram a vida da cidade e, por conseguinte, dos operários e operárias, sujeitos deste estudo.

Valença surgiu como área pertencente, desde 1534, à Capitania de Ilhéus¹⁸, sob a jurisdição da Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu¹⁹, tendo à frente do território o donatário Jorge de Figueiredo Correia e seu tenente Francisco Romero.

Originalmente habitado por povos tupiniquins, o território foi, ao longo do século XVI, palco dos enfrentamentos entre estes nativos, os portugueses colonizadores e os aimorés, estes últimos frustrando por diversas vezes os planos de exploração econômica dos colonizadores²⁰.

Segundo Silva Campos, o povoamento português na região se deu a partir de 1557 em torno de dois engenhos de açúcar instalados por Sebastião de Pontes, na área chamada Ponta do Curral e na primeira cachoeira do Rio Una. Entretanto, os conflitos com nativos aimorés desestruturaram o então Povoado do Una, levando a população a refugiar-se nas Ilhas de Tinharé, Cairu e Boipeba.

¹⁸ Situada entre as Capitanias da Bahia e Porto Seguro, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus “tinha 50 léguas de largura e iniciava-se na foz do Rio Jaguaripe até a barra do Rio Coxim”. Extraído de www.escolavesper.com.br/historia/costa_do_pau_brasil_capitanias_hereditarias.htm em 06/07/2006. De acordo com Carta de Doação assinada por D. João III, Rei de Portugal, em 26 de Junho de 1534, a Capitania, com as suas “50 léguas de costa” e entrando “na mesma largura pelo sertão adentro, quanto puder entrar”, foi doada a Jorge Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real, sob o sistema de donataria.

¹⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia*: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

²⁰ CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

FOTO 03 – Mapa da Ilha de Tinharé.



Fonte: Câmara Municipal de Valença. Acervo fotográfico.

Uma paz relativa foi estabelecida entre nativos e colonizadores a partir da segunda metade do século XVII, quando foram fundados povoados na região para exploração da extração de madeira e de atividades agrícolas.

A partir de 1750, um novo povoado se estabeleceu em torno da Capela de Nossa Senhora do Amparo, conhecido como Povoado do Amparo. Seu desenvolvimento garantiu à região a elevação à categoria de Vila em 1799, com o nome de Nova Valença do Sagrado Coração de Jesus. Mais tarde, em 1849, a sede municipal recebeu o foro de Cidade, sob a denominação de Industrial Cidade de Valença. Este novo nome e a vida da cidade estavam

estritamente vinculados à atividade econômica que ali se iniciara desde o ano de 1844: a indústria têxtil, tópico que será abordado mais adiante.

A localização litorânea de Valença, aliada às características de clima e solo, “são o pano de fundo de toda trajetória econômica dessa Região de forte identidade física e cultural desde o Brasil-Colônia²¹”, com fortes tradições agrícola, pesqueira e portuária, articulando-se com os processos produtivos dominantes do Recôncavo, da região de Salvador e com os espaços mais ao sul, como Ilhéus.

Dessa forma, estudos-diagnósticos de iniciativa governamental identificaram na região onde Valença se insere e da qual é pólo uma vocação articuladora, em que os agentes econômicos estabeleceram vínculos com áreas de maior potencial de riquezas e de maior alcance comercial sem, contudo, depender das “flutuações cíclicas que tem caracterizado as economias regionais agro-exportadoras na Bahia²²”.

A antiga área provincial de Valença especializou-se na oferta de madeira, pescado, mariscos e produtos de subsistência, em especial, a mandioca. Esta forte tradição agrícola, marcada pela diversificação de produtos, constituiu-se numa característica econômica de Valença ao longo do século XIX, que manteve uma importância significativa durante todo o século XX. De acordo com a Revista dos Municípios:

“... os 21.658 habitantes de Valença, ocupam-se, na sua maioria do plantio da mandioca para o lado do Norte, do cacau para o lado do Sul e para o Oeste, nos povoados de Serra Grande, Garapa e Foujo, do café. (...) Para o lado do Sul, até a margem esquerda do rio Graciosa, encontram-se muitas fazendas de cacauzeiros, e grandes plantações de laranjeiras, jaqueiras e dendezeiros. Desta última lavoura que se nota um grande aumento todos os annos, Valença já vae fazendo uma boa exportação de azeites, tornando-se, por isto, um grande competidor de Santarém, Camamu, Igrapiúna, Encarnação e Costa do Norte da Bahia²³”.

A característica agrícola de Valença e região marcou a sua feição econômica por todo século XX e é um aspecto ainda muito presente na realidade destas sociedades. Dados relativos ao final dos anos 1980 informam

²¹ Série Desenvolvimento Regional – 16. Diagnóstico de Municípios. Tabuleiros de Valença. Salvador: agosto de 1995. p. 27.

²² Idem. p. 28.

²³ Revista dos Municípios, 1924.

que a região figurava com o destaque de alguns de seus produtos agrícolas na pauta produtiva da Bahia e mesmo do Brasil.

TABELA 01

Percentual produtivo agrícola na Bahia e no Brasil.

PRODUTO AGRÍCOLA	BAHIA	BRASIL
Cravo-da-índia	94,8%	94,2%
Dendê	72,9%	60%
Piaçava	62,5%	56%
Seringueira	51%	39,5%

Fonte: Série Desenvolvimento Regional – 16. Diagnóstico de Municípios. Tabuleiros de Valença. Salvador: agosto de 1995. p. 28.

Os dados demonstram alguns elementos particularizadores do potencial essencialmente agrícola da região, próprios de suas condições geográficas naturais e de seu direcionamento produtivo.

“Essas particularidades da Região de Valença não se evidenciaram por acaso, sendo, de fato, o fruto de uma lenta maturação, desde os anos 60 com o concurso de órgãos como a CEPLAC – Comissão Executiva do Planejamento da Lavoura Cacaueira, a SUDHEVEA – Superintendência do Desenvolvimento da Borracha, a BAHIATURSA – Empresa de Turismo da Bahia S/A, o DESENBANCO – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, e a Secretaria de Agricultura do Estado, que zonaram o solo, revelaram as potencialidades regionais e incentivaram, técnica e financeiramente, os produtores locais e de outras áreas a investir nos Tabuleiros”.

Ao lado do potencial agrícola e pesqueiro de Valença, desenvolveu-se nesta cidade, no século XIX, a atividade têxtil, marcando profundamente, não somente, a sua história econômica, mas também, aspectos de sua organização sociocultural, com “um surto de industrialização com características muito especiais²⁴” que contribuiu para uma nova dinâmica, absorvendo para o trabalho fabril parte significativa da mão-de-obra local.

A instalação da fábrica promoveu paulatinamente um certo desenvolvimento interno, que se revelou através da reorganização urbana, com a criação da vila operária; do serviço de distribuição de água potável e de energia elétrica para a cidade - energia gerada pelas turbinas hidráulicas

²⁴ OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Industrial Cidade de Valença: Um surto de industrialização na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, 1985.

da fábrica²⁵. As informações acerca do fornecimento destes serviços são corroboradas na Revista dos Municípios:

“Se ella, a Companhia, usufrue resultados do seu vultoso capital, ali empregado, também é certo, que tem offerecido aos valencianos, expontaneamente, e por preços minimos, os serviços mais importantes e necessarios a um povo civilisado, taes como agua, luz e força, acrescidos com o embellezamento da cidade, com grande numero de novas construções; no offerecimento de meios de transporte, ao commercio local por preços baixos, nas suas tres grandes embarcações; no auxilio prestado a tudo que diz respeito a salvação pública do Município; e muito principalmente, porque dispensa a 1024 operarios, os meios de subsistencia, beneficio este que attinge a mais de 3000 pessoas de suas famílias²⁶.”

A Fábrica Todos os Santos surgiu em um contexto bastante desfavorável, enfrentando problemas para a aquisição de matéria-prima e dificuldades em relação ao mercado. Segundo Pamponet Sampaio,

“na década de 1840-1850, motivos de ordem técnica impediram que as fábricas trabalhassem com toda a sua capacidade. Neste caso estava a fábrica Todos os Santos, funcionando com apenas a quarta parte de seu maquinário e com um número insuficiente de operários adestrados, (...) Só no começo da década de 1860-1870, atribuiu-se a capacidade ociosa das fábricas a problemas de mercado. A mesma fábrica, Todos os Santos, situada em Valença, é mencionada na Fala [do Presidente da Província] de 1860 como produzindo apenas a metade de sua capacidade, em virtude da não colocação de seus produtos na Província²⁷.”

No que se refere à questão da matéria-prima para a indústria têxtil, o autor situou a produção algodoeira na Bahia a partir do século XVI e em processo de expansão até o século XIX, salientando a evidência do seu declínio por volta de 1850. Apesar disso, constatou-se o aumento na produção das fábricas de tecidos, dada à necessidade de sacos para a exportação de produtos agrícolas, e, de tecidos para a confecção de roupas dos escravos e das camadas mais humildes da população. O autor conclui que “a matéria-prima para as fábricas de tecidos era oriunda, em grande parte, de outras Províncias, não se havendo constituído o algodão da Bahia, portanto, em fator determinante para o aumento do número dessas fábricas²⁸”

²⁵ IPAC- BA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Vol. 05. Monumentos e Sítios do Litoral Sul, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, Salvador, 1988. Ver também AGUIAR, Durval Vieira de. Op. cit. p. 251.

²⁶ Revista dos Municípios, 1924.

²⁷ SAMPAIO, José Luiz Pomponet (Coord.) . *A Inserção da Bahia na evolução nacional – 1850-1889. Atividades Produtivas, Vol 2.* Salvador : Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia / Fundação de Pesquisas – CPE, 1978. pp. 207-8.

²⁸ SAMPAIO, José Luiz Pomponet. Op cit. p. 229.

Ao referir-se à fábrica têxtil existente em Valença, menciona-a como consumidora diária de 45 arrobas de algodão proveniente de Alagoas, em virtude da inferioridade da qualidade do produto baiano. Além de Alagoas, figuram Sergipe, Pernambuco e Minas Gerais como províncias exportadoras de algodão para a Bahia, especialmente nos anos 50 do século XIX.

Além das oscilações provocadas pelo contexto internacional (demanda, concorrência), a produção algodoeira baiana enfrentava dificuldades relativas ao transporte, encarecido pelas distâncias entre o sertão baiano – principal zona produtora – e o centro fabril e exportador, razão pela qual utilizava-se a matéria-prima advinda de outras províncias a partir das quais o transporte era mais fácil. Apesar de todos esses embaraços, a fábrica acabou por constituir-se “um empreendimento de grandes proporções sustentado por vultosos capitais²⁹”.

Os limites impostos ao desenvolvimento da indústria no Brasil são cicatrizes da nossa origem colonial. Desde esse período, as atividades industriais desenvolvidas sempre tiveram papel secundário, e qualquer tentativa de diversificação que configurasse desafio aos interesses da metrópole era tolhida por sérias medidas restritivas. De acordo com Pamponet Sampaio,

“As dificuldades para criar indústrias no Brasil remontam às interdições da época colonial, quando o alvará de 05 de janeiro de 1785 proibiu a existência de fábricas na Colônia, ordenando que se fechassem as que existiam, exceto as de produção de panos grosseiros usados para vestir escravos e enfiar produtos de exportação³⁰”.

Apesar das medidas liberalizantes adotadas em 1808, quando da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, as fábricas surgidas eram estabelecimentos de pequeno porte, e tiveram, em geral, vida efêmera, uma vez que esbarraram em uma série de limitações. José Luiz Pamponet Sampaio avaliou que tais medidas, ao contrário de estimular a atividade industrial no Brasil, trouxeram-lhe outras dificuldades. Seu argumento se apóia nos estudos de Celso Furtado e ele conclui que:

“Já então, porém, a nova situação política, decorrente da mudança dessa Corte para o Rio de Janeiro, permitia que as manufaturas inglesas entrassem no Brasil, pagando taxas ínfimas. Ao lado disso,

²⁹ OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 5.

³⁰ SAMPAIO, José Luiz Pamponet. Op. cit. p. 199.

o preço dos seus produtos era tão baixo em decorrência das primeiras invenções mecânicas, que ‘tornou difícil a própria subsistência do pouco artesanato têxtil que já existia no país. A baixa de preços foi de tal ordem que se tornava praticamente impossível defender qualquer indústria local por meio de tarifas’³¹.”

Não obstante a situação desfavorável, ocorreram durante a primeira metade do século XIX várias tentativas de implantação de fábricas, que foram paulatinamente ganhando importância. A Bahia tornou-se, então, nos anos 60 do século XIX, o maior centro têxtil do Brasil, sediando seis das nove fábricas de tecidos existentes no país. Na década de 1870, as fábricas valencianas figuravam com destaque: a Todos os Santos, empregando 250 trabalhadores, e a Nossa Senhora do Amparo, 180 operários, ambas produzindo 1.100.000 m/ano e 600.000 m/ano de tecidos, respectivamente.³²

O setor têxtil ascendeu no período e tornou-se relevante para a economia industrial brasileira e, também, baiana, devido a dois fatores fundamentais. Um deles teria sido a série de medidas protecionistas do governo, as quais serão abordadas mais adiante. O outro fator diz respeito às oscilações do câmbio, que levaram grandes comerciantes importadores a diversificar a aplicação de seus capitais, “uma vez que passassem a produtores dos artigos que importavam, poderiam ganhar como produtores, o que deixavam de ganhar como importadores, nas épocas do encarecimento das importações”³³. De fato, a fábrica de tecido Todos os Santos, em Valença, foi um empreendimento mantido pelo capital de três empresários residentes em Salvador: o português Antônio Francisco de Lacerda, o norte-americano John Smith Gillmer e Antônio Pedroso de Albuquerque.

Antônio Francisco de Lacerda era membro da Associação Comercial da Bahia em 1840. De acordo com Waldir Freitas Oliveira:

“É possível que, a exemplo de muitos outros, houvesse estado ligado, em outros tempos, ao tráfico de escravos, desde que, em maio de 1830, o Consulado Britânico na Bahia comunicava ao seu Governo suas suspeitas acerca da participação no comércio de africanos, do navio “Angélica”, comandado por Joaquim Ignácio do

³¹ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 11 ed., São Paulo: Fundo de Cultura, 1964. p. 106-107. Apud SAMPAIO, José Luiz Pamponet. Op. cit. pp. 199-200.

³² SAMPAIO, José Luiz Pamponet. Op. cit. pp. 203-204.

³³ VERSIANI, Flávio Rabelo & VERSIANI, Maria Tereza R. O. *A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição*. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 125-6. Apud SAMPAIO, José Luiz Pamponet. Op. cit. pp. 199-200.

Livramento, considerado ‘aparentemente, da propriedade de Antônio Francisco de Lacerda, Comerciante nesta Praça’³⁴’.

Segundo registro das Companhias e Sociedades Comerciais da Secretaria do Tribunal de Comércio da Província da Bahia, citado por Waldir Freitas Oliveira, Antônio Francisco de Lacerda participou da firma “Ribeiro, Costa & Companhia”, cuja atividade ligava-se ao

“... tráfego de transportar por mar em alvarengas de todos os gêneros de importação e exportação para carregar e descarregar embarcações nacionais e estrangeiras de longo curso, grande e pequena cabotagem, no porto e ancoradouros desta Cidade e bem assim rebocá-los por meio de vapores, e fazer quaisquer outros serviços ou trabalhos inerentes ao dito tráfego³⁵”.

O segundo sócio, John Smith Gillmer, nasceu na Pensilvânia, e, na Bahia, fez-se sócio de uma firma comercial, a “John S. Gillmore”, assumiu o Consulado dos Estados Unidos na Bahia entre 1851 e 1862, e foi eleito um dos diretores da Associação Comercial da Bahia entre 1843 e 1846 e, em outra gestão, entre 1848 e 1857.³⁶

O terceiro sócio da Todos os Santos, Antônio Pedroso de Albuquerque, era um dos mais bem sucedidos negociantes da Bahia. Góes Calmon a ele se referiu como um homem que “tudo adquiria em paga das avultadas dívidas que com ele tinham os senhores de engenho³⁷” e, dessa forma, fazia fortuna recebendo como pagamento terras, casas, metais e pedras preciosas, engenhos, tornando-se assim um “símbolo local do poder capitalista³⁸”. Além disso, foi sócio de duas Companhias de Navegação – a “Santa Cruz” e a “Bomfim” – e, ocupou-se, antes dos anos 50 do século XIX, do tráfico negreiro, tornando-se “um dos maiores comerciantes de escravos³⁹”.

Juntos, estes negociantes se tornaram industriais, investindo capitais em um empreendimento que, naquele momento, foi um exemplo de inovação tecnológica no seu aparato mecânico, importado dos Estados Unidos e Inglaterra, cuja força motriz era hidraulicamente acionada.

³⁴ OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 61-62.

³⁵ Idem, p. 64.

³⁶ Idem, p. 69-71.

³⁷ CALMON, Francisco Marques de Góes. “Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial da Bahia, de 1823 a 1900”. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Edição especial do Centenário. Bahia: 1923. pp. 384 e 386.

³⁸ OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 58-61.

³⁹ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001. p. 286.

Ao discutir as dificuldades encontradas por diversas fábricas baianas, Thales de Azevedo salientou esta particularidade da Todos os Santos que, ao contrário de outras unidades fabris, não encontrava embaraços quanto ao tipo de energia que movimentava seu maquinário:

“O combustível utilizado pelas fábricas a vapor era, ou o carvão-de-pedra importado da Inglaterra, ou a lenha, cujo consumo empobrecia a própria região e era já trazida de muito longe porque os engenhos e usinas haviam promovido o desflorestamento do Recôncavo desde o período colonial. Somente em Valença havia energia hidráulica acessível à sua fácil utilização, o que explica o florescimento da indústria local⁴⁰”.

Além da energia hidráulica, a presença de outros equipamentos atesta o elevado nível de investimento tecnológico feito na Fábrica. Nos anos iniciais de funcionamento já contava com seis esfarrapadeiras⁴¹ de fabricação americana, que esfarrapavam 2.000 libras de algodão enfardado diariamente; sessenta cardadeiras⁴² e vinte e duas maçarqueiras⁴³, máquinas de primeira torção e de separar mechas para o início da fiação; dez armações com 200 ou 180 fusos; cento e trinta e cinco teares. Possuía, ainda, uma fundição de ferro e bronze equipada com foles, uma ferraria, carpintaria e mercearia, demonstrando um elevado grau de autonomia.

É, inclusive, questionável a razão de tamanho investimento em uma vila distante e de pouca importância no cenário econômico da Província, especialmente se considerarmos que seus investidores residiam justamente no centro comercial e financeiro da Província, Salvador, que comandava, em grande parte, as transações da economia baiana do século XIX.

A atividade comercial centrada em Salvador poderia ser, supostamente, muito mais atrativa do que o investimento na atividade industrial, por si só cercada de entraves num país de origem colonial, que tinha nos discursos políticos da época um reforço ao seu “destino agrário”⁴⁴, os quais apontavam

⁴⁰ AZEVEDO, Thales de. & LINS, Edilberto Quintela Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympica Editora, 1969. pp. 192.

⁴¹ Esfarrapadeira: Equipamento utilizado para abrir o algodão prensado em fardos.

⁴² Cardadeira: Equipamento utilizado para o destrinchamento das fibras de algodão e, posteriormente, sua limpeza. Desfazendo-se nós e limpando as fibras, a cardação permite que se forme uma fita própria para ser fiada.

⁴³ Maçarqueira: Equipamento onde se processa a mudança de embalagem do material de fita para pávio, adequado ao melhor uso nos filatórios e possibilitando a fabricação do fio desejado.

⁴⁴ SAMPAIO, José Luiz Pomponet. Op. cit.

a agricultura de exportação como a mais viável possibilidade de desenvolvimento econômico.

Os entraves se avolumavam, então, ante a ausência/inconstância de incentivos fiscais à indústria, ainda mais no interior da Província, estagnada por uma crise agrícola que atingia boa parte da sua produção. Esses incentivos fiscais, apontados por Pamponet Sampaio como um dos fatores de sobrevivência da indústria têxtil na Bahia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, estiveram presentes de forma ambígua e inconstante. Mesmo assim, não se pode desconsiderar sua importância, reconhecida pelos próprios industriais, como revelam as correspondências entre estes e representantes dos poderes públicos, bem como, registros de falas e relatórios de presidentes da província.

“A Industria da Província também apresenta algum desenvolvimento, apesar das causas que entorpecem a sua marcha, e que fazem mesmo murchar em flôr as mais lisongeiros esperanças. Estas causas são, no meo entender, a falta de capitaes, de segurança, e de espírito d’associação. Permitti, Srs., que algumas breves reflexões desenvolvão esta opinião. Temos visto malograrem-se entre nós empresas industriaes, aliás mui bem combinadas, não tanto por não poderem competir os seos productos, com os que exportão os Paizes Estrangeiros, como porque os Empresários desanimão, faltos de recursos pecuniários, para perseverarem em suas especulações, e se quereis disto uma prova conveniente, recorrerrei à historia dos nossos Estabelecimentos Industriaes, e vereis que aquelles que demandão o emprego de grandes capitaes são mais ou menos auxiliados pela Assembléa Geral Legislativa para se poderem manter⁴⁵.”

O apoio governamental poderia advir sob forma de empréstimo, como o que o deputado Dr. Eduardo França propôs em projeto à fábrica de Valença, a Todos os Santos (1846-1847), ou, através de leis protecionistas, como a Lei nº 374, de 12 de novembro de 1849, que impunha 2% sobre o produto exportado que fosse encapado ou enfardado com tecidos estrangeiros⁴⁶.

As condições gerais de uma sociedade agrário-escravista provocaram uma certa oscilação nas ações de proteção à indústria por parte do governo, o que levou a Todos os Santos a queixar-se, em ofício de 1876, que “esse benefício pouco nos tem aproveitado, pois que só de uma medida geral e

⁴⁵ Fala que recitou o presidente da província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, na abertura da Assembléa Legislativa da mesma província em 25 de março de 1848, Typ. De João Alves Portella, 1848. Extraído de www.crl.edu/content/brazil/BAH.htm. Grifo meu.

⁴⁶ Idem. p. 205.

permanente é que devemos esperar a certeza do futuro para podermos marchar desembaraçados⁴⁷”. Entretanto, a mesma Todos os Santos reconheceu, em ofício posterior (1881) emitido por seus diretores que “este estabelecimento tem sido desde a sua criação isento de todos os Impostos provinciaes, em virtude de leis especiaes feitas em seu favor e d’outras fabricas”.

O abastecimento inicial da matéria-prima para a Todos os Santos fora realizado pela produção algodoeira da Comarca de Rio de Contas, região do sertão baiano de produção significativa do início do século XIX:

“Enfatizou que, 25 anos antes, o “Arraial de Caitité” era “pobre, deserto e só manejava o diminuto comércio de gado”. Já naquela altura de final do século XVIII, tornara-se ‘o mais rico daqueles sertões’, depois da cultura do algodão. Deve-se registrar que, além do amplo consumo interno, pelos teares manuais, exportava-se para os fusos mecânicos de Manchester, Liverpool e outros centros têxteis ingleses e franceses⁴⁸”.

Entretanto, as oscilações impostas especialmente pela conjuntura internacional, que acarretaram dificuldades de crédito para a lavoura algodoeira, produção de qualidade inferior, queda de produção, dificuldades de transporte, determinaram a importação, por parte da Todos os Santos, do algodão de áreas mais distantes, como as vizinhas províncias de Sergipe e Alagoas.

Pamponet Sampaio dispõe alguns dados sobre um desses entraves à comercialização do algodão do Rio de Contas para a Vila de Valença:

“A dificuldade de transporte para o sertão baiano sempre foi um dos grandes fatores negativos para o seu desenvolvimento. Assim, os produtores de algodão dessa região enfrentavam os maiores obstáculos para fazê-lo chegar às fábricas de tecidos que se foram estabelecendo no Recôncavo.

Na Fala de 1847⁴⁹, referências são feitas ao algodão vindo do Rio de Contas através da estrada de Maracás, que se encontrava com a de Valença, chegando à vila de Valença depois de muitos dias de viagem. Esse transporte, sobre o qual se cobrava frete bastante alto, era feito por mulas⁵⁰”.

⁴⁷ Idem. p. 206.

⁴⁸ BETENCOURT, José de Sá. Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no Termo da Vila de Camamú, Comarca dos Ilhéos, Governo da Bahia. [Lisboa]: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1798. Apud NEVES, Eivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (um estudo de História Regional e Local)*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 1998.

⁴⁹ Refere-se à fala do Presidente da Província da Bahia, o Conselheiro Antônio Ignácio d’Azevedo, de 02 de fevereiro de 1847.

⁵⁰ SAMPAIO, José Luís Pamponet. Op. cit. p. 197.

A opção da firma Lacerda e Cia. de instalar a Todos os Santos, apesar do contexto aparentemente desfavorável, e a sua evolução marcou e marca visceralmente a história de Valença, tanto do ponto de vista econômico, como pelos efeitos culturais e sociais produzidos em sua sociedade.

“Tratava-se da instalação de uma fábrica de grandes proporções, as margens do rio Una, em Valença, à altura da segunda cachoeira, a partir da foz, contando com abundante força hidráulica e um inicialmente presumido fácil abastecimento de matéria prima, a ser fornecida pelas terras da Comarca do Rio de Contas ⁵¹”.

As dificuldades se impunham não só do ponto de vista da produção, mas também, no que diz respeito à comercialização. O mercado consumidor dos tecidos da Todos os Santos acabou por limitar-se, praticamente, à própria província e à vizinha Pernambuco e – apesar do seu grande potencial produtivo, pelo qual mereceu ser considerada “a melhor do Império e talvez Sul-América⁵²” – a fábrica jamais chegou a operar em toda sua capacidade. No seu primeiro ano de funcionamento, “a fábrica estava a trabalhar com pouco mais da quarta parte das suas máquinas⁵³”.

Diferentes desafios se impunham à indústria têxtil baiana ao longo de sua existência no século XIX, restringindo suas possibilidades de produção. Entre 1840-50, por motivos de ordem técnica; problemas de mercado foram apontados como os entraves dos anos 1860-70; por fim, a difusão de estabelecimentos do mesmo ramo em diversas províncias, entre os anos 1870-80 provocou uma concorrência acirrada, trazendo dificuldades às fábricas⁵⁴.

O projeto da Lacerda e Cia. enfrentava dificuldades que os proprietários não puderam antever. Para vencê-las, solicitavam constantemente o apoio das autoridades governamentais, o qual não chegava a contento. Solicitava-se a proteção ao empreendimento, esperando retribuí-la com a prosperidade e “os incalculáveis benefícios que dos seus bons resultados provirão ao país”. Reconhecia-se que “os embaraços e

⁵¹ OLIVEIRA, Waldir Freitas. op. cit., p. 36.

⁵² SAMPAIO, José Luís Pamponet. Op. cit. p. 202.

⁵³ OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 38.

⁵⁴ SAMPAIO, José Luís Pamponet. Op. cit.

despesas com que tem lutado (...) e ainda lutam vão muito além de todos os cálculos e previsão que em seu começo haviam imaginado⁵⁵”.

O governo provincial e o imperial, por certo, não despenderam o apoio na medida das necessidades. A despeito, inclusive, da visita do próprio Imperador, em 1860 – que descreveu a fábrica como “um excelente estabelecimento onde trabalham como em família 200 para 300 operários, pela maior parte do sexo feminino com bellas máquinas, sobretudo as americanas⁵⁶” – a Todos os Santos acumulou prejuízos.

Uma rentabilidade sempre aquém das expectativas, dificuldades quanto ao suprimento de matéria-prima, a dura concorrência com o tecido estrangeiro, a exigüidade do mercado consumidor na Província – todos esses fatores aliados determinaram a dissolução da sociedade Lacerda e Cia. Apenas Antônio Pedroso de Albuquerque permaneceu à frente do empreendimento, agora como seu único proprietário. Pedroso de Albuquerque adquiriu as partes do patrimônio pertencentes aos sócios Antônio Francisco de Lacerda e John Smith Gillmer por 250:000\$000 (duzentos e cinquenta contos de réis) e, sob sua exclusiva propriedade, a fábrica funcionou por mais 16 anos até o encerramento definitivo de suas atividades em 1876.

Desde o ano de 1860 já funcionava em Valença uma outra fábrica têxtil: a Nossa Senhora do Amparo, também às margens do rio Una, cuja propriedade era da firma Madureira e Dultra, dos senhores Bernardino de Sena Madureira e Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho.

Sena Madureira era valenciano de nascimento, filho de família abastada. Na cidade, era proprietário de uma serraria a vapor, uma fundição e uma fábrica de vidro, além de embarcações. Segundo Waldir Freitas, teria sido Madureira o anfitrião que hospedou o Imperador D. Pedro II em 1860, quando de sua visita a Valença, conforme relatou em seu Diário de Viagem:

“A casa em que estou é muito boa e bem arranjada. Pertence aos Madureira (Casimiro e Bernardino) e sôbre a porta tem – *Dois irmãos* – 1850.

⁵⁵ OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 38.

⁵⁶ Idem. p. 40-41.

6 h. – Pelo rio leva até a serraria de Bernardino de Sena Madureira. (...) Tem uma comporta que serve para esta fábrica e a de Todos os Santos mais em cima⁵⁷”.

Dultra Rocha Filho era comerciante estabelecido em Salvador e foi um dos fundadores do Banco da Bahia. Figurava na capital da província como um dos “elementos de maior conceito e responsabilidade financeira na praça⁵⁸”.

A fábrica têxtil fundada por estes empreendedores era mais modesta que a Todos os Santos, mas contava com equipamentos mais modernos e objetivava confeccionar – além dos tecidos grossos que já tinha lugar no mercado – tecidos mais finos. Essa tendência foi verificada em outras fábricas têxteis que, em 1881, diversificaram sua produção, embora ainda predominasse a produção de tecidos mais grosseiros.

A Fábrica Nossa Senhora do Amparo produzia nesse período brins brancos para roupas, brins riscados, toalhas, guardanapos, lonas, além de tecidos para sacos de açúcar e café⁵⁹. Todavia, ela não teve muito melhor sorte que a Todos os Santos. Enfrentou as dificuldades similares àquelas enfrentadas pelos sócios da Lacerda e Cia. Os entraves econômicos que “afligiam as indústrias de tecido instaladas na Província⁶⁰” levaram a Nossa Senhora do Amparo a buscar novos investidores, capazes de injetar capitais que garantissem sua manutenção. Assim, Bernardino de Sena Madureira associou-se a Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho, compondo a firma Madureira e Dultra. Sílvio Humberto Cunha faz referência a essa associação:

“Os comerciantes investiram também na indústria, participando diretamente da fundação de fábricas ou entrando com aporte de capital, como fizera Luiz Rodrigues Dultra Rocha Filho, um dos fundadores do Banco da Bahia, que se associou a Bernardino de

⁵⁷ Diário de D. Pedro II. In: LIMA, Joaquim Manoel Rodrigues. (org). *Memória sobre o estado da Bahia*. Salvador: 1893. pp. 189-191.

⁵⁸ CALMON, Francisco Marques de Góes. “Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial da Bahia, de 1823 a 1900”. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Edição especial do Centenário. Bahia: 1923. pp. 384 e 388. Apud OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 84.

⁵⁹ SAMPAIO, José Luís Pamponet. Op. cit. p. 210-211.

⁶⁰ OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 42

Sena Madureira, proprietário da fábrica de tecidos Nossa Senhora do Amparo, constituindo a firma Madureira & Dultra⁶¹”.

Em 1869, sem ver superada a crise que assolava a fábrica desde o seu nascedouro, a Madureira e Dultra vendeu a Nossa Senhora do Amparo a Antônio Francisco de Lacerda, antigo sócio da Todos os Santos, que a registrou como pertencente à firma Lacerda e Irmãos, constituída por filhos de Antônio Francisco.

Como as dificuldades não cessaram, a Lacerda e Irmãos vendeu a fábrica. Segundo Waldir Freitas Oliveira, isto teria ocorrido após o falecimento de Antônio Francisco de Lacerda, momento em que seus filhos Antônio, Augusto Frederico e Joaquim de Lacerda deixariam de ser tão somente proprietários nominais da fábrica e deveriam assumir “a responsabilidade pelas suas dívidas na precária situação que ela se encontrava⁶²”. Os herdeiros não demonstraram disposição em desgastar-se com negócios tão pouco rentáveis.

Em 1877 procedeu-se à venda da Nossa Senhora do Amparo à firma Moreira, Irmão e Cia – constituída pelos irmãos José e Luiz Pinto da Silva Moreira e pelo sócio Domingos Gonçalves de Oliveira – a qual adquiriu, seis anos mais tarde, a inativa Todos os Santos.⁶³

A partir da década de 70 do século XIX, especialmente entre 1875 e 1890, os dados disponíveis referentes permitiram inferir uma tendência de crescimento das fábricas têxteis existentes na Bahia, traduzido pela expansão de seus capitais e pela ampliação de suas instalações. A respeito da fábrica têxtil valenciana, Pamponet Sampaio relata:

“O aumento de capital da N. S. do Amparo processou-se a partir dos sócios já existentes em 1877: Moreira, Irmão & C., com 200:000\$000 (duzentos contos de réis), e Domingos Gonçalves de Oliveira, com 100:000\$000 (cem contos de réis), utilizando-se esse capital para expansão da capacidade produtiva⁶⁴”.

⁶¹CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. *Um Retrato Fiel da Bahia: Sociedade-Racismo-Economia na Transição para o Trabalho Livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902*. Tese de doutorado. UNICAMP, 2004.

⁶²Inventário de Antônio Francisco de Lacerda. Arquivo do Estado da Bahia. Apud OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 44.

⁶³ Quando da aquisição da Todos os Santos, a firma compradora estava sob nova razão social: Moreira, Oliveira e Cia. OLIVEIRA, Waldir Freitas. Op. cit. p. 45.

⁶⁴ SAMPAIO, José Luís Pamponet. Op. cit. p. 221.

No final dos anos 1880, mudanças significativas ocorreram na organização econômica do setor, com uma tendência ao estabelecimento de sociedade por ações, que concentrou e verticalizou empresas. Data desse período (1887) a fundação da Empresa Valença Industrial, que englobou as fábricas Todos os Santos e a Nossa Senhora do Amparo, além de uma fundição, uma serraria, fazendas, trapiches, barcos, chafarizes e encanamento d'água.

Em 1899, firmava-se a sociedade anônima sob a denominação de Companhia Valença Industrial (C.V.I.), conforme atesta a ata:

“O Snr Presidente fez sciente que esta reunião tinha por fim, conforme os annuncios que os convocara, a transformação da Sociedade em Comanditta por acções, da qual eram sócios, em uma companhia anonyma sob a denominação de Companhia Valença Industrial⁶⁵”.

A organização das sociedades anônimas não foi uma ação exclusiva da C.V.I. Era uma alternativa que se revelou viável em vários pontos da Província, como forma de fazer frente às adversidades que a atividade industrial sempre enfrentara no Brasil.

“Antes, porém, desta data, teve início, em 1887 a formação de sociedades por ações, incorporando as unidades fabris existentes até então. O processo atingiu seu auge em 1891, quando todas as fábricas implantadas antes de 1890 fundiram-se em grandes sociedades anônimas⁶⁶”.

Com um capital inicial de 800:000\$000 (oitocentos contos de réis)⁶⁷, a Companhia Valença Industrial revelou uma tendência ao crescimento, o que pode ser denotado pela construção de um novo pavilhão em 1907-08; pela exigência posterior, em 1922, da construção da Usina Hidrelétrica do Candengo, a princípio com duas turbinas e, depois, na década de 30, ampliada para três, o que representou significativa melhoria no abastecimento elétrico da cidade, pela instalação de novos telhados, usando

⁶⁵ Companhia Valença Industrial. Livro de Actas das Assembléias da Companhia Valença Industrial. Acta da Assembléa de 24 de julho de 1899. p. 01.

⁶⁶ SAMPAIO, José Luís Pamponet. Op. cit. p. 202.

⁶⁷ Idem, ibidem. p. 223.

telhas de fibrocimento⁶⁸ em 1948, além da aquisição de novas máquinas e pela instalação de laboratório de controle entre 1958-61⁶⁹.

As possibilidades de modernização e crescimento ficaram evidenciadas nos registros da empresa, como se pode verificar no excerto seguinte:

“A Assembléia, considerando o programa de investimentos da empresa na aquisição de maquinaria para modernização de seu parque industrial estimado em aproximadamente em Cr\$ 10.000.000,000 (dez milhões de cruzeiros), deliberou a distribuição aos acionistas de um dividendo de 3% (três por cento), sendo o restante levado a conta de reserva para a renovação do equipamento, após deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda⁷⁰”.

Os empreendimentos industriais desenvolvidos em Valença a partir do século XIX tiveram significativa repercussão no cenário econômico da província e, mesmo, do Império, e contribuíram para efetivar mudanças na cidade ao longo das primeiras décadas do século XX. Para além dos entraves que marcaram de forma aguda a história das fábricas têxteis que deram origem à Companhia Valença Industrial, prevalece o fato de que esta se tornou um referencial para a cidade.

Os periódicos locais atestaram, em diversas ocasiões, a importância que de maneira geral era imputada à fábrica. Um dos mais emblemáticos foi o editorial do jornal “O Manacá”:

“Muito obrigado minha querida C.V.I., você faz parte do nosso coração, você é a gente, você é poeta, você é viva e você existe, você nos acorda para o dia a dia de todos os dias, você é profuso em Progresso⁷¹”.

Ou ainda:

“Fábrica Nossa Senhora do Amparo – Celeiro da classe humilde, onde mais de hum mil operários disputam diariamente o Pão Nosso de cada dia⁷²”.

⁶⁸ Telhas de fibrocimento: Telhas constituídas por fibras de amianto e cimento, fabricadas em diversos modelos, tamanhos e espessuras, segundo www.escolher-e-construir.eng.br, consultado em julho de 2006.

⁶⁹ IPAC- BA. Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia. Vol. 05. Monumentos e Sítios do Litoral Sul, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, Salvador, 1988.

⁷⁰ Companhia Valença Industrial. Livro de Actas das Assembléias da Companhia Valença Industrial. Assembléia Ordinária de 30/04/1975. p. 98.

⁷¹ Acervo da Câmara Municipal de Valença. *Jornal “O Manacá”* – Ano IV – 31/03/1979. nº 090 – Valença-Bahia. Capa.

⁷² Acervo da Câmara Municipal de Valença. *Jornal “Folha da Cidade”* – Ano V I – 10/11/1970. Nova Fase nº 154 – Valença-Bahia, capa. O texto figurava como legenda de uma fotografia da fachada da Fábrica Nossa

No imaginário de parte significativa da população esta noção de grandiosidade, de importância econômica e, até mesmo, de benevolência atribuída à fábrica também se fez presente.

“Quem fez o mercado de Valença foi a fábrica, quem fez a recreativa foi a fábrica, quem fez aquelas duas casas da entrada foi a fábrica. Foi a vila e fora as propriedades que tinha por aqui, que era da fábrica. Quem mantinha o hospital era a fábrica⁷³”.

Acreditava-se, não sem alguma razão, que em torno da fábrica se dera o crescimento e desenvolvimento que se efetivou em Valença, não somente, do ponto de vista econômico, com a absorção crescente da mão-de-obra urbana, mas também, promovendo alterações na organização social, urbanística e cultural da cidade. Na visão do senhor Arlindo Paes: “A fábrica é o celeiro da produtividade e o celeiro do desenvolvimento da cidade. Sem a fábrica a cidade não produzia porque o comércio é muito fraco, a lavoura é fraca⁷⁴”.

Serviços de água potável e energia elétrica⁷⁵, que a princípio atendiam apenas à manutenção da indústria e dos trabalhadores habitantes da vila operária, estenderam-se gratuitamente a órgãos públicos e casas filantrópicas e acabou por beneficiar toda a população, mediante o pagamento de tarifas à fábrica. Além disso, ofereceu efetiva contribuição no que diz respeito aos meios de transporte, uma vez que dispunha de embarcações que traziam a matéria-prima e levavam a produção fabril para Salvador e outras cidades, cujo acesso era realizado por via marítima.

Dentre as embarcações merece destaque a Escuna Industrial, inaugurada em dezembro de 1925, de construção alemã, que se constituiu a mais significativa possibilidade de transporte para a cidade quando a

Senhora do Amparo e fora produzido por Albino Farias de Sousa, aluno da Escola Técnica de Comércio da cidade de Valença.

⁷³ Depoimento do senhor Nelson Palma aos 85 anos. Trabalhador aposentado.

⁷⁴ Depoimento do senhor Arlindo Paes da Fonseca aos 75 anos. Trabalhador aposentado e ex-sindicalista.

⁷⁵ Revista dos Municípios, 1924.

Companhia de Navegação Bahiana deixou de prestar os serviços regulares de transporte, dificultados pelo acúmulo de detritos na foz do rio Una⁷⁶.

Até mesmo a estrutura urbana sofreu modificações a partir de intervenções da fábrica. Em 1922 criou-se a Vila Operária, com a edificação de 143 casas, ampliada em mais 23 novas casas em 1928. Um investimento que, de acordo com a análise de Marilécia Santos, atendia aos propósitos da fábrica:

“A vila possibilitava uma interferência racional no cotidiano dos trabalhadores e havia uma fiscalização constante. A permanência da fiscalização justificava-se pela necessidade de vigiar os hábitos que eram diversos numa Bahia tão mestiça. Não questionar formalmente o regulamento e submeter-se às normas disciplinares também pode ser uma estratégia dos trabalhadores para terem acesso aos prêmios e merecimentos destinados àqueles considerados “bons trabalhadores” e mesmo a continuação da moradia, pois trabalhar e ter onde morar era uma condição indissociável⁷⁷.”

A criação de vilas operárias foi um fenômeno presente em todos os países que se industrializaram e, de acordo com Paul Singer: “Trata-se de uma resposta do grande capital ao movimento operário, cuja ideologia (anarquista, socialista ou comunista) é sempre anticapitalista⁷⁸”. Além disso, criavam-se condições para que mulheres operárias, sobre quem a sociedade imputou a responsabilidade pelo lar, pudessem conciliar casa e trabalho, através da proximidade que a vila lhes assegurava.

Os contornos urbanos da cidade passaram, então, a obedecer à lógica do sistema capitalista: de um lado, os trabalhadores, concentrados num espaço geográfico limitado, sob o controle e a disciplina da fábrica, agora estendido aos próprios lares; do outro, separado pelo rio Una, membros de camadas sociais mais abastadas, instalados em meio ao centro comercial-financeiro e administrativo da cidade.

Dialeticamente, a Vila, em sua função disciplinadora⁷⁹ dos operários e operárias, constituiu-se também num espaço de uma cultura operária,

⁷⁶ SILVA FILHO, Basílio Machado da. *Notas geográficas sobre a cidade de Valença*. Valença-Bahia: Tipografia Tupy, 1958.

⁷⁷ SANTOS, Marilécia Oliveira. *A “cidade do bem”: uma escola de disciplina*. Extraído de <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos> em outubro de 2006.

⁷⁸ SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1988. p. 73.

⁷⁹ Para discussão acerca do papel disciplinador das vilas operárias, ver: SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1988. SANTOS, Marilécia Oliveira. *Empório da Utopia: o*

permeada pela solidariedade entre os trabalhadores, pela postura político-eleitoral de oposição, pela religiosidade marcante. Uma cultura tão significativa que extrapolou os limites da vila e converteu-se em marca histórica em toda a cidade.

Assim é que a Nossa Senhora do Amparo⁸⁰, padroeira dos operários (vale recordar que a Santa dava nome à segunda fábrica, uma das quais originou a C.V.I.), é, ainda hoje, amplamente homenageada, não somente pelos operários, mas por toda a cidade, a tal ponto que o 8 de novembro, dia de N. S. do Amparo, é feriado municipal, e mobiliza, desde as novenas que o antecedem, a população valenciana, superando, inclusive, a festa daquele que é o padroeiro oficial do município, o Sagrado Coração de Jesus. Sua repercussão estava presente nos periódicos locais:

“Foi uma festa espetacular, garbosa e sem maior confusão a festa de Nossa Senhora do Amparo, padroeira de Valença. Muita animação nas novenas onde o espetáculo dos fogos de artifício davam um brilho a magestosa obra realizada pela Prefeitura no adro do Amparo. A procissão de encerramento no último dia 8 foi uma das mais bonitas já vistas em Valença⁸¹”.

Eis uma demonstração de como os trabalhadores e trabalhadoras da C.V.I., em seu movimento de constituição como grupo social específico, atuaram na sociedade valenciana, não somente, como força de trabalho, mas, também, como força social que interfere decisivamente na história. Essas e outras manifestações culturais, sociais e políticas que marcam profundamente a história de Valença têm estreitas ligações com a fábrica, a partir da qual a cidade cresceu, modificou-se, a qual fez orbitar em torno de si durante muito tempo o cotidiano de homens e mulheres, cuja história e identidade por ela perpassam e vão se manifestar de uma forma muito peculiar nas relações sociais, na cultura e na religiosidade do povo valenciano.

projeto industrial de Luís Tarquínio. Dissertação de Mestrado, PPGH-FFCH-UFBA, 2000. LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

⁸⁰ PASSOS, Carlos Henrique Ferreira dos. *Histórico da Igreja do Amparo*. Valença: exemplar digitado, 1988. De acordo com este autor, o culto a Nossa Senhora do Amparo data de 1757, embora a capela que deu origem a Igreja do Amparo date de 1597, nesta ocasião dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte. Segundo Passos, a data original da Festa do Amparo era o 15 de fevereiro, transferida para 8 de novembro por Bernardino de Sena Madureira, proprietário da fábrica Todos os Santos. Entre 1912 e 1941, por causa de um sinistro que destruiu parte da Igreja, a festa teria sido celebrada no interior da fábrica têxtil e estendida às ruas da vila operária.

⁸¹ Associação Baiana de Imprensa. *Jornal Tribuna Litorânea*. Ano II – 15/11/1977 - nº 19 – Cidade Industrial de Valença.

CAPÍTULO II

O ESPAÇO FABRIL: A TRAMA SOCIAL NO INTERIOR DA FÁBRICA

O presente capítulo objetiva revisitar a estrutura e as condições de trabalho dos operários e operárias da Companhia Valença Industrial, com especial atenção ao trabalho feminino, bem como, analisar os meandros das relações que se estabeleceram no cotidiano fabril entre os agentes sociais presentes naquele contexto.

Para tanto, concentrou-se especial atenção nos dados e informações contidas nas fichas funcionais, cujos conteúdos – embora partam do ponto de vista dos patrões ou de profissionais com cargos de chefia que, não raramente, se alinhavam às perspectivas patronais – oferecem significativos caminhos para a análise. Como contraponto, os relatos e depoimentos de operários e operárias possibilitam vislumbrar a maneira como estes sujeitos apreenderam e interiorizaram suas próprias experiências no mundo fabril, o que permitiu seguir-se “o fio condutor da mediação subjetiva dos próprios dominados”.⁸²

A Tabela abaixo oferece alguns números extraídos das fichas analisadas, relacionando o sexo dos trabalhadores com as informações registradas quanto à escolaridade:

⁸² LOPES, José Sérgio Leite. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

TABELA 02
Escolaridade do(a) trabalhador(a) X Sexo

Sexo do (a) trabalhador(a)	Alfabetizado(a)	Não-alfabetizado(a)	Total de indicações quanto à escolaridade
FEMININO	198	10	208
MASCULINO	340	8	348
TOTAL	538	18	556

Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Trabalhadores e Operários, 1950-1980.

Estes números refletem apenas 11,9% do total de fichas analisadas, razão pela qual não se pode inferir detalhadamente sobre as condições de escolaridade do conjunto dos trabalhadores fabris do período em estudo.

O número acentuado de trabalhadores masculinos indicados como “alfabetizados” pode ser reflexo de uma acessibilidade desigual entre os gêneros à escola, mas, se considerarmos alguns fatores presentes na realidade da Companhia Valença Industrial no período, algumas flexibilizações neste raciocínio serão necessárias. Consideraram-se dois deles: o primeiro diz respeito às diferentes funções ocupadas por homens e mulheres, com destaque para o fato de que funções administrativas, de chefia ou técnicas – atividades que estavam em um plano hierárquico superior – eram quase que exclusivamente ocupadas por homens. Supõe-se que, nestes casos, a escolaridade era uma exigência, condição *sine qua non* para a ocupação do cargo. O segundo fator leva em consideração uma significativa rotatividade entre trabalhadores do sexo masculino, tópico que discutirei adiante, a qual acentua a presença masculina nos registros.

Entretanto, os casos que omitem tanto a assinatura do(a) empregado(a) quanto a observação do departamento pessoal não nos permitem assegurar a condição de analfabeto(a) do operário(a), uma vez que a assinatura pode, simplesmente, não ter sido solicitada, em razão de um preenchimento da ficha posterior ao ano de admissão, ou por outras razões, que não foi possível conhecer.

Os dados levantados apontam algumas questões significativas para a construção de um quadro de atividades, comportamentos e conflitos presentes no interior daquelas relações fabris, bem como, possibilitam vislumbrar um

perfil dos(as) trabalhadores(as) que atuaram na C.V.I. durante o período estudado, e permitem, a partir do uso da categoria gênero, analisar a presença feminina na complexidade dessas relações.

A partir desta perspectiva, é possível construir um estudo das trajetórias dessas mulheres trabalhadoras no âmbito fabril, um dos espaços onde constantemente vivenciam as tramas das relações de poder freqüentemente reforçadas, mas também reelaboradas nas experiências do cotidiano.

Refletir sobre as relações sociais de gênero é incluir na pauta um dos importantes instrumentos de organização das sociedades através dos tempos. Não se trata apenas da diferenciação do sexo, mas de uma reflexão acerca dos perfis – feminino e masculino – socialmente estabelecidos e hierarquizados. Homens e mulheres estão muito além de serem apenas naturalmente macho ou fêmea: são categorias histórica e culturalmente construídas, e que estabelecem entre si profundas relações.

De acordo com Lia Zanotta Machado, “a noção de gênero aponta para o caráter implicitamente relacional do feminino e do masculino”,⁸³ em que “o princípio da existência da masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos.”⁸⁴ É relevante, portanto, a concepção dessa distinção de mundos no que tange à dominação do masculino sobre o feminino, o que promove de maneira constante uma desigualdade imbricada no sistema de relações sociais, sob diversas formas, e desde tempos remotos. Entretanto, esta relação de dominação, vinculada que está às formas de organização social e aos processos de elaboração mental e cultural de cada povo, em cada tempo, não se constitui tão absoluta e fechada: de fato, outras formas de relações de poder puderam ser e efetivamente foram engendradas ao longo do tempo.

A análise dos comportamentos, das relações, dos enfrentamentos e reconstruções dos(as) trabalhadores(as) da C.V.I. permitiu que se visualizassem mecanismos de alteração das normas estabelecidas pela ideologia masculinizante, que promoveram oscilações e/ou rupturas nos padrões de comportamento dominante. No cotidiano desses(as) operários(as),

⁸³ MACHADO, Lia Zanotta. Introdução. In: COSTA, Albertina de Oliveira. e BRUSCHINI, Cristina (org). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 9.

⁸⁴ SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: v. 16, nº 2, jul/dez, 1990.

as suas relações mesclam dominação masculina e afirmação feminina, o que torna transitáveis as fronteiras entre esses diferentes “mundos”.

CONSTRUINDO PERFIS

Partindo-se dos números representados pelas fichas funcionais, uma quantidade muito maior de trabalhadores masculinos que de trabalhadoras compõem o quadro das 4 682 fichas analisadas, conforme a tabela abaixo:

TABELA 03

Sexo do(a) trabalhador(a)

Sexo do(a) trabalhador(a)	Frequência numérica	Percentual válido
FEMININO	1 464	31,3%
MASCULINO	3 218	68,7%
TOTAL	4 682	100%

Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Trabalhadores e Operários. 1950-1980.

Aparentemente, a tabela construída a partir dos dados apresentados nas fichas arroladas parece contradizer as notícias de uma intensa presença feminina nas fábricas têxteis,⁸⁵ e, mais especificamente, na Companhia Valença Industrial⁸⁶. Entretanto, é justamente sobre as fichas de trabalhadores do sexo masculino que incide a grande maioria das demissões freqüentes, com períodos relativamente curtos de contratação e permanência no emprego, o que indica uma elevada rotatividade em algumas das funções por eles exercidas. Observe-se a tabela:

⁸⁵ Ver referências à presença eminentemente feminina nas tecelagens em LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 317; DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 23; BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978. pp. 137-138, entre outros.

⁸⁶ O Diário da visita de D. Pedro II (1860) faz referência “à maioria feminina de trabalhadores na Fábrica Amparo”.

TABELA 04

Sexo do(a) trabalhador(a) X Número de meses trabalhados⁸⁷

Sexo do trabalhador	Número de meses de trabalho (inferior a um ano)											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	Total
FEMININO	44	25	30	33	27	28	23	16	15	18	17	276
MASCULINO	356	209	170	135	131	112	77	71	62	53	59	1 435
TOTAL	400	234	200	168	158	140	100	87	77	71	76	1 711

Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Trabalhadores e Operários. 1950-1980.

É notável a prevalência de trabalhadores masculinos entre aqueles que ficaram por menos de um ano empregados na fábrica. Em todos os quadros, desde a permanência por um mês apenas até à permanência por 11 meses no emprego fabril, foram os trabalhadores homens a maioria dos que, por razões diversas nem sempre explicitadas nas fichas, entraram e saíram da fábrica sem manter-se estavelmente empregados. Esse dado pode ser considerado um fator explicativo do acentuado número de trabalhadores do sexo masculino registrados nas fichas utilizadas nesta pesquisa. Eles não compunham a maioria dos trabalhadores em atividade no período estudado, mas foram contratados em maior número, devido à rotatividade visível em 1 711 das 4 682 fichas arroladas.

No que se refere à permanência de trabalhadoras no emprego fabril, os dados revelam uma certa perenidade incidindo mais sobre a presença feminina do que sobre a presença masculina. Entre os 398 trabalhadores que tiveram sua aposentadoria registrada nas fichas analisadas, 212 são do sexo feminino.⁸⁸ Este número de registro de aposentadoria corresponde a apenas 8,5% do total de trabalhadores arrolados. Sobre os demais, embora o cálculo entre a data de admissão e a data de desligamento possa sugerir tempo suficiente ou não para o encaminhamento da aposentadoria, não há registro explícito sobre esse dado.

De resto, como não é possível saber se o(a) trabalhador(a) tinha em carteira o registro de outro emprego, fora da fábrica, que pudesse ser somado

⁸⁷ O número de meses trabalhados na tabela restringe-se a períodos inferiores a um ano de serviço.

⁸⁸ De acordo com a Lei 3 807, de 26 de agosto de 1960 da Lei Orgânica da Previdência Social, em seu artigo 32: “A aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao segurado que completar 30 (trinta) e 35 (trinta e cinco) anos de serviço, respectivamente, com 80% (oitenta por cento) do “salário do benefício” no primeiro caso, e, integralmente, no segundo”. Esta informação está disponível no site www.previdenciasocial.gov.br/sislex, acessado em novembro de 2006.

como tempo de serviço para aposentadoria, não enveredei por estes cálculos. Em outros casos, a ausência dessa informação pode estar ligada às condições de conservação de muitos dos documentos, que, entre desaparecidos⁸⁹ e deteriorados, não nos permitiram inferir se outros(as) tantos(as) trabalhadores(as) alcançaram, através do trabalho na fábrica, a sua aposentadoria.

Com o foco apenas no que estava explicitamente registrado nas fichas da fábrica, os dados da Tabela 03 e as informações possíveis sobre o alcance da aposentadoria sinalizam que, em alguma medida, muitas trabalhadoras da fábrica conseguiram, para além da contratação, uma permanência no emprego, que pode ser reveladora de certos mecanismos de luta e autodefesa, de estratégias de sobrevivência ou, por outra, de garantia da preservação dos meios de sobrevivência conquistados.

A política do “fazer por viver”, a astúcia presente em certas atitudes – dissimuladas, em alguns momentos; “indisciplinadas”, em outros –, frente aos superiores hierárquicos, a dedicação obstinada ao trabalho e ao máximo possível de produção eram elementos presentes nas ações de mulheres operárias para fazer frente ao complexo de relações existentes no espaço fabril em cujas relações elas estavam inseridas.

De acordo com Carla Beozzo Bassanezi, “o ‘jeitinho [feminino]’ reproduz o sistema desigual, mas, por outro lado, ameaça, e até contribui para subverter este sistema.”⁹⁰ Trata-se de uma maneira própria de conduzir os relacionamentos que pode admitir uma diversidade de leituras e interpretações. Submissão ou estratégia? As falas das operárias entrevistadas – que logo trarei à discussão –, e mesmo, as fichas funcionais, nas anotações registradas pelos chefes de seção, revelam a mescla de um e outro elemento, em diferentes dosagens, a depender das circunstâncias. O fato é que, entremeando uma e outra, um número significativo de mulheres operárias trabalharam durante décadas na fábrica, conquistando, ao final desse período, a sua aposentadoria.

⁸⁹ Saliento aqui o fato de não ter localizado fichas de trabalhadores conhecidos, inclusive, alguns dos entrevistados, nas caixas correspondentes ao seu período de emprego na fábrica.

⁹⁰ BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 344.

Mesmo quando não é a permanência, mas o desligamento do(a) trabalhador(a) da fábrica o fator observado nos dados das fichas funcionais, o que se nota é um número considerável de anotações que recomendam a não reconstratação de determinados operários homens.

TABELA 05
Sexo X Recomendação quanto à readmissão

Sexo do(a) trabalhador(a)	Recomendação		Total
	POSITIVA	NEGATIVA	
FEMININO	14	29	43
MASCULINO	86	315	401
TOTAL	100	344	444

Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Trabalhadores e Operários. 1950-1980.

Entre os trabalhadores masculinos, esse número é de 315 recomendações negativas, isto é, de não reconstratação. Foi um total de 444 recomendações explícitas quanto à possibilidade de readmissão ou não de trabalhadores afastados da fábrica.

Embora se leve em consideração a intensa rotatividade que incidiu sobre trabalhadores masculinos, percebe-se, pelos dados da tabela, que, para cada recomendação positiva referente a trabalhadoras havia cerca de duas recomendações negativas. No caso dos homens, para cada “pode ser readmitido” constante nas fichas, havia aproximadamente 3,7 orientações de “jamais readmiti-lo novamente”. Em outras palavras, do total de recomendações feitas para trabalhadores homens, 78,6% propunham não permitir o retorno do trabalhador como empregado da fábrica. Entre as mulheres, o número cai para 67,5% dos registros referentes a esse tipo de recomendação.

Estes dados, aliados aos já citados, podem, de modo genérico, atestar comportamentos ou desempenhos diferenciados entre operários e operárias, que favoreceram uma permanência mais longa no trabalho ou uma apreciação mais positiva destas em relação àqueles. Tais comportamentos podem revelar não apenas uma adequação ao sistema fabril de onde extraem sua sobrevivência, mas, além disso, a construção de meios para, na condição de sujeitos, reelaborarem e reconstruírem constantemente a dinâmica de suas relações com o sistema fabril, abrindo frestas em meio à dominação – de

classe e de gênero –, que favorecem a visibilidade da presença e atuação de mulheres operárias.

Do mesmo modo, quando são observados os dados referentes à ocorrência de advertências ou à aplicação de suspensões⁹¹, nota-se, de novo, uma prevalência do trabalhador masculino. Nas fichas analisadas, registraram-se 125 suspensões, das quais 109 foram aplicadas sobre trabalhadores homens por diversos motivos, sendo o mais freqüente as “faltas injustificadas” ou “faltas excessivas” ao trabalho. Entre as advertências registradas nas fichas, encontrei 94 dirigidas a trabalhadores do sexo masculino, e 14 casos em que operárias foram advertidas.

Se, de um lado, a ocorrência de punições relativamente menor sobre o contingente feminino de trabalhadores da fábrica pode sugerir um comportamento feminino de adequação estratégica ou não às regras do sistema fabril, por outro lado, os registros dos casos de punição permite relativizar uma pretensa passividade ou submissão atribuída às trabalhadoras. Casos como o da operária Alexandrina Fonseca, tecelã admitida em 1945 e funcionária até o ano de 1975, quando se aposentou, e que foi reincidentemente punida por “desacatar superior hierárquico”. Esta operária, através de seu comportamento, atesta uma não perenidade no exercício do poder de seus superiores hierárquicos no ambiente fabril. Ela desafiava a ordem estabelecida ao sentar-se para um descanso não permitido no horário do trabalho, partia para o enfrentamento contra os chefes de seção a que estava subordinada, ainda que isso lhe valesse a punição da suspensão e conseqüente redução em sua remuneração. Tais situações não a impediram de chegar aos trinta anos de admissão na Companhia, que culminou com a sua aposentadoria.

A maioria dos trabalhadores presentes na fábrica no período em estudo era de solteiros no momento da admissão. O estado civil dos operários aparece em 4 383 do total de fichas analisadas, dentre as quais constam 2 288 solteiros e 953 solteiras. Ainda que este dado diga respeito à condição civil formal definida pelo casamento legal, dois outros fatores levam a crer que a

⁹¹ A advertência consistia em uma repreensão verbal, cujo registro era assinado pelo(a) trabalhador(a) para efeito de arquivamento. A suspensão implicava em ausência compulsória ao trabalho, por um período estabelecido pela administração da empresa, com descontos sobre o salário referentes ao período deste afastamento.

maioria desses “solteiros(as)” não tivessem de fato família por eles constituída no momento da admissão: primeiro, a grande quantidade de jovens de 12, 13, 14 anos contratados pela fábrica, especialmente nas primeiras décadas do século XX, perpassando o período balizado neste estudo – dado este informado tanto pelo registro da idade/ano de nascimento como visualizado nas fotos de operários(as) ainda fixadas em algumas fichas funcionais, cujas fisionomias ainda guardavam sinais de infância; segundo, a ausência de nomes de filhos no quadro reservado ao registro de dependentes.

Observe-se, por exemplo, as informações contidas na ficha da operária Anarolina Sacramento que, tendo nascido em 1915, tornou-se trabalhadora fabril em 1928, aos 13 anos de idade, assumindo a função de encruzadeira. Sua ficha consta das caixas analisadas porque, até o ano de 1963, ela ainda trabalhava na fábrica, como é possível notar no registro de férias de sua ficha funcional. Constata-se que D. Anarolina trabalhou pelo menos 35 anos da C.V.I., e, embora esta informação não esteja explicitada em seus registros de trabalho, é possível supor que tenha se aposentado com este tempo de serviço, uma vez que o último registro de suas remunerações foi feito em julho de 1963.

Em seguida, a ficha do aprendiz Rosalvo Luzia Café dos Santos, que, com seus 15 anos incompletos, entrara na fábrica e cuja fotografia anexada ao seu registro funcional atesta a fisionomia de menino já incorporado ao mundo do trabalho.

FOTO 04 – Ficha funcional de operário admitido aos 15 anos.

MÊS		DIA	
JAN			
FEB			
MAR			
ABR			
MAI			
JUN			
JUL			
AGO			
SET			
OUT			
NOV			
DEZ			
TOTA			

COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL

REGISTRO DE EMPREGADOS E OPERARIOS

N.º de Carteira Profissional 23.591 N.º _____
 Série 1 I. A. P. I. _____

Nome ROSAIRIO LUZIA CAFÉ DOS SANTOS
 Filiação Pedro dos Santos e Isabel Café dos Santos
 Idade 15 anos Data do nascimento 14/12/1945
 Nacionalidade brasileira Lugar do nascimento Valença - Bahia
 Residência _____
 Data da admissão ao serviço 18 de setembro de 1960
 Categoria e ocupação habitual Apprendiz de Feador
 Forma de pagamento Tarefa Salário _____
 Nomes dos beneficiários _____

Assinatura do empregado Rosaírio Luzia Café Santos
 Data 18 de setembro de 1960 Data da dispensa 02/03/1961

OBSERVAÇÕES

13 9:18

EMPREGADO N.º _____ NOME Rosaírio Luzia Café dos Santos N.º 23.591 I. A. P. I. _____

Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Empregados e Operários, 1950-1980.

É possível, portanto, supor a partir dessas e de outras fichas analisadas que um número significativo de moças e rapazes de camadas sociais populares buscavam na fábrica o emprego para seu próprio sustento ou para o auxílio/sustento de sua família ascendente. Os depoimentos das operárias D. Mariinha⁹² e D. Zélia⁹³ confirmam essa perspectiva quando elas dizem que começaram a trabalhar aos 12 e 11 anos, respectivamente, por causa do falecimento do pai e a conseqüente necessidade de ajudar a mãe a manter a casa.

Em alguns casos, foi possível acompanhar a mudança de estado civil. Observações quanto à alteração de nomes das trabalhadoras e mesmo a inscrição “casado(a)” presente em nova ficha preenchida pela fábrica para operários já contratados denotam a evolução na vida particular do(a)

⁹² Depoimento da sra. Maria Almeida Baião (D.Mariinha). Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1999, aos 84 anos.

⁹³ Depoimento da sra. Zélia Pereira Paixão. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 199, aos 84 anos.

trabalhador(a) da C.V.I. que, tendo os meios para prover o sustento de uma família, constitui a sua própria.

A condição de casado(a) no momento da admissão estava presente em 1 116 fichas, dos quais 69,6% eram homens. Entre os viúvos, o sexo feminino compunha a maioria (57,7%) dentre os 26 trabalhadores neste estado civil.

Oficialmente casadas ou não, as mulheres que pariam tinham aparentemente assegurada, a licença- maternidade de 3 meses. Os registros com a expressão “parto” nos quadros reservados à anotação de salários aparecem em 167 fichas e, em poucos casos, notou-se coincidência entre o retorno da licença e a demissão. Alguns registros, num total de 10 entre as fichas observadas, explicitam casos de aborto como motivo para o afastamento do trabalho, por alguns dias, de operárias.

A maioria das operárias da fábrica ocupava as funções diretamente vinculadas à fiação e tecelagem. Na Tabela seguinte, compôs-se um quadro das principais tarefas femininas e o número de profissionais que, ao longo do período em estudo, ocuparam tais funções, excetuando-se aqueles registrados como aprendizes.

TABELA 06
Funções na produção têxtil

FUNÇÃO	NÚMERO	
	FEMININOS	MASCULINOS
Tecelã ⁹⁴ (o)	448	149
Fiandeira ⁹⁵ (o)	151	102
Massaroqueira(o)	135	16
Verificador(a) de tecidos	46	15
Op. de Conicaleira ⁹⁶	31	3
Op. de Liçadeira ⁹⁷	25	0
Op. de Espuladeira ⁹⁸	14	4
TOTAL	850	199

Fonte: Companhia Valença Industrial. Registro de Empregados e Operários. 1950-1980.

⁹⁴ Operário(a) responsável por um grupo de teares na operação de tecimento.

⁹⁵ Profissional responsável pelo patrulhamento de máquinas cujas funções são manter todos os fusos emendados, substituir maçarocas vazias por cheias, limpar constantemente as máquinas e observar a regularidade da produção de fios.

⁹⁶ Profissional responsável por rebobinar toda a sobra de fio para serem reaproveitados na urdideira.

⁹⁷ Profissional que prepara os quadros de liços (armações que contêm lâminas de aço com furos por onde passam os fios de urdume)

⁹⁸ Profissional cuja função é encher as espulas, que são recipientes para condicionar o fio que é usado na lançadeira.

Nota-se a prevalência feminina especialmente na função de tecelã ou tecedeira, como se referiam à sua atividade nas entrevistas. Sobre essas atividades profissionais incidiam uma forma de pagamento, que nas inscrições das fichas são registradas com a expressão “remuneração por tarefa”. São os casos em que o(a) trabalhador(a) é remunerado(a) de acordo com o volume de sua produção individual.

Desta forma, criava-se um “estímulo” para que os(as) trabalhadores(as) se dedicassem ao trabalho, o que lhes garantia um ganho maior, além do reconhecimento da empresa materializado de duas formas: através de uma remuneração extra, que aparece nas anotações salariais das fichas com a inscrição “prêmio de produtividade”, como também, através do destaque ao nome do(a) operário(a) mais produtivo, conforme relatou a operária D. Dalza, ao fazer referência a uma lista onde se expunha o nome dos mais produtivos por seção, salientando que enfrentou o desafeto de colegas por causa de sua alta produtividade. Acirrava-se assim uma certa competitividade entre os(as) operários(as) remunerados sob esta condição, o que acabava se alinhando aos interesses de produção da fábrica.

Em menor número nas funções citadas, os operários do sexo masculino ocupavam-se das tarefas ligadas à operação de máquinas, transporte de peças e produtos, atividades de mecânica e eletricidade, carpintaria, construção, fiscalização e chefia de seção, além das funções administrativas da fábrica.

Em número significativo, trabalhadores homens aparecem ocupando a função de servente, tarefa presente nos diversos setores de atividade da fábrica. O servente era “responsável pela limpeza geral do setor (varrer, limpar o piso, parede, teto, etc.) e auxiliava na limpeza das máquinas”⁹⁹. O elevado número de 853 homens que ocuparam esta função no período estudado explica-se pela rotatividade já referida anteriormente, que incidia principalmente sobre o setor de “serviços gerais”.

As funções que implicavam em chefia ou fiscalização do trabalho eram essencialmente masculinas: mestres, contramestres, fiscais, chefes de setores. Dentre as fichas arroladas, nenhuma mulher aparece assumindo tais funções, o

⁹⁹ Conforme formulário da previdência de “informações sobre atividades com exposições a agentes agressivos para fins de instrução de processos de aposentadoria especial”, anexado a algumas fichas.

que reforça o enquadramento feminino em funções subalternas não apenas por sua origem social, mas também por sua condição de mulher.

Os registros funcionais revelam a existência de uma divisão sexual do trabalho no interior da fábrica, concentrando as mulheres nas funções supostamente condizentes com o “jeito feminino”, como os serviços de tecelagem, o que pressupõe a necessidade de atributos socialmente compreendidos como inatos às mulheres, tais como atenção a detalhes, paciência, habilidade manual. Aos homens cabiam as tarefas para as quais fossem requeridas força física e, de maneira mais acentuada, habilidade intelectual.

Em seus depoimentos, as ex-operárias não fazem referência a esta discriminação sexual das funções fabris. Ao contrário, a fala, a entonação e o sorriso presente nas narrativas sobre suas tarefas, atestam um certo orgulho pelo bom desempenho de suas funções, sem que o caráter discriminatório, as diferenças de valorização e remuneração e o seu lugar na hierarquia funcional pareçam ser questões presentes em sua memória. Segundo Maria Lúcia Vannuchi:

“Essa forma de apreensão da própria realidade (...) evidencia a eficácia de mecanismos por meio dos quais se camuflam as relações hierarquizadas de gênero e mascaram-se as desigualdades que se apresentam justificadas, legitimadas¹⁰⁰”.

A Tabela seguinte apresenta uma amostra da distribuição por função de trabalhadores e trabalhadoras da C.V.I.:

¹⁰⁰ www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos

TABELA 07
Funções fabris X Sexo

FUNÇÕES	SEXO	
	FEMININO	MASCULINO
Chefe de setor	0	18
Contra-mestre	0	53
Fiscal	1	5
Mecânico(a)	0	38
Mestre	0	8
Motorista	0	28
Supervisor(a)	0	4
Técnico	2	11
Costureira(o)	4	0
Encruzadeira(o)	31	7
Fiandeira(o)	151	102
Massaroqueira(o)	135	16
Tecelã(o)	448	149

Fonte: C.V.I.- Registro de Empregados e Operários.1950-1980.

As sete primeiras funções da tabela, cujo desempenho implica em exercício de poder hierárquico, comando, fiscalização ou força física foram predominantemente ocupadas por homens. A única fiscal feminina que aparece nos registros é descrita como “fiscal de qualidade”, o que supõe uma vinculação do seu trabalho ao produto, e não diretamente a outros(as) trabalhadores(as) sobre os(as) quais exercia superioridade hierárquica. Não foram acrescentados aqui os cargos de gerência, sub-gerência, diretoria, pois localizaram-se apenas duas fichas com registro das duas primeiras funções, invariavelmente ocupadas por profissionais masculinos.

Quanto à procedência de seus operários, a C.V.I abrigou trabalhadores das diversas cidades que compunham a microrregião, cujo eixo era Valença: Nilo Peçanha, Ituberá, Taperoá, Cairu, Camamu, entre outras. Em número menor, contou com trabalhadores de diversos estados do Brasil e alguns de nacionalidades diversas.

Entre as fichas em estudo foi possível contar 30 trabalhadores originários do estado de Sergipe. Encontramos ainda 36 outros procedentes do Rio de Janeiro, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e São Paulo. Entre os estrangeiros figuraram 4 profissionais advindos da Espanha, Polônia, Alemanha e Itália.

Especialmente quando se nota o significativo número de brasileiros não-baianos pertencentes ao quadro funcional da fábrica, é possível inferir o quanto a presença de uma indústria têxtil na cidade pode ter se revelado uma alternativa promissora de emprego para estes trabalhadores.

As fichas não revelam as motivações que trouxeram essas pessoas à Bahia e a Valença, mas a idéia corrente em Valença de que a Fábrica era o “celeiro do desenvolvimento da cidade” – como dissera em entrevista o ex-operário e ex-sindicalista Arlindo Paes – pode ter sido um atrativo para migrantes que, uma vez instalados na cidade, buscaram na C.V.I. a oportunidade de trabalho.

Entre as 4 682 fichas, 3 312 indicavam Valença como local de origem do(a) trabalhador(a) fabril. Em segundo plano, aparecem 184 cairuenses que tendo migrado para Valença, tornaram-se operários(as) da fábrica. Verifica-se a importância econômica da C.V.I. não somente para a cidade de Valença, mas para as cidades próximas de onde vieram outros tantos operários e operárias.

Assim, a C.V.I. absorveu um significativo número de pessoas entre a população economicamente ativa do município e, dentre estas, uma quantidade notável de mulheres, constituindo-se em importante referencial, não somente econômico, mas também sociocultural para Valença, e inscrevendo-se na história da cidade através de seus diversos trabalhadores e trabalhadoras esquadriados nas informações de 4 682 fichas funcionais.

CONHECENDO AS RELAÇÕES

Ao pensar nas(os) operárias(os) da C.V.I. como agentes sociais, procurou-se situá-las(los) em um contexto mais amplo de relações sociais, produção econômica, constituição e preservação de hábitos culturais, vivências de embates políticos, compreendendo-as(os) como sujeitos que criaram e recriaram comportamentos e atitudes e construíram suas diversas experiências no meio em que inscreveram a história de suas vidas.

Portanto, a partir da memória e da voz desses sujeitos históricos, daquilo que evocam do seu passado, da recuperação das suas lembranças de tempos e espaços diversos, da explicitação de seus conhecimentos, valores e percepção de mundo é possível escrever a história-vivida, isto é, reconstituir a dimensão subjetiva dos processos históricos, ao conhecer não somente as experiências vivenciadas pelos sujeitos, mas também a maneira como eles as apreenderam, guardaram e como as rememoram.

Os relatos dos(as) trabalhadores(as) fabris entrevistados(as) trazem à tona aspectos das suas relações com o trabalho, com os(as) colegas e chefes, da maneira como essas relações moviam-se em seu cotidiano e do modo como marcaram sua trajetória.

Recorrentemente, recordam que suas atividades profissionais tiveram início muito cedo, quando muitas ainda eram crianças ou adolescentes. O objetivo de um ingresso tão prematuro no mundo do trabalho era a necessidade patente de contribuir e, em alguns casos, de garantir o sustento da família. O depoimento de Dona Mariinha testemunha acerca da necessidade que caracterizou a admissão da maioria das depoentes:

“Eu estava na escola nesse tempo com professora Dorinha, aí foi faltando as coisas porque papai já tinha saído (...) por motivo de doença (...) titia também não tinha saúde perfeita e era pessoa de noventa e tantos anos. Minha mãe ... Meu pai...Meu pai morreu ia fazer 99 anos, esse, de criação. Aí ficou... eu peguei, e disse... Aí eu peguei e disse ‘eu não quero mais ir para a escola, eu quero trabalhar’ ”.

A forma como Dona Mariinha expressou essas palavras denota um certo orgulho pela tomada de decisão, pela postura madura que ela, menina de 12 anos, teve que assumir. Ela, como outras operárias da companhia, acabou sacrificando as já tão escassas possibilidades de estudo para tornar-se um dos pilares de sustentação da sobrevivência familiar. Tal situação, coerente com a lógica capitalista, colocava-a sob a exploração do capital industrial: por ser menor e por ser mulher, sem recursos e sem dispositivos legais que a protegessem, a operária ingressava na fábrica na condição de aprendiz, o que justificava o não recebimento inicial de salário.

É o que atesta D. Mariinha, quando diz: “Enquanto tava aprendendo não ganhava nada. Não ganhava, que tava aprendendo.”¹⁰¹ A fala de D. Mariinha sinaliza para um dos mais correntes mecanismos de exploração do trabalho – e, especialmente, do trabalho feminino, pelas funções que assumiam – na fábrica, quando esta, a pretexto de ensinar e habilitar, utilizava gratuitamente a mão-de-obra das trabalhadoras iniciantes.

Uma outra exigência, que garantia o empenho das aprendizes no processo de produção, era a aprendizagem rápida, que demonstraria interesse e disciplina por parte da operária, condições fundamentais para a permanência no emprego. Esse período de aprendizagem durava cerca de um ou dois meses, até a aprendiz mostrar-se capaz de controlar bem uma máquina. Com o tempo, uma única trabalhadora passava a operar mais de uma, chegando a operar até quatro máquinas simultaneamente.

Enquanto aprendiam a tecer, crianças de 11, 12, 13 anos tinham sua infância irremediavelmente comprometida, eram cerceadas da possibilidade de estudar; aprendiam, quando muito, a ler e escrever. Como D. Mariinha, por exemplo, que, com esforço, chegou a estudar até o terceiro ano, “... professora Dorinha fazia cadernos pra mim de papel de embrulho pra eu não perder nada...”

Muitas das operárias da C.V.I. tiveram que fazer a opção entre a sobrevivência – e sobrevivência, aqui, significa principalmente a alimentação – ou o estudo, que, aliás, não seria possível sem condições mínimas de sobrevivência. Desse modo, o termo “opção” talvez nem seja o mais adequado. O engajamento prematuro dessas crianças no mercado de trabalho e a exploração que o caracterizou foram, certamente, ditadas pelas circunstâncias de pobreza e absoluta ausência de alternativas.

“Eu fui pra fábrica com 11 anos de idade. Meu pai morreu. Depois do falecimento dele eu completei 11 anos, Aí mamãe disse: ‘você vai pra fábrica porque eu tenho que pagar o funeral do seu pai e não tenho dinheiro e a gente vai passar muita falta.’ ”¹⁰²

Em geral, todos os adultos da família trabalhavam para, juntos, garantir o sustento mínimo da casa, e não eram raras as famílias em que maridos, pais,

¹⁰¹ D. Mariinha. Depoimento citado.

¹⁰² D. Zélia Pereira Paixão. Depoimento citado.

filhos ou outros parentes eram também operários da fábrica. É o que atesta o depoimento de várias operárias, como D. Naninha: “E assim, na turma que eu entrada, meu marido... ficou eu e ele em horário diferente.” Nas recordações de D. Mariinha, era o seu pai o trabalhador da fábrica: “Papai já tinha saído, ele trabalhava no Candengo ¹⁰³(...) trabalhava em negócio de eletricidade pra fábrica.” D. Zélia relata a presença tanto dos filhos como do marido: “trabalhou eu e trabalhou meus filho... tudo na Companhia (...) O marido também trabalhava na fábrica.”

Quando as dificuldades se avolumavam, como no caso do falecimento do pai de D. Zélia, as crianças eram chamadas a colaborar com o orçamento doméstico, e o trabalho operário era a alternativa mais viável, uma vez que acolhia menores, não exigia qualquer nível de escolaridade, bastando apenas a habilidade manual que, em alguns meses de trabalho, já começava a se revelar. Além disso, tinha um caráter permanente, o que fazia o senso comum atribuir-lhe a característica de “emprego certo”, isto é, aquele que apresentava grandes possibilidades de ser mantido.

O ritmo de trabalho era intenso, ditado pelo ritmo da máquina e da necessidade de produzir. Como o pagamento a receber dependia da produtividade das operárias, elas não somente se empenhavam arduamente no trabalho, evitando as conversas, trabalhando com várias máquinas ao mesmo tempo, como também, faziam hora extra, segundo relato de D. Vitalina: “E esse trabalho era em pé. Quando fazia extraordinário também emendava... ficava em pé”¹⁰⁴.

Era preciso se empenhar de todas as formas, inclusive, não se permitindo ficar doente.

“Eu tive uma vez um diacho de uma gripe como essa, você ta entendendo?... eu dei sorte porque a fábrica tava parada, não tinha rolo pá botar nas máquina e ficava parada. Não vinha pá casa pá não perder o dia, eu curti a minha, deitada no cimento, no avental, três dias”¹⁰⁵.

¹⁰³ Candengo é uma cachoeira do município, cuja força hidráulica fornecia energia para as turbinas da fábrica Todos os Santos, a primeira fábrica têxtil de Valença, e energia elétrica para a cidade.

¹⁰⁴ Depoimento da sra. Vitalina Oliveira de Sousa. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1999, aos 72 anos.

¹⁰⁵ Idem.

Para produzir mais e, assim, ganhar mais – o que não é sinônimo de ganhar o suficiente -, operárias e operários, cujas funções eram remuneradas por produtividade, sacrificavam domingos e horas de refeições, levando marmitas para o trabalho, a fim de não se afastar por muito tempo de sua(s) máquina(s), segundo o depoimento de D. Dalva: “Trabalhava em pé, com a marmita na mão comendo... em pé.” Impunha-se um ritmo intenso de trabalho que atendia duplamente aos interesses da empresa. De um lado, a mais alta produtividade possível de cada trabalhador(a); de outro, um certo enquadramento do operariado que se adequava ao esquema disciplinar imposto.

Travavam, ainda, uma outra luta, que comprometia o tempo da produção: lutavam contra os freqüentes defeitos das máquinas, a quebra de fios, além da constante tensão para produzir tecidos perfeitos.

“A gente tinha que se movimentar pra poder a gente trabalhar, pra poder a gente dar aquela quantia certa de 50 metro. Se a gente pudesse trabalhar pra poder dar duas peças por dia era bom, mas às vezes o fio era assim muito fraco, quebrava muito, a gente precisava parar a máquina pra poder emendar o fio, pra poder desmanchar e aí desmanchava aquele coisa pra não ir tecido com defeito”¹⁰⁶.

“Se a gente fosse conversar, o prejuízo era nosso, que a máquina quebrava um fio, a gente não via, ia fazendo defeito”¹⁰⁷.

O pagamento por produtividade acabava cumprindo dois papéis: tanto fazia aumentar a produção, dado o interesse e a necessidade das operárias de produzir o máximo possível, gerando lucros cada vez maiores, como também estimulava uma certa competição entre as(os) trabalhadoras(es), o que certamente contribuía para inviabilizar, ou, pelo menos, dificultar uma união efetiva entre elas(es) contra a opressão do trabalho fabril. Tanto era assim, que havia uma lista classificatória diária, que dava destaque à melhor operária do dia em cada seção; a melhor operária era a que mais produzia, como atesta o depoimento de D. Dalza:

“O nome da pessoa que mais produz naquela seção aí ia pra pedra, uma lista né? Aí chamava pedra. Aí dava produção. Tinha gente que ficou inimiga minha porque eu produzia mai.”¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Depoimento da sra. Maria dos Anjos Ramos. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1998, aos 71 anos.

¹⁰⁷ D. Mariinha. Depoimento citado. O grifo é meu.

Mas não somente o interesse pessoal das operárias garantia a alta produtividade. Ela estava também sob o controle dos mestres e contramestres – funções essencialmente masculinas -, cabendo ao primeiro a supervisão de uma dada seção e o controle disciplinar dos operários, inclusive, dos contramestres, seus auxiliares e subordinados diretos.

Os contramestres exerciam uma certa autoridade sobre um grupo de trabalhadores e tinha o seu salário também vinculado à produtividade do setor pelo qual era responsável. Era natural, portanto, que eles “fizessem o jogo” da empresa, fiscalizando e garantindo uma maior eficiência dos operários.

“Tinha alguém pá ta olhando o serviço, se a gente merendava, se demorava muito no banheiro, tinha sempre as queixinha, tinha a suspensão... tinha essas coisa... mas a gente dava pá quebrar o galho... era os contramestre né? Os contramestre que fazia esse serviço. Mas não dava pra matar a gente não.”¹⁰⁹

Era com certa naturalidade que as operárias conviviam com o serviço disciplinador dos seus superiores. Tão introjetada estava a aceitação da vigilância, que algumas falas das depoentes, como a de D. Rita Vidal, parecem até achá-la necessária, pois: “dava uma disciplinada de trabalho, não era também ao léu não, é... tinha disciplina.”

Segundo Leite Lopes, “o vigor de uma forma de dominação pode ser avaliado por sua interiorização pelo próprio grupo dominado.”¹¹⁰ No relato de D. Rita a ação disciplinadora, fiscalizadora do contramestre, que impunha limites sobre a ida ao banheiro, sobre o lanche – ainda que gerasse “as queixinha” – tinha uma aceitação e uma anuência da própria operária, que parecia compreender esta ação, não como um elemento no interior do esquema de exploração, mas, um fator de seriedade e valorização do ato de produzir que, segundo suas próprias palavras, “não era ao léu”.

¹⁰⁸ D. Dalza Sarmento Ribeiro. Depoimento citado.

¹⁰⁹ Depoimento da sra. Rita Reis Vidal. Ex-operária demitida em 1986, residente em Valença. Entrevistada em 1999, aos 54 anos.

¹¹⁰ LOPES, José Sergio Leite. Op. cit. p. 32.

Nesse depoimento, para além das palavras transcritas, é significativa a maneira, o tom com que elas foram ditas. Como escreveu Charles Santana:

“Além disso, acrescenta aquilo que penso ser a especificidade da história oral: a oralidade mesma. Implica considerar não apenas as palavras, as orações e as frases registradas no gravador e transcritas no papel; mas a plenitude do depoimento com a qualidade de narrativa oral.”¹¹¹.

D. Rita, por sua fala, deixa transparecer uma certa concordância com o papel vigilante e, por vezes, punidor exercido pelo contramestre.

Além da função fiscalizadora, cabia também ao contramestre a manutenção do maquinário. Ao sinal da operária, indicando a quebra da máquina, a falta de rolos de fios ou qualquer outro problema com o equipamento, o contramestre deveria cuidar imediatamente para que fosse resolvido. Por vezes, o atendimento era feito com maior presteza àquelas que produziam mais velozmente ou àquela cuja disciplina estava devidamente enquadrada nos padrões da empresa. Esse favoritismo despertava aborrecimentos naquelas que deles não desfrutavam.

“... quando é um dia, ele [o contramestre] estava de... dando recado a ela, eu só vendo ela falando assim com a mão, mas não to sabendo o que era. Ela trabalhava... era uma Júlia... por nome Júlia, era uma preta, morava lá em São Félix. Quando foi de outra vez que ele veio pra avisar, aí ele chegou a mim e disse: ‘olhe, eu cheguei aqui pra lhe dizer, não que você não cumpra com tudo, mas a sua vizinha, da última vez que eu tive aí, ela me perguntou por que era que eu não chegava pra lhe dizer, só chegava pra dizer a ela, era por que ela era preta e a senhora era branca?’ Mas eu, graças a Deus, sempre fui tratada com delicadeza, que eu também não dava lugar a ninguém me chamar por nada”¹¹².

Havia ainda os casos em que uma proximidade maior entre operária e contramestre, seja por uma relação de amizade, amorosa ou de pura e simples subserviência, garantia àquela e à(s) sua(s) máquina(s) maior atenção por parte deste. Esta circunstância foi explicitada pelo depoimento de D. Vitalina.

“Eu disse assim a uma vizinha assim: a máquina tá descendo pano, suspendendo pano, quem disse que ele veio consertar? Aí ela falou assim: a minha tá soltano a lançadeira¹¹³, aí ele passou pra lá e pra cá e não conserta, mas eu não dou merenda a ele. Aí eu falei assim:

¹¹¹ SANTANA, Charles D’Almeida. *Fatura e ventura camponeses. Trabalho, cotidiano e migrações. Bahia: 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 21.

¹¹² D. Mariinha. Depoimento citado.

¹¹³ Acessório do tear que recebe uma espula com fio. A lançadeira leva a trama (fio transversal) de um lado para outro do tear, formando – juntamente com o urdume (fio longitudinal) – o tecido.

Que história de merenda é essa? Ela disse assim: A sua vizinha dá merenda a ele todo dia, repare se a máquina dela dá defeito.”

Entretanto, prevalece nos depoimentos a fala favorável à pessoa dos contramestres, ou, pelo menos, à manutenção de uma boa relação com eles, como revelam as palavras de D. Naninha: “Meus contrameste que botavam lá era tudo gente boa... Eu respeitava todos eles e todos eles também me respeitava.” Seja por uma questão de estratégia, seja por submissão, a maioria das operárias preferiam evitar os atritos com os seus superiores, cumprindo aquilo que lhe era definido como sua obrigação. Segundo Charles Santana, as “práticas sociais constituintes do modo de tratar a dominação punham a ambigüidade do conformismo ao resistir e também a da resistência ao se conformar”¹¹⁴.

Mostrar-se cordata, obediente e produtiva era condição para a boa relação com os contramestres. Como contrapartida, a operária tinha a produção elevada pelo ritmo intenso e quase ininterrupto de trabalho e, pelo breve atendimento do contramestre em caso de necessidade de conserto do tear ou de reposição de rolos.

“Eu não gostava de ta procurando caso com contramestre nem com mestre, que a gente tava ali subalterna a ele. Então eu levava com jeito”¹¹⁵.

“Eu entendo assim: a gente trabalha aqui, pode botar um cachorro, a gente tinha que respeitar, é o mestre da gente, né? Tem que respeitar. E por isso eu me dei bem.”¹¹⁶

De maneira geral, respeitava-se a hierarquia que se constituía no ambiente fabril. A superioridade da função do contramestre, uma função técnica vinculada ao controle, vigilância e punição, aliada à proximidade cotidiana deste com os operários, fazia deles alvo do temor, mas também da hostilidade de alguns:

“...adonde tinha um Juca do fumo, que era o mais miserave, Arlindo Paes, Arlindo Paes, não, Arlindo de Maria, que mora na Vila Operária, era os mais miserave que tinha (...) porque eles era ruim mermo (...) andava era atrás da gente pá trabalhar, a gente

¹¹⁴ SANTANA, Charles D’Almeida. op.cit, p. 43.

¹¹⁵ Depoimento da sra. Beatriz Silva Sousa. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1999, aos 72 anos.

¹¹⁶ Depoimento da sra. Adalzuíta Almeida (D. Naninha). Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 2000, aos 74 anos.

não tinha direito de apara a máquina uma hora nem pá comer, nem pá merendar, que o almoço não, que o almoço a gente vinha pá casa”¹¹⁷.

“O pessoal falava muito dele, porque disse que ele era uma pessoa que gostava muito de pirraçar e então que eu ia ver quem era ele e tudo”¹¹⁸.

“Pirraçar”, nesse contexto, assume a conotação de denunciar, punir ou não cooperar com as operárias que fugiam um pouco à disciplina imposta, “que gostava muito de sair da máquina pra ir conversar no sanitário”,¹¹⁹ criando assim mecanismos de resistência ao mecanicismo e à rigidez do trabalho, fazendo a contrapartida da subordinação¹²⁰.

Diferentemente do que ocorria com os contramestres, mestres e gerentes, em geral, que gozavam de relevante prestígio junto às operárias. Eram respeitados e mantinham-se a certa distância, o que impedia o contato direto ou freqüente. Eram valorizados e elogiados por atitudes simples como um mero cumprimento, por exemplo, que denotava não somente a sua superioridade, mas especialmente a sua humanidade e cordialidade.

“O mestre que tinha lá muito do bom, bom, bondoso mesmo era o finado Adarberto Caboré, que era o mestre da sala... aquilo foi um mestre bom”¹²¹.

“Martiniano Carqueja melhorou ainda, bom mestre aquele, gostava muito de mim também, porque graças a Deus eu não fazia balbúrdia nem nada, ele quando passava ali eu tava no trabalho, nunca fui chamada no escritório”¹²².

O tratamento cordial dos superiores para com as operárias, o fato de a relação entre ambos não sofrer o desgaste do contato cotidiano contribuía para a construção de uma imagem de homens justos e bons.

“A gente só falava com ele se a gente tivesse precisão de falar alguma coisa...”¹²³

¹¹⁷ Depoimento da sra. Maria Celidalva (D. Dalva). Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 2000, aos 75 anos.

¹¹⁸ D. Maria dos Anjos. Depoimento citado.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ FENELON, Déa Ribeiro. “O Historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?” In: *História e Perspectiva*, Revista do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, nº 6, jan/jun/1992.

¹²¹ D. Dalva. Depoimento citado.

¹²² Depoimento da sra. Julieta Pereira Santos. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1998, aos 88 anos.

¹²³ Idem.

“... quando tinha necessidade de falar assim alguma coisa, a gente queria falar alguma coisa de trabalho... aliás, não falava bem com ele não, falava com os mestre pra enviar as coisa que a gente queria pra ele”¹²⁴.

A concessão de empréstimos, o atendimento às solicitações de uma casa na Vila Operária configuravam-se como benemerências atribuídas aos chefes, pelo que as operárias deveriam ser gratas. Na prática, a gratidão da funcionária já era previamente garantida, uma vez que tais concessões eram feitas exclusivamente às que estavam devidamente enquadradas nas normas comportamentais e produtivas da empresa. Tal gratidão se expressava pela manutenção da subserviência, pela constante pré-disposição em servir, na medida das necessidades da fábrica, e pela máxima produtividade possível, além do discurso defensivo e favorável ao patrão.

“Tinha uma meia dúzia de gente ali que era trabalhadeira, ele dava o maior cartaz. Pra mim, Dr. José [José Soares, gerente] foi uma pessoa maravilhosa”¹²⁵.

Mas também as tensões – como não poderia deixar de ser em uma relação capitalista – existiam e são perceptíveis nas falas de algumas depoentes:

“A maioria do povo desejava até que ele [“Dr.” Raul] morresse, que jogava praga a ele e tudo... Ele também na hora que ele tava danado, ele fazia, suspendia muita gente...”¹²⁶

As formas de resistência levadas a cabo pelos operários mais ousados não passavam despercebidas pela gerência. Em sua inspeção diária pela fábrica e através das informações advindas dos mestres e contramestres, os gerentes conheciam as atividades e os comportamentos dos seus trabalhadores e trabalhadoras. Conversar durante o trabalho, não alcançar a produção individual determinada, vincular-se a dirigentes sindicais com quem o chefe tivesse divergências eram circunstâncias que determinavam a não concessão de “favores”, o que, no entender dos operários, poderia ser traduzido por “perseguição”. O caso de D. Beatriz e Sr. Claudionor, operários, marido e mulher, são exemplificadores dessa situação.

¹²⁴ D. Naninha. Depoimento citado.

¹²⁵ D. Dalza. Depoimento citado.

¹²⁶ D. Dalza. Depoimento citado.

“Cheguei no escritório três vezes, aquele homem me enrolano pela uma necessidade besta, que este dinheiro era cobrado com o nosso trabalho, ia pagar. O homem fez uma sujeira, que aquilo não é de gente. Eu saí tão enraivada”¹²⁷.

Interessante notar esse trecho do depoimento de D. Beatriz: “que esse dinheiro era cobrado com o nosso trabalho.” Uma interpretação possível dessa fala é que a idéia do empréstimo como um ato benemérito não fazia parte da visão da operária. Ela parece compreendê-lo como uma espécie de adiantamento que, a despeito de depender da boa vontade do gerente, seria devidamente cobrado, devolvido, através do seu próprio trabalho. A sua negação, portanto, era muito mais que simples má vontade; era “uma sujeira” que provocava grande indignação.

A negativa a D. Beatriz teve suas raízes nas divergências entre o gerente e o sr. Claudionor, marido da operária, que era dirigente sindical. Uma perseguição indireta, que atingia aquela que se relacionava com pessoas – e, nesse caso, de forma bastante próxima – que, no entender do patronato, tinham a “ficha suja”, por não aprovarem e por se manifestarem contra os desmandos dos mestres e gerentes sobre os operários e operárias.

“Nós que não quiser trabalhar, não quiser trabalhar dia de domingo, ele marcava também, quem não queria trabalhar de domingo. Quando chegava a hora de sair, vinha o contramestre, botava a máquina, era 4 e 15 o horário pra sair, botava 6 e 15, mais duas horas, mas quem não quisesse ficar também ficava marcado também, porque deixa o trabalho enfonado, tinha isso tudo né? Mãe de família as vez tinha necessidade de vim pra casa, vê os filho, ficava ali pra não ser perseguida. Qualquer coisa perseguia a gente”¹²⁸.

Conciliar as atividades domésticas, a assistência aos filhos com a rigidez do trabalho fabril era um difícil desafio. Nem sempre era possível administrar bem essa dupla jornada de trabalho, e o atraso - do qual elas fugiam num corre-corre típico, que enchia as ruas da cidade -, às vezes, era inevitável, embora, eventual.

“Eu fui um dia daqui, correno, esbafurida, mãe de família né? Saí doida. Quando apitava aquele treco três vezes que a gente não compareceu, portão na cara. Lá vai eu correno, correno, quando chegou ali, justo onde José Augusto morou, mais pra lá um pouco, eu cansano como o quê, fui correno, como é que pode né? Fechou o

¹²⁷ D. Beatriz. Depoimento citado.

¹²⁸ Depoimento do sr. Claudionor Gomes de Sousa. Ex-operário aposentado, residente em Valença. Entrevistado em 1998, aos 75 anos.

portão, nem pra respeitar uma pessoa idosa correndo. O pão eu botava dentro do, do, do, bolso do avental pra comer lá escondido que não comia cá porque não dava tempo, aí quando a gente já tava saindo, ele já tava com a mão no portão pra fechar e a gente olhando aquele relógio grande que tem ali fora. Menina, o que é isso?! Aí eu botava o pão, ia pra dentro da sala, emendava a máquina, tirava o pão, olhava pros quatro cantos, tirava o pedaço. Isso é vida?”¹²⁹

O trabalho tornava a vida extremamente agitada e cansativa. Diante das condições e dificuldades individuais femininas, absolutamente desconsideradas pela lógica fabril – uma lógica essencialmente masculina –, as operárias buscavam adequar-se às limitações que lhes eram impostas.

“... se a gente passava o dia todo fora de casa, os trabalho ficava acumulado dentro de casa, ia ter tempo pá bate papo? O tempo ficou curto, né?”¹³⁰

Um outro elemento deve ser adicionado a esse estado de coisas, que tornava o ambiente fabril palco de significativas tensões sociais: as condições materiais de trabalho, as quais não oferecia segurança contra acidentes que, exatamente por isso, aconteciam com alguma frequência. Entre as fichas trabalhadas constam 335 ocorrências de acidentes, dentre os quais, um significativo número de casos em que o(a) mesmo(a) trabalhador acidentava-se mais de uma vez.

Quando o equipamento quebrava, como, por exemplo, a soltura da lançadeira, uma peça pontiaguda do tear, podia provocar acidentes graves, como vazamento dos olhos.

“A minha mãe mesmo... a lançadeira da máquina saltou, pegou no olho dela, vazou o olho (...) ficou como um nada que, nesse tempo, aqui não tinha oculista, não tinha dentista e eles não se interessaram em mandar pra Salvador pra fazer um tratamento. Ficou assim mesmo, um enfermeiro da Companhia era quem fazia o curativo.”¹³¹

Esse acidente, especificamente, foi um dos fatores que fizeram com que D. Mariinha se tornasse operária aos 12 anos de idade, abrindo mão dos já tão poucos estudos a que tinha acesso.

¹²⁹ D. Beatriz. Depoimento citado.

¹³⁰ D. Naninha. Depoimento citado.

¹³¹ D. Mariinha. Depoimento citado.

Durante muito tempo, a ausência de leis trabalhistas e de uma organização sindical que aglutinasse os trabalhadores da Companhia¹³² criaram condições para que as vítimas de acidentes não fossem devidamente tratadas nem indenizadas. Ficava-se à mercê da atenção limitada que a Companhia se dispunha a oferecer.

“Quando foi um dia , não sei se foi seu Isauro ou seu Almeida, que disse: bom, nós fazemos a indenização, mas só se quando ela ficar boa não queira voltar mais ao trabalho.”¹³³

Mas esta realidade sofreu alterações a partir dos anos 30, segundo Leite Lopes, ao analisar o que chamou de “sistema fábrica e vila operária” na Companhia de Tecidos Paulista, em Recife:

“No decorrer dos anos 30, com a pressão exercida pela fiscalização trabalhista sancionando as já promulgadas leis e regulamentações, nos cinco primeiros anos dessa década, a dos ‘dois terços’, a do trabalho do menor e da mulher, a da jornada de trabalho de 8 horas, a da carteira profissional, a de férias, a do registro de empregados; o ‘corpo documental’ da fábrica tem que adequar-se ao campo nacional de identificação individual.”¹³⁴

Nas fichas da C.V.I. analisadas, os registros de licenças por causa de acidentes no trabalho, o pagamento de “auxílio enfermidade” ou a possibilidade de um afastamento mais longo, recorrendo-se ao I.A.P.I.¹³⁵, sinalizam uma outra forma de se tratarem as questões ligadas a acidentes e doenças do trabalho, diferentemente daquele tratamento dispensado à mãe da depoente D. Mariinha. As leis trabalhistas impunham limites aos possíveis desmandos das empresas e, em alguma medida, proporcionavam certa garantia aos trabalhadores, constantemente expostos à possibilidade de problemas de saúde vinculados à sua atividade profissional.

O próprio ambiente conspirava contra a salubridade do espaço fabril. A poeira do algodão, o superaquecimento da sala, a falta de ventilação, o

¹³² Quando da entrada de D. Mariinha na fábrica (1927), ainda não havia o Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Valença, fundado em 1934. Apud FONSECA, Arlindo Paes da. História de Valença, exemplar datilografado.

¹³³ D. Mariinha. Depoimento citado.

¹³⁴ LOPES, José Sérgio Leite. Op. Cit., p. 60-61.

¹³⁵ Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, criado através da Lei nº 367, de 31 de dezembro de 1936, durante o Estado Novo, de Getúlio Vargas.

barulho intenso provocado pelo movimento ininterrupto das máquinas em um lugar fechado, a pouca liberdade de movimento do corpo, a posição física – constantemente, de pé, ou, constantemente, sentada, a depender da função – tudo isso acarretava uma série de prejuízos à saúde dos operários.

“Trabalhava em pé, com a marmita na mão comendo... em pé. Lá ninguém sentava não (...) era um lugar abafado... abafado... só tinha ali... não tinha negoço de ventilador, não tinha nada, não tinha janela, nada, nada, nada.”¹³⁶

Entre a maioria das operárias havia uma grande consciência da gama de precariedades a que estavam submetidas: “Naquele tempo não tinha nada que fosse a bem-estar do trabalhador. Tudo era a bem-estar do dono da empresa.”¹³⁷ Entretanto, apesar de toda exploração, controle e insegurança em que orbitavam suas atividades, notou-se, entre elas, uma certa distância, e, mesmo, uma resistência para o envolvimento na política sindical. Não se pôde perceber, entre a maioria das depoentes, disposição em travar lutas por melhores condições de vida e de trabalho através do sindicato.

Estratégia para a manutenção do emprego? Submissão pura e simples? Descrença na entidade? De acordo com a fala da operária, a atuação do sindicato limitar-se-ia, segundo ela, ao aviamento de receitas médicas. As operárias limitavam-se, pois, à filiação ao sindicato. Sua participação de cunho mais político restringia-se ao processo de eleição do presidente sindical. Ademais, quando o sindicato conseguia mobilizar os trabalhadores para movimentos grevistas, algumas operárias participavam.

Até que ponto as operárias reconheciam como importante e necessária a sua participação no movimento grevista, isso é difícil mensurar. As que participavam eram aquelas mesmas que, nos depoimentos, faziam críticas severas aos seus superiores, aquelas que provavelmente no dia-a-dia fabril criavam condições para burlar o enquadramento disciplinar, e se atreviam, em momentos mais decisivos, ao enfrentamento, respaldadas pela união com outros operários e pelo sindicato.

¹³⁶ D. Dalva. Depoimento citado.

¹³⁷ D. Mariinha. Depoimento citado.

As que primavam pela obediência, pela idéia de jamais serem “problemáticas dentro do seu trabalho”, optavam pelo ingresso na fábrica, mesmo quando companheiros e companheiras de trabalho arriscavam o pagamento do dia ou o próprio emprego nesta relação de enfrentamento.

Isso certamente provocava um certo desentendimento no ambiente de trabalho, que atritava as relações entre as colegas. “Ficava em ponto de vista quem, quem ficou na greve, né? Tudo... fazia... era suspensão, vinha suspensa pra casa, essas coisa...”¹³⁸ Além desse tipo de desentendimento interno, a convivência cotidiana propiciava desavenças de toda ordem:

“Às vezes era zanga até por parte de casa, de filhos, às vezes, namorado... mas aquilo era uma zanga delas, ficava por ali mesmo (...) Discutia... agora, a desconfiança era pouca, não sabe? Se contava as que tinha as xenda”¹³⁹

Dona Mariinha entremeava sua fala com risos, como que a não considerar graves tais desavenças. Ao contrário, a expressão séria, quase aborrecida de D. Benedita testemunha uma maior freqüência nos desentendimentos internos entre colegas: “... era o que não faltava.” E quando foi questionada se lembrava de algum caso desse tipo, ela foi taxativa: “Me lembro, mas... tô fora.” E simplesmente silenciou a respeito. O silêncio, tão significativo quanto a fala, foi capaz de informar o desagrado da operária com tais lembranças. Observe-se que ela não nega a existência das desavenças, mas assume a postura de limitar-se a esta informação, impondo a construção de um novo rumo para a entrevista. O silêncio quase aborrecido de D. Benedita contrasta com o riso de D. Mariinha, o mesmo riso que entremeou a fala de D. América a este respeito: “Agora... porque existia também muita briga, viu? As vezes existia tapa, tudo dentro da fábrica, e brigava com a outra e tal”.

A contrapartida era a rede de solidariedade e amizade que era possível e necessário tecer. A boa convivência com as colegas prevaleceu nos depoimentos, dando mostras de que, apesar - e talvez por causa - das tensões

¹³⁸ Depoimento da sra. Benedita do Rosário. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1999, aos 84 anos.

¹³⁹ D. Mariinha. Depoimento citado.

do ambiente de trabalho, de alguma forma, as trabalhadoras se uniam, amenizando as hostilidades que a faina lhes impunha.

“Era ótimo. Minhas colega de trabalho era maravilhosa. São tudo boa, minha filha, minhas coleguinha de trabalho, era tudo camaradinha, gente boa. Não tenho o que dizer das minhas colega.”¹⁴⁰

“Quando levava uma fruta, aí era um pedacinho pra um, um pedacinho pra outra.”¹⁴¹

“Ali era todo mundo dividia o que tinha. Se tinha um pão dividia no meio, se tinha qualquer merenda dividia no meio. Era um relacionamento muito bom... no meu tempo.”¹⁴²

Esta rede de solidariedade, de convivência amistosa edificada e fortalecida no ambiente de trabalho extrapolava os portões da fábrica e ia revelar-se na convivência comunitária nos bairros da cidade e, de forma muito especial, na Vila Operária. É esse cotidiano exterior ao ambiente fabril, mas, estreitamente ligado a ele, entrecortado de dificuldades e sacrifícios, mas também, de união e alegria, que discutiremos no capítulo seguinte.

¹⁴⁰ D. Naninha. Depoimento citado.

¹⁴¹ D. Mariinha. Depoimento citado.

¹⁴² D. Rita Vidal. Depoimento citado.

CAPÍTULO III

PARA ALÉM DAS PAREDES DA FÁBRICA

Este capítulo discute os caminhos através dos quais operários e, principalmente, operárias da C.V.I. construíram suas experiências cotidianas em espaços extra-fabris onde estabeleceram relações de convivências. E, mais ainda, procura analisar o modo como as experiências individuais da vivência familiar, comunitária foram apreendidas pela memória¹⁴³, permitindo uma incursão pelo universo subjetivo das lembranças que operárias e operários guardaram de processos socioculturais, oferecendo perspectivas diferenciadas sobre os acontecimentos do passado.

Esta análise resultou das entrevistas que foram realizadas com 20 operários(as), a maioria deles(as) aposentados(as). O roteiro de entrevista apresentava questionamentos sobre o cotidiano e as relações fabris, mas também, enveredou por questões do universo familiar e comunitário, perpassando as experiências e lembranças sobre as condições de vida, as relações familiares, as dificuldades econômicas, as possibilidades de lazer, o exercício da administração doméstica, procurando compreender, a partir das falas e das formas como foram ditas, a trajetória de sujeitos, cuja história está fortemente ligada ao trabalho fabril.

As narrativas das (os) ex-operárias (os) expressam suas experiências, nas quais se imbricam memória e oralidade, descortinam possibilidades e perspectivas para a pesquisa histórica que encontra campos cada vez mais férteis no universo historiográfico. Assim é que tais expressões se consubstanciam em fontes orais para a pesquisa histórica ou, como preferem

¹⁴³ “A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.” ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. Para outras discussões sobre memória, consultar BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994; MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória. A cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990, entre outros.

outros pesquisadores – a despeito dos debates acerca do uso do termo -, em “história oral”.¹⁴⁴

As fontes orais oferecem a possibilidade de estabelecer novos enfoques e reflexões ao capturar as histórias significativas de indivíduos ou grupos sociais que não estão registradas em documentos escritos, e ao permitir o reexame de realidades não contempladas pela história oficial. É obvio que este não é um atributo exclusivo das fontes orais, nem tão pouco, elas servem apenas à “história dos vencidos”, afinal, as classes dominantes também falam. Mas importa salientar que o uso de fontes orais – e toda sorte de contingências que possam derivar desta opção metodológica – são

“dimensões da pesquisa ricas em possibilidades que se abrem ao historiador preocupado em surpreender o vivido e as estruturas de sentimento, entendidas como criações culturais, no cerne dos processos históricos em que a luta entre projetos de mundo, entre interesses, ganha visibilidade”.¹⁴⁵

A partir da voz dos sujeitos históricos que compunham o quadro de trabalhadores da Companhia Valença Industrial, das lembranças que evocam do seu passado, obtém-se um descortinar de conhecimentos, valores e percepção de mundo, através dos quais é possível chegar a aspectos tradicionalmente marginalizados pela história, dando-lhes visibilidade.

A fala – a palavra dita – foi, então, o veículo fundamental de construção e reconstrução da história e vivências das operárias, através da qual, ao remontarem suas experiências, estabeleceram referências do contexto profissional, sociocultural e pessoal que constituem a sua história. Há que se destacar, entretanto, que o uso de fontes orais não implica considerar somente o “dito”, o verbalizado; a plenitude do depoimento abarca movimentos, gestos, expressões fisionômicas, entonações e silêncios carregados de sentidos. Segundo Charles Santana:

Implica, também, pensar a fonte oral impregnada de significados que emergem de diferentes performances corporais, negando

¹⁴⁴ A respeito dos debates sobre o termo “história oral” ver AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. Ver também ALCÁZAR I GARRIDO, Joan del. “As fontes orais na pesquisa histórica: uma Contribuição ao Debate”. *Revista Brasileira de História*, vol. 13, nº 25/6. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 92/ago. 93, pp. 33-54.

¹⁴⁵ SANTANA, Charles d’Almeida. *Fartura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações. Bahia 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998, pp. 21-22.

ratificando ou explicitando o conteúdo das palavras de uma forma distinta daquela expressa pela e na escrita”.¹⁴⁶

Na fala de trabalhadoras e trabalhadores entrevistadas (os), a diversidade de respostas e reações a um questionamento ajuda a tecer os fios das relações sociais de outros tempos, as quais, extrapolando a experiência individual, dizem das estruturas políticas, econômicas e culturais de um dado espaço numa determinada época.

Dentre os espaços extra-fabris, onde as vivências se davam, e ao qual se fez referência durante as entrevistas, estava o sindicato. De acordo com as depoentes, não se tratava de um ambiente em que a presença feminina fosse muito freqüente. Ainda assim, o sindicato figura na memória das trabalhadoras, ora, como uma agremiação através da qual se conseguiam benefícios imediatos e materiais, como remédios; ora, como uma entidade que mediava as relações entre patrões e operários, onde a participação da maioria consistia essencialmente em aderir às greves propostas pelas lideranças sindicais, adesão tantas vezes motivada pela força das circunstâncias ou pelo temor de ser mal vista(o) entre os colegas.

A ex-operária D. América diz não se recordar muito bem da atuação do sindicato. Lembra de informações gerais, como o desconto mensal para a contribuição sindical, da presença de “gente de Salvador” que vinha à cidade em momentos mais tensos de greves, mas a conversa em torno deste assunto foi entremeada de muitos “não me lembro”. Cecília Sardenberg propõe uma discussão acerca desta “não lembrança” das operárias em torno das lutas sindicais, analisando o gênero da memória e conclui que:

“Por certo, as mulheres não estão equivocadas ao se manterem distantes: elas eram de fato marginalizadas nesse processo. Não custa lembrar que nesse período, o processo decisório relativo aos movimentos grevistas concentrava-se na liderança dos sindicatos. E estes, vale ressaltar, eram quase que exclusivamente do domínio masculino¹⁴⁷.”

¹⁴⁶ SANTANA, Charles d'Almeida. Op. cit. P. 21.

¹⁴⁷ SARDENBERG. Cecília Maria Bacellar. “O Gênero da memória”. In: PASSOS, Elizete. ALVES, Ívia. MACEDO, Márcia (orgs). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998. p. 159.

O depoimento do operário Gerci Januário apresentou um teor diferenciado da fala feminina. Ele, que teve a oportunidade de ocupar uma função da diretoria do sindicato, se recorda com riqueza de detalhes a atuação do sindicato e a avaliação que ele, sindicalista, fazia da entidade na época:

“Uma ocasião quiseram fazer uma greve. Fizeram a greve. O presidente do sindicato dizia ao pessoal, o povo sócio do sindicato: ‘Vamos fazer a greve’. E por detrás ele ia dizer ao gerente: ‘É! O povo quer fazer greve. Eu to dando conselho a eles pra não fazer isso. E eles continuam a greve.’ Então fazia mal pra gente, quer dizer, pra gente tava fazendo bem de mentirinha e fazendo bem pra empresa que eu acho que não deva também fazer mal pra empresa, mas deve dar a César o que é de César¹⁴⁸.”

O dado que a ex-operária mais se recorda, no que se refere ao sindicato, era a mediação deste com as farmácias para possibilitar o acesso à compra de remédios:

“Eu me lembro de sindicato porque eu comprava... o sindicato vendia remédio. O sindicato, como é que diz, comprava o que a gente precisava... se receitava, não tinha como comprar o remédio, ele aí tinha uma farmácia ou duas que a gente se despachava por conta do sindicato. E o sindicato descontava, né? Ia pagando por semana.”¹⁴⁹

O depoimento da ex-operária D. Naninha foi surpreendentemente enfático ao ser questionada sobre a atuação do sindicato e sua participação na entidade.

“Participava. Era remédio que a gente adquiria... só era remédio. Eu nunca levei problema pra sindicato! Eu nunca fui problemática dentro do meu trabalho! (...) Eu não ia [para as reuniões]. Não gostava não. Não gostava desse negócio. Não gosto de nada! Nunca gostei de nada! Só fazia trabalhar. Essas coisa de reunião, disso, daquilo, não participava de nada. (...) Nem procurava saber o que foi que houve lá, nem o que não houve. Não ia não. Nada. Só cumpria com as minhas obrigação dentro do setor do meu trabalho. O resto? Não procurava saber nada!”¹⁵⁰

A sua resposta, marcada pela rigidez da expressão fisionômica, o fechar dos olhos e o frenético manear da cabeça, revela que a operária não concordava com a maneira como o sindicato atuava e traduz a sua visão sobre

¹⁴⁸ Depoimento do sr. Gerci Januário da Costa. Ex-operário aposentado residente em Valença. Entrevistado em 2001, aos 75 anos.

¹⁴⁹ Depoimento da sra. América da Conceição. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 2006, aos 82 anos.

¹⁵⁰ D. Naninha. Depoimento citado.

a organização política do grupo profissional de que participava. A atuação do sindicato era por ela compreendida como “coisa de problemáticos” e a sua participação nessa entidade limitar-se-ia ao aviamento de receitas médicas. Outras operárias compartilhavam da mesma visão expressa por D. Naninha:

“Mas eu nunca me envolvi em nada (...) [Durante a greve]... eu trabalhava... trabalhava. Nunca me envolvi em nada disso (...) Entrava quem quisesse trabalhar; quem não quisesse...”.¹⁵¹

É difícil mensurar até que ponto as operárias reconheciam como importante e necessária a sua participação no sindicato e nos momentos pontuais de lutas coletivas como as greves. É fato, entretanto, que muitas operárias participavam ativamente das paralisações, a tal ponto que D. Benedita afirmou em seu depoimento:

“Quando tinha greve... O sindicato era que iria resolver tudo porque quanto tinha greve o pessoal vinha... não trabalhava. Ficava tudo do lado de fora sem querer entrar e o sindicato era que ia resolver. Veio até gen... povo de Salvador, Plínio Sampaio, esse pessoa resolver esses problema”.¹⁵²

E acrescentou, quando questionada a respeito da sua participação na greve: “Eu fazia sim... Era a fábrica toda... era... era a fábrica toda, não era só eu não.”

A presença feminina nesses movimentos – embora nem sempre figure como um dado significativo nos relatos sobre as greves operárias, invisibilizada pelo mérito atribuído às lideranças sindicais – teve um caráter importante, se não decisivo, uma vez que as operárias compunham a maioria dos trabalhadores fabris envolvidos de forma direta nas linhas de produção. Portanto, “qualquer tentativa de greve seria malograda sem a mobilização das mulheres¹⁵³”. No entanto, prevalece nos relatos uma certa ausência de reconhecimento dessa importância, a liderança do sindicato como força mobilizadora – um sindicato apartado delas, identificado pelos pronomes em terceira pessoa – e a identificação do ambiente doméstico, e não o sindical, como efetivo espaço de atuação feminina.

¹⁵¹ D. Mariinha. Depoimento citado.

¹⁵² D. Benedita do Rosário. Depoimento citado.

¹⁵³ SARDENBERG. Cecília Maria Barcellar. Op. cit. p. 159.

Em consonância com os estudos de Cecília Sardenberg, as operárias da C.V.I. também “afirmam, entretanto, que embora cumprissem as palavras de ordem do sindicato no tocante à parede, iam para casa porque tinham ‘mais o que fazer em casa’¹⁵⁴...” As diferentes impressões sobre a atuação do sindicato são reveladoras da diversidade de elementos componentes daquela realidade. No exemplo mencionado, de um lado, trabalhadoras (es) que participavam ativamente dos embates que envolviam os interesses de operários e os de patrões (ou seus representantes); de outro, aquelas (es) que primavam pela obediência e pela idéia de jamais serem “problemáticos” dentro do seu ambiente de trabalho. Entre um e outro pólo, outros tantos sujeitos, cuja conduta, nem tão conflitiva nem tão submissa, aumentava ainda mais as tramas que compunham a teia daquelas relações sociais.

Através dos depoimentos, as trabalhadoras(es) atestaram sua participação nos movimentos grevistas promovidos pelo sindicato correspondem às mesmas (os) que fizeram críticas severas aos seus superiores, provavelmente aquelas (es) que, no dia-a-dia fabril, criavam mecanismos para quebrar, ou pelo menos, flexibilizar, a rigidez do enquadramento disciplinar, e se atreviam, em momentos decisivos, ao enfrentamento, respaldadas pela união com outras (os) operárias (os) e pelo sindicato. O depoimento de D. Benedita – que afirmou participar das greves – e o de D. Mariinha – que assumira a postura da não-participação – são lapidarmente exemplificadores da diferença de relações mantidas com os patrões:

“Dr. Raul e seu Morá ¹⁵⁵ ... Aquele seu Mora era uma misera... Pintava o diabo com a gente... E dr. José Soares, aquilo era outro miserave... era gerente... Seu Morá saiu, foi embora, e ele foi quem ficou, José Soares. Aquilo é um miserave... Quarquê bobagezinha ele suspindia, pagava multa”.¹⁵⁶

“Mas eu, graças a Deus, sempre fui tratada com delicadeza, que eu também não dava lugar a ninguém me chamar por nada. (...) Ele [‘dr’ Raul, gerente] brincava muito comigo, não dentro do trabalho; fora...”.¹⁵⁷

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁵ Os senhores Raul Malbouisson e Jesus Moral eram gerentes da Companhia Valença Industrial.

¹⁵⁶ D. Benedita do Rosário. Depoimento citado.

¹⁵⁷ D. Mariinha. Depoimento citado.

A reconstituição dessa dimensão subjetiva dos processos históricos é uma possibilidade que as fontes orais oferecem de forma singular. Uma de suas maiores riquezas é a própria oralidade em toda sua substância, com todas as suas nuances e com seu amplo leque de possibilidades de penetrar em dimensões do modo de vida de sujeitos, as quais dificilmente seriam percebidas em outros tipos de fontes.

A oralidade constitui-se, ainda, uma primorosa fonte de comunicação entre sujeitos – pesquisador (a) e entrevistado (a) – que juntos, ao construir o depoimento, constroem um recurso a mais para as descobertas e conhecimento sobre a complexidade humana. A partir da oralidade, geram-se novas fontes para a pesquisa, capazes de produzir conhecimentos históricos que, permeando o âmbito subjetivo das lembranças, permite ao pesquisador

“ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humanas¹⁵⁸”.

As relações extra-fabris eram, inevitavelmente, permeadas por laços criados dentro da fábrica, no cotidiano do trabalho. O sindicato e a vila talvez sejam os exemplos mais lapidares dessa vinculação que deixa tênue a linha divisória entre o que faz parte das experiências vividas no interior da fábrica e aquelas vivenciadas fora de suas paredes. Vila e sindicato foram espaços de convivência extra-fabril, cuja razão de existir era a fábrica. Dessa forma, mesmo quando se pretende discutir as experiências e lembranças extra-fabris, o olhar pode, vez por outra, adentrar a fábrica e buscar em seu interior os laços, as redes de relações sociais que ali se estabeleceram.

A vila erguida e administrada durante seis décadas pela empresa constituía a morada, o lar, o espaço mais privado e íntimo dos trabalhadores e sua família. Entretanto, este vínculo entre empresa e morada operária repercutiu significativamente na vida dos trabalhadores. Por um lado, era uma alternativa de habitação desejada e até disputada entre operários. Por outro, um mecanismo de controle da fábrica sobre seus trabalhadores, estendendo-se para além do ambiente produtivo. Segundo Marilécia Santos:

¹⁵⁸ LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. “Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. pp. 15-25.

“A disciplina e a ordem eram fundamentais para a seqüência da produção no sistema fabril e assim o controle se fez presente e foi utilizado sob diversas formas, dentro e fora do ambiente produtivo. As vilas operárias inserem-se nos quadros de mudança da estratégia patronal em relação à disciplina do operariado, que passa a empregar métodos punitivos diferentes dos utilizados até então¹⁵⁹.”

Os depoimentos reiteram a dificuldade para se obter uma casa na vila e, se havia restrições ao acesso, é possível inferir que o comportamento do(a) operário(a) que fosse considerado “adequado” pela fábrica poderia constituir um fator determinante para se ter acesso ao “benefício” da moradia na vila. Como analisou Paul Singer:

“Estas vilas serviam a vários propósitos: encurtar o trajeto entre moradia e local de trabalho; aumentar a dependência do operário em relação à empresa, pois em caso de ser demitido ele perdia tanto o emprego quanto o teto; supervisionar a vida privada dos trabalhadores: enquanto os que se revelavam bebedores, jogadores ou mulherengos eram despedidos, os assíduos aos serviços religiosos, sóbrios e poupadores ganhavam preferência nas promoções”¹⁶⁰.

Esta possibilidade de perder “tanto o emprego quanto o teto” foi explicitada pelo relato de D. Dalza:

“Eu viúva, fiquei viúva, eu formei três filhos e ainda construí uma casinha porque eu tinha medo da Companhia, que a Companhia quando a pessoa saía da fábrica, que ela botava a pessoa para fora, perdia a casa, então eu tinha medo de pagar aluguel, de negócio de contrato pra depois sair. Aí eu disse: vou construir uma casa pra quando me botar pra fora eu ter onde botar a cabeça¹⁶¹.”

A dificuldade do acesso exposta na fala de D. América, “era um protocolo danado, precisava sorte,” revela que casa na vila era uma conquista ante à necessidade de um teto, cuja obtenção implicava em fazer parte de uma lista de pretendentes que iam sendo, gradativamente, atendidos. Mas o poder de persuasão das operárias, em alguns casos, antecipava a consecução da casa.

“Quando eu vim praí... que eu pedi tanto a casa, pedi tanto a casa, pedi tanto a casa... Dr. Zequinha, um jogo duro, não queria me dar... eu chorei tanto... aí ele me deu essa chave, saí de lá e vim morar na rua 2.”¹⁶²

¹⁵⁹ SANTOS, Marilécia Oliveira. A “*cidade do bem*”: uma escola de disciplina. Extraído de <http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos> em outubro de 2006.

¹⁶⁰ SINGER, Paul. *A formação da classe operária no Brasil*. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1988. p. 73.

¹⁶¹ D. Dalza Sarmiento Ribeiro. Depoimento citado.

¹⁶² D. Vitalina. Depoimento citado.

O apelo da ex-operária D. Vitalina oferece visibilidade àquilo que Leite Lopes denominou de “padrão fábrica com vila operária”, analisado como uma forma específica de dominação.

“Pois que o fato de certas indústrias fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja das obrigações econômicas e não econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores¹⁶³.”

Porém, o teor dos depoimentos não permite afirmar que a maioria das operárias compreendesse a vila como um prolongamento do universo fabril¹⁶⁴, instrumento de controle e pressão, inclusive, pressão política em época de eleições para favorecer com o voto dos operários a este ou àquele candidato, como testemunha D. Benedita:

“Quando chegava tempo de eleição aquele safado daquele Zé Soares (...) queria que as pessoa votasse pá quem ele quisesse. Aí aqui tava consertando... a casa, tava consertando a casa, e ele queria que eu votasse, votasse pá um tal Eraldo Tinoco – ainda é vivo esse safado – como eu não quis votar pá Eraldo Tinoco, o material que tava aqui ele mandou pegar todo e levou porque não votei.”

Ao invés de uma possível consciência acerca de uma dominação ou controle por parte da fábrica, prevalecem, na maioria dos depoimentos referentes à vila, dois elementos: o primeiro, os laços de amizade e solidariedade, que se construíram entre seus moradores; o segundo, a possibilidade de uma moradia digna, a preços acessíveis. As despesas incluíam, para as moradoras da Vila, o pagamento do aluguel da casa, o qual já incluía taxa pelo consumo de água e energia elétrica, ambas fornecidas pela própria fábrica. Era um valor que, segundo as próprias depoentes, era irrisório, “uma ridicularia” como expressou D. Naninha. Com ela corroboram outras testemunhas:

¹⁶³ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”*. São Paulo: Marco Zero / Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1988. p. 17.

¹⁶⁴ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de trabalhadoras na República – São Paulo 1889/1940*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

“Pagava dois mi réis... pagava por semana... Era por semana ou por mês? Era por semana. Quando desconta... quando ganhava, não sabe? O dinheiro da casa vinha descontado. Mas pagava a casa com água, luz, tudo. Pagava uma casa, com água, com luz... dois mi réis (...) [a casa] era da fábrica”¹⁶⁵.

O valor do aluguel cobrado – previamente descontado no “envelope” – era bastante acessível, ainda mais, pelo fato de cobrir, como já se disse, as despesas da habitação com água e energia elétrica, de acordo com depoimento já citado. Mais tarde, a casa tornou-se propriedade dos operários, que a adquiriam mediante negociação com o gerente e pagamento do valor estipulado pela Companhia. Segundo D. Benedita, uma cobrança indevida:

“Depois... agora depois uns ano aí foi que esse safado desse Zé Soares inventou de vender as casa, mas as casa não era pá ser vendida. Era pá com dez ano do... o operário tivesse na casa ganhar a casa.”

Mesmo considerando razoável o pagamento do aluguel da casa na vila – quando recebiam o salário da semana, “o envelope”, que já trazia este valor descontado – muito pouco restava para suprir as necessidades domésticas.

“Naquele tempo a gente tinha nada, menina? Naquele tempo era tudo pobre. Cozinhava de noite pra comer no outro dia, aquela bobage, aquela panelinha, um bucadinho de feijão, um bucadinho... um pedacinho de carne.”

“Eu vivia comendo no meu povo, né? Comia... naquele tempo tudo era barato... era... comprava aquelas bobage... não dava pra nada”¹⁶⁶.

“Era só feijão e farinha, minha fia. Arroz não tinha... era só feijão e farinha. Meus filho, o pão de manhã era donzelo, o pão não tinha manteiga”¹⁶⁷.

A cesta básica da família das operárias era essencialmente composta por feijão, farinha de mandioca, carne seca, café e pão. Peixes baratos, como pipira e massambê¹⁶⁸, pescados abundantemente nos arredores da cidade, substituíam a carne bovina nas refeições diárias. Esta era um luxo esporádico, geralmente reservado para os domingos. A carne de frango, também rara,

¹⁶⁵ D. Benedita. Depoimento citado.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ D. Vitalina. Depoimento citado.

¹⁶⁸ Pipira e massambê são peixes marítimos, muito comuns no comércio de pescados da cidade. Geralmente vendidos a preços módicos por se tratarem de “peixes miúdos”, como popularmente são adjetivados.

ficava reservada para os dias de festa, como São João e Natal. Diante das dificuldades, o acesso aos pescados que a cidade oferecia constituía uma boa opção alimentar, como relata D. Zélia: “Eu tenho que dar graças a Deus que inda tenho pipira pra dá a meus filho, que eles não vão ficar comeno feijão puro”¹⁶⁹.

As outras despesas – com vestuário e a educação dos filhos – eram administradas ainda com mais dificuldade. A educação formal dos filhos era preocupação constante, sempre presente nas entrevistas. Mesmo em meio às dificuldades, a maioria das operárias percebia a importância de assegurar aos filhos a oportunidade – que elas não tiveram – de estudar. Porém, mantê-los na escola exigia maiores gastos com fardamento e material escolar, que, por mínimos que fossem, já que eram escolas públicas que eles freqüentavam, representava mais uma despesa a ser administrada.

Comprava-se roupa, ou mais comumente tecido para cosê-las, apenas em caso de extrema necessidade, como, por exemplo, quando determinada peça já não cabia na criança, ou, para compor o uniforme escolar. Tecidos confeccionados na fábrica eram de uso corrente, o que caracterizava e discriminava os operários e seus filhos, face às categorias sociais um pouco mais abastadas, pois “... tinha família que não queria saber de operário, que dirá pra chegar em uma loja comprar, ver o pano que eu vestia e comprar igual”¹⁷⁰.

No depoimento de operários e operárias da C.V.I. as narrativas relatam de forma bastante significativa o valor que esses sujeitos davam às relações de coleguismo, de amizade e solidariedade que se consolidaram no interior da fábrica, se estenderam para fora dela e se perpetuaram como uma lembrança agradável presente nas falas das depoentes. Ao relembra-rem e relata-rem suas experiências, abrem um caminho de questionamentos sobre o trabalho fabril, as relações de poder, as redes de solidariedade, as estratégias de sobrevivência e de superação das dificuldades, enfim, a teia de relações sociais que permearam a vida desses indivíduos circunscritos em um tempo e em um espaço históricos.

¹⁶⁹ D. Zélia Paixão. Depoimento citado.

¹⁷⁰ Depoimento da sra. Leonor Gomes Negrão. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1999, aos 80 anos.

“Era ótimo. Minhas colega de trabalho era maravilhosa. São tudo boa, minha filha, minhas coleguinha de trabalho, era tudo camaradinha, gente boa. Não tenho o que dizer das minhas colega”.¹⁷¹

No depoimento de D. Naninha, como em outros, são sinalizados outros elementos das relações que envolviam aqueles sujeitos sociais: a boa convivência expressa nas palavras da ex-operária é um indicativo de que a rede de solidariedade e de amizade tecida no ambiente fabril era um dado significativo.

A memória dessas relações permeia as lembranças e as falas desses indivíduos que, ao compartilhar as vivências cotidianas do trabalho, não raras vezes, convertiam tal partilha em estratégias para amenizar as tensões e dificuldades, burlar a fiscalização e o enquadramento disciplinar impostos por seus superiores, e vencer obstáculos que garantissem a sua permanência no emprego. Esta rede intrincada de solidariedade e cumplicidade foi patentemente expressa por D. Aída:

“Eu com quinze dia aprendi logo trabalhar. Fui trabalhar com uma máquina só. E a vizinha minha, de junto, aí quando eu não sabia eu chamava ela escondido do fiscal, aí ela: é assim, assim. Aí saía logo pra o fiscal não ver”.¹⁷²

Fora da fábrica, a convivência na Vila era amistosa, marcada pelas conversas na porta, pelo companheirismo nas idas e vindas do trabalho, pela solidariedade entre os vizinhos. Isso ficou patente em todos os depoimentos, entre os quais o de D. Aída é o mais representativo:

“Eu e os vizinho nunca tive disintendimento, graças a Deus. Aqui todo mundo é unido, aqui na vila. Tem tanta gente que quer morar na Vila. Tem muita gente que quer morar aqui na vila. Porque aqui não se... quando grita uma a casa fica assim ó. Quando meu filho morreu a casa ficou assim ó de gente. Meu filho trabalhou também na fábrica.”

As lembranças das boas relações com os vizinhos afloram nos depoimentos das operárias, especialmente entre aquelas que compartilhavam, além das rotinas do trabalho fabril, a convivência no conjunto habitacional da vila operária. Muitas delas fazem referência a colegas de trabalho chamando-

¹⁷¹ D. Naninha. Depoimento citado.

¹⁷² Depoimento da sra. Aída Santos Barbosa. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 1999, aos 72 anos.

as de “minha comadre”, o que revela um estreitamento dos laços através das relações de compadrio.

As atitudes solidárias entre os vizinhos no caso de doença ou falecimento de parentes, expressas no relato de D. Aída quando diz que “a casa fica assim ó” – a fala acompanhada do gesto de bater as pontas dos dedos da mão para dar idéia da presença de uma grande quantidade de pessoas – também se reavivaram em outros depoimentos, confirmando a existência de uma rede de relações em que a partilha, tanto das alegrias quanto das dificuldades, ajuda a tecer os fios das características específicas do grupo de operários(as) estudado.

Tais relações, inscritas na dinâmica da cotidianidade, constituem os fios da tessitura em que indivíduos adquirem o estatuto de sujeitos históricos. A História Social oferece instrumentos que possibilitam ao historiador apreender o potencial desse imenso cenário que é o cotidiano e, ampliando os horizontes temáticos, abstrair os sujeitos da vida por eles mesmos criada, ou seja, analisá-los a partir da perspectiva do cotidiano, ele que é, segundo Agnes Heller, “a verdadeira ‘essência’ da substância social”.¹⁷³

As vivências inscritas no cotidiano são reavivadas pela memória que, mediando as experiências passadas em sua relação com o presente, faz aflorar uma vastidão de significados acerca do tempo vivido. Mais do que um processo parcial e limitado de recordar fatos passados, a memória funda-se na construção de referências sobre o passado e o presente de indivíduos e/ou grupos sociais que, de um lado, estão ancorados nas tradições; de outro, intimamente associados a mudanças culturais. Desse modo, memória e oralidade constituem instrumentos preciosos para o trabalho do historiador que pretende desvelar universos individuais e sociais – trabalho, cultura, vida cotidiana... – de agentes sociais populares, a partir daqueles que os vivenciaram.

Nesse sentido, ao penetrar na memória das (os) operárias (os) da C.V.I., pisa-se em uma seara instigante e desafiadora, que nega a rigidez cronológica e a linearidade, que é marcada por oscilações que envolvem a lembrança e o

¹⁷³ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985, p. 20.

esquecimento, subjetividades coletivamente construídas, o passado e sua recriação em um outro momento: o presente, com todas as suas contingências.

De acordo com Maurice Halbwachs,¹⁷⁴ a memória é sempre permeada por uma essência coletiva, ainda que o ato de rememoração seja subjetivo e individual, uma vez que nenhum sujeito histórico é isolado; ele é essencialmente social, e suas experiências/vivências são social e coletivamente construídas. Observe-se, por exemplo, a fala de D. Mariinha:

“Eu estava na escola nesse tempo com professora Dorinha, aí foi faltando as coisas porque papai já tinha saído (...) por motivo de doença (...). Titia também não tinha saúde perfeita e era pessoa de noventa e tantos anos. Minha mãe... Meu pai... Meu pai morreu ia fazer 99 anos, esse, de criação. Aí ficou... eu peguei e disse... Aí eu peguei e disse ‘eu não quero mais ir para a escola, eu quero trabalhar’”.¹⁷⁵

As lembranças que emergem de sua memória situa-a socialmente em uma série de coletividades: a família – a partir da qual constrói a explicação para sua inserção no mundo fabril; a escola – espaço social cuja permanência foi “sacrificada” em favor da luta pela sobrevivência, luta essa que sugere a possibilidade de sua inserção em um novo espaço de vivência coletiva que é o mundo do trabalho. Uma tal abordagem em relação à memória pode exigir um certo exercício de reflexão quanto àquilo que Henry Rousso chamou de “obstáculo teórico”, uma vez que:

“Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma ‘memória coletiva’, isto é uma presença e portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade”.¹⁷⁶

Entretanto, essa “aura” coletiva que permeia a memória não pretende – nem poderia – uniformizá-la. Se é fato que cada indivíduo é essencialmente social, é fato também que sua presença na sociedade ocupa e marca um lugar que lhe é exclusivo. Suas reminiscências, ou aquilo que dentre elas seleciona e decide explicitar, bem como, as maneiras de expressá-las apresentam um inconfundível traço de subjetividade que aqui pode ser compreendida como individualidade. Segundo Halbwachs:

“Haveria então, na base de toda a lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que – para distingui-lo

¹⁷⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

¹⁷⁵ D. Mariinha. Depoimento citado.

¹⁷⁶ ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social – admitiremos que se chame intuição sensível”.¹⁷⁷

Dessa forma, memória individual e memória coletiva estão atreladas, pois que são geradas nas inter-relações que cada sujeito trava com as esferas sociais de que participa.

Concordando com Henry Rousso, a memória “constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”.¹⁷⁸ Trabalhar com as experiências rememoradas por ex-operárias (os) de uma fábrica têxtil – memórias recompostas com a sensibilidade do presente sobre o seu passado – constitui uma oportunidade de descortinar histórias de vida, comportamentos, visões de mundo de sujeitos que, sendo agentes de sua história, fazem parte da trama social de um tempo, de um lugar e de um conjunto de relações, e que imprimem sua “marca” na sociedade em que vivem/viveram e são, ao mesmo tempo, marcadas (os) por ela e dela são sinais.

O papel da memória nos estudos históricos tem sido, pois, um papel “subversor”. Para além dos debates teórico-metodológicos, o fato é que ela vem – para usar uma expressão de Alistair Thomson – “subvertendo a história”¹⁷⁹ e assumindo relevância significativa nas produções históricas. Ao fazê-lo, o historiador alarga as noções de evidência histórica, incluindo as fontes orais como válidas para os estudos da história social e cultural. Nas palavras de Thomson:

“... não seria demais afirmar que a história oral – juntamente com outros artefatos, dados e ‘textos’ culturais – provou-se crucial para o processo de superar noções convencionais acerca do que vale como história e, portanto, do que a história pode contar”.¹⁸⁰

Assim, as recordações e narrativas das ex-operárias (os) da C.V.I. tornaram-se fontes para responder aos questionamentos sobre a vida cotidiana, o trabalho operário, as relações de poder, de solidariedade e de disputas, as ações e relações no ambiente doméstico.

¹⁷⁷ HALBWACHS, Maurice. Op cit. p. 37.

¹⁷⁸ ROUSSO, Henry. Op. cit. p. 95.

¹⁷⁹ THOMSON, Alistair. , FRISCH, Michael. e HAMILTON, Paula. “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”. In: AMADO, Janaína. e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁸⁰ THOMSON, Alistair. Op. cit. p. 76.

São questões que perpassam a experiência de sujeitos, cujas visões/impressões dificilmente estão registradas em documentos escritos, como, por exemplo, esse registro no testemunho de D. Dalza:

“A gente não tinha tempo nem de se encostar porque é pra olhar as máquina na frente, atrás. Ali é um trabalho de rodar mesmo. Quando eu chegava em casa eu já não dava mais pra nada. (...) Trabalhava na fábrica, trabalhava em casa e era uma vida de correria. (...) Eu me acabava mesmo pra poder... porque no dia, na semana que eu ganhava pouco meus filho não tinha dinheiro nem pra comprar uma merenda (...).”¹⁸¹

Despontam nas lembranças de D. Dalza uma série de elementos que compunham aquele universo social: as exigências e condições para a realização do trabalho na tecelagem, as dificuldades em administrar a dupla jornada de trabalho – na fábrica e em casa –, as características da relação de trabalho que estabelecia, por exemplo, o ganho por produtividade, as motivações para se dedicar ao máximo de sua capacidade produtiva expressa em “eu me acabava mesmo”, para garantir a satisfação das necessidades de seus filhos.

A rotina doméstica exigia uma reorganização que permitisse conciliar o trabalho na Companhia e a vida familiar. Nos discursos das operárias, a família – seja aquela em que nasceu ou aquela que constituiu – figurava como elemento motivador para a própria inserção no mundo do trabalho. Por mínimas que fossem as condições de sobrevivência, as operárias atribuíam à fábrica a possibilidade de manter o sustento, ainda que precário, da família:

“Eu estava na escola nesse tempo (...) aí foi faltando as coisas porque papai já tinha saído (...) Meu pai... meu pai morreu ia fazer 99 anos, esse, de criação. Aí ficou... eu peguei e disse... Aí eu peguei e disse ‘eu não quero mais ir para a escola, eu quero trabalhar’¹⁸².”

“Graças a Deus, lá criei meus filho!”¹⁸³

Se, em nome da subsistência da família, homens e mulheres convertiam-se em operários e operárias, imperava – especialmente no caso das operárias –

¹⁸¹ D. Dalza Sarmiento Ribeiro. Depoimento citado.

¹⁸² D. Mariinha. Depoimento citado.

¹⁸³ D. Júlia Brasília Conceição, 82 anos. Ex-operária aposentada, residente em Valença. Entrevistada em 2002, aos 80 anos.

a necessidade de se criar alternativas e meios de conciliar o universo fabril e o doméstico:

“Mas naquela época eu me levantava cinco horas da manhã porque eu tinha comigo sair, deixar minha cama, que Deus me deu naquela época, forradinha com lençol que Deus me deu, que era um lençolzinho de algodãozinho com bico de crochê, com essas coisas todas, mas tudo limpinho, dobradinho (...) Cozinhava de véspera, porque fogo de lenha! É! Fogo de lenha é brincadeira? (...) Mas naquela época, eu deixava, já deixava minha bóia pronta. (...) Eu chegava quatro e quinze da tarde, tinha muito tempo. Aí eu ia varrer a casa toda, botava logo água no fogo pra esquentar pra dar banho [nos filhos], fazia logo café...¹⁸⁴”.

Deixar filhos em casa, com uma assistência limitada e definida pelos ditames do relógio, do apito e do trabalho fabril era um dos muitos contratempos que a mulher operária enfrentava no seu cotidiano. A vida se tornava uma constante corrida contra o tempo, o que causava fadiga e descontentamento.

Ao sinal do apito, que soava três vezes convocando os operários e operárias, um novo dia de labuta começava. A jornada de trabalho feminina se iniciava cedo, em casa, preparando café da manhã que nem sempre podia tomar, arrumando filhos para encaminhá-los para escola ou creche¹⁸⁵, tomando, enfim, as primeiras providências domésticas sob sua responsabilidade. Prolongava-se, depois, no ambiente fabril, sob o controle, a vigilância e exigências que cercavam seu trabalho. E se estendia, ainda, numa outra jornada doméstica, noturna, quando se ia preparar comida para o dia seguinte, cuidar da higiene da casa, acompanhar as atividades escolares dos filhos.

“Lavava de noite, cozinhava de noite, fazia minhas coisa tudo de noite pra de manhã tá em forma pra trabalhar. Carregava meus filho tudo pra creche. A metade dos meus filhos foi tudo criado dentro de uma creche, aí da mesma Companhia. Meus filhos foi criado a metade lá. A alimentação saía da minha casa pra eles.”¹⁸⁶

¹⁸⁴ D. América da Conceição. Depoimento citado.

¹⁸⁵ O relatório da Direção, apresentado à Assembléia de acionistas em 15 de março de 1940, confirma a existência da creche, argumentando ser “Motivo de atenção e especial cuidado tem sido sempre para nós a fiel observância das leis sociaes, e assim vimos, dentro das nossas possibilidades, contribuindo com a assistência devida no (...) amparo e carinho aos filhos dos que trabalham, e que são entregues aos desvelos de pessoal habilitado em nossa Creche.”

¹⁸⁶ D. Naninha. Depoimento citado.

“À noite mesmo, eu botava eles tudo [os filhos] pra estudar pro outro dia...”¹⁸⁷

Os depoimentos das operárias revelam o que Ana Paula Vosne Martins chamou de “adequação à ideologia da domesticidade”¹⁸⁸, reforçando os papéis normativos de gêneros socialmente construídos, segundo os quais a esfera doméstica seria intrinsecamente feminina. A fala das entrevistadas continha uma naturalidade, uma aceitação dos papéis de gênero socialmente estabelecidos, de modo que, em nenhum momento, essa exclusividade feminina sobre os afazeres doméstico foi questionada. Ao contrário, a expressão “tinha muito tempo” dita por D. América demonstra que na rotina feminina havia uma espécie de cronograma das atividades fabris e domésticas, que se cumpria quase que naturalmente.

Em muitos casos, as tarefas domésticas se acumulavam para o final de semana, isto é, para o domingo, o que impossibilitava o necessário descanso e o lazer.

“Eu lavava era roupa! Juntava a roupa da semana toda. Eu lavava as miúda dia de semana, quando era dia de domingo era pra lavar roupa”¹⁸⁹.

“Dia de domingo lavava roupa. Era! Lavava roupa de manhã, que eu tinha fonte no quintal, aí lavava roupa de manhã. As peça que precisava ficar no sabão aí deixava quarando, porque se usava quarar roupa, aí deixava quarando se tinha uma mancha de azeite, uma coisa qualquer tinha que quarar pra o sol comer aquilo ali. Aí deixava já no segundo sabão pra no outro dia de manhã, acordava cedo, tinha fonte no quintal, enxaguava, já deixava tudo nas corda”¹⁹⁰.

Nessas circunstâncias, mecanismos de reelaboração da situação concretamente vivida convertiam a dureza do trabalho de domingo em oportunidade de descontração. Lavar roupa, por exemplo, enormes trouxas de roupas lavadas na “fonte” – córregos, riachos ou cachoeiras da cidade – dada à escassez de água nas casas, constituía-se para as operárias num momento singular de conversa com as amigas (o trabalho era, em geral, feito em grupo), de tomar um banho de rio, de aproveitar a companhia dos filhos que,

¹⁸⁷ D. Mariinha. Depoimento citado.

¹⁸⁸ MARTINS, Ana Paula Vosne. “Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar”. In: *Revista de História Oral*. Rio de Janeiro: v. 8, p. 61-76, 2006.

¹⁸⁹ D. Dalza. Depoimento citado.

¹⁹⁰ D. América da Conceição. Depoimento citado.

muitas vezes, as acompanhavam. Em circunstâncias assim, rompia-se com o ritmo e as imposições do trabalho fabril.

Além das tarefas de casa – limpar, cozinhar, arrumar – cuidar dos filhos era uma outra atividade atribuída à mulher operária, com a qual ela lidava com alguns embaraços. Em alguns casos, contava-se com parentes, geralmente as avós ou filhas mais velhas, com vizinhas, ou, mais raramente, com o pai da(s) criança(s).

“... que era pá quando eu tá em casa, ele [o marido] tá trabalhando, quando eu tava trabalhando, ele tava em casa. Meus filhos nunca ficaram sozinho não.”¹⁹¹.

[os filhos] ah, deixava entregue a Deus e ao povo. Eu saía, deixava, porque sempre tinha aquelas pessoas que a gente deixava os filhos pra tomar conta. E a gente pagava toda semana, que eu não me lembro mais também quanto era que eu pagava. Aí foi passando o tempo, foi passando o tempo, aí um, os que era maior foi tomando conta dos menor dentro de casa e vivia entregue a Deus¹⁹²..

Uma outra alternativa era a creche, que acabava por tornar-se mais um laço que atrelava o(a) trabalhador(a) à fábrica. Mas era a alternativa mais viável para as operárias, que nem sempre tinham com quem deixar os filhos, como aconteceu com D. Naninha: “Carregava meus filho tudo pra creche”

A rotina desgastante caracterizou a vida das operárias ao longo dos anos em que estiveram empregadas na fábrica. Muitas delas, especialmente as mais antigas dentre as entrevistadas, se aposentaram depois de 30, 35 anos de trabalho, todos e cada um deles vividos assim: correndo contra o tempo, numa dupla jornada de trabalho que varava os finais de semana, sem alimentar ambições pessoais de estudar ou buscar outra alternativa de trabalho. Estar na fábrica parecia ser a melhor, senão a única opção, pois o que elas entendiam como o mais importante da vida era a sobrevivência mesma, cotidianamente garantida, mínima que fosse, graças àquele trabalho.

Garantir a manutenção do emprego era, portanto, vital, o que talvez explique posições como a enfatizada na fala de D. Mariinha, bem como, a sujeição ao ritmo intenso de trabalho que lhes obrigava a conciliar, com dificuldade, casa e fábrica.

¹⁹¹ D. Naninha. Depoimento citado.

¹⁹² D. América da Conceição. Depoimento citado.

“... o senhor sabe qual é o meu partido? É a Companhia Valença Industrial. Sabe quem são meus candidato? São as quatro máquina que eu trabalho, que é delas que eu vivo...”¹⁹³

Assim, nos depoimentos das mulheres trabalhadoras da C.V.I. se tornam mais visíveis tanto as dificuldades advindas dessa “dupla jornada” de trabalho, como as reelaborações e alternativas construídas no cotidiano doméstico e comunitário para superar os percalços.

As atividades de lazer quase que não figuram nos depoimentos. Quando questionadas a este respeito, a resposta imediata traz à tona as conversas com vizinhos e parentes nas portas de casa, como relatou D. América:

“Ah, pra se distrair... olhe, num tempo que não tinha televisão... era história, sentada na porta pra contar história noite de lua, que as luzes era muito pouca que tinha, não era em toda rua que tinha lâmpada. Então a vida era essa: contar história até nove hora, por aí assim. ‘Vai dormir que amanhã é dia de trabalho!’¹⁹⁴

As raras possibilidades de lazer que quebravam essa rotina – em que o trabalho era o elemento dosador do tempo das conversas descontraídas na porta de casa – eram aproveitadas com euforia, e uma das mais representativas formas de diversão, que rompia drasticamente com a rígida rotina de trabalho eram as festas na Recreativa, especialmente, o Carnaval.

A Recreativa era uma espécie de clube dos operários, cujo prédio fora inaugurado em 1929 e doado para instalação do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem no ano de 1953¹⁹⁵, onde aconteciam atividades de lazer, como jogos de dominó e os bailes de carnaval e micareta¹⁹⁶ e outras festividades, recordados com saudade por D. Naninha:

“As festa da recreativa era boa. A gente ia beber, dançar mascarado. Só brincar... só brincar. Só alegria... era só alegria... só alegria... Ah! Eu saí em muito cordão, saí muito em grupo...”

As boas recordações de D. Naninha são compartilhadas por outras operárias. No relato de D. América:

¹⁹³ D. Mariinha. Depoimento citado.

¹⁹⁴ D. América da Conceição. Depoimento citado.

¹⁹⁵ FONSECA, Arlindo Paes da. op. cit.

¹⁹⁶ A micareta é uma espécie de carnaval fora de época que acontecia anualmente em Valença, geralmente alguns meses depois do Carnaval oficial.

“Tinha festa que era só pro... era só... a Recreativa numa boa época só era dos operário. Todas as festa boa que tinha e tal era dos operários. (...) antigamente era, que tudo era decidido lá.”

As lembranças dos carnavais apareceram com bastante força e, segundo os relatos até mesmo os operários que estavam cumprindo turno de trabalho na fábrica criavam meios de não estar de todo excluídos da festa: fantasiavam-se e percorriam as seções cantando, dançando, jogando talco uns nos outros, criando um momento único no interior da empresa.

Burlava-se a fiscalização para adentrar a fábrica portando os objetos necessários para a folia. A adesão era grande, embora alguns, temerosos, não participassem. Em alguns casos, até os mestres eram envolvidos pela brincadeira. É o que nos revela a fala de D. Dalva:

“A gente, no tempo de carnaval, jogava tarco ne cima deles [os gerentes], que eles entrava dentro da fábrica a gente enchia eles todo de tarco.”

Leite Lopes analisa este “clima de reinvenção criativa” da fábrica ao estudar as experiências de operários da cidade pernambucana de Paulista e considera que:

“Confinadas a poucos dias por ano, essas festas têm, no entanto, a ver com um clima cotidiano dentro da fábrica. Esse clima cotidiano está intrinsecamente ligado a uma concepção de trabalho, que inclui tanto a construção da suportabilidade das condições de trabalho fabris, quanto padrões de sociabilidades entre companheiros de trabalho submetidos ao poder da administração da fábrica. Essa incorporação antitética da festa no cotidiano revelamos uma face oculta do próprio trabalho fabril tal como ele se passa concretamente para os operários de carne e osso: a busca da transformação da monotonia do trabalho, mesmo quando há orgulho no trabalho bem feito e na profissão, em acontecimentos inesperados, em motivo para brincadeira, em conversa¹⁹⁷.”

Aparentemente, as manifestações culturais do povo, ao invadirem os portões da fábrica, não provocavam maiores conflitos em relação aos patrões. De acordo com o que se pode apreender do depoimento de D. Dalva, mesmo os gerentes acabavam sendo enredados pela festa carnavalesca ímpar que acontecia dentro da Companhia.

¹⁹⁷ LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit. pp. 82-83.

É possível que tal concessão tivesse o propósito de permitir um momento limitado e determinado de descontração, com vista a aliviar as tensões e, conseqüentemente, contar com trabalhadores mais satisfeitos e, por isso, mais produtivos.

Um interessante processo dialético se revela: os operários apreendem a sua realidade, nela abrindo brechas para se contraporem à sua rigidez; os patrões apreendem as manifestações dessa contraposição e converte-as em instrumento de exploração do trabalho.

Há um outro traço marcante na história dessas mulheres para as quais a devoção e a fé eram um sustentáculo e contribuía enormemente para ajudá-las a suportar a labuta: a festa de Nossa Senhora do Amparo, padroeira dos operários.

“Eu olhava pra Nossa Senhora do Amparo pedino que ela me ajude que eu saia viva daqui, chegasse a hora que eu me aposentasse”¹⁹⁸.

A Festa do Amparo era organizada por uma comissão que incluía representantes dos operários da fábrica, com destaque para a participação feminina. Segundo D. América, os trabalhadores contribuía, inclusive, com recursos financeiros para o evento:

“Os operário pagava.. pagava... era descontado no envelope aquela fraçãozinha que eu não me lembro o dinheiro na época... a gente pagava o ano inteiro pra poder custear tudo da festa, e o que ia fazer de limpeza na igreja, essas coisa tudo (...) Tinha Moçazinha... Tinha muita gente [na comissão de organização da festa], mas que eu me lembro daquela boa época ainda é Moçazinha. (...) Tinha muita gente que trabalhava na Companhia Valença e era da direção da Igreja Nossa Senhora do Amparo¹⁹⁹.”

A Festa do Amparo, o maior evento religioso da cidade, era ocasião de adquirir roupa nova. Esse fato dá uma mostra da importância que a devoção à Santa tinha no universo operário da cidade. Economizava-se, reorganizava-se o orçamento doméstico, fazia-se hora extra, adquiria-se empréstimo, tudo para se comprar tecido e coser as roupas para si e seus filhos e para comprar sapatos, geralmente artesanalmente confeccionados e vendidos a preços mais acessíveis.

¹⁹⁸ D. Beatriz. Depoimento citado.

¹⁹⁹ D. América da Conceição. Depoimento citado.

A maioria dos operários se mobilizava de algum modo para participar do evento: seja através da participação na comissão de organização da festa, seja contribuindo financeiramente para as despesas com flores, foguetes, etc., seja simplesmente assistindo às novenas e à festa.

FOTO 05 – Festa de Amparo. 1964



Fonte: Câmara Municipal de Valença. Acervo fotográfico.

A cidade inteira participava (e ainda hoje participa) e se emocionava com a festa. A chegada da procissão, ao final da tarde, era um momento de verdadeiro êxtase que fazia muita gente chorar.

Os operários tinham na festa, enquanto protegidos da Santa, um certo destaque frente à população e, provavelmente, só o experimentavam nessa ocasião. Era a sua padroeira arregimentando o povo da cidade. Ao lado dela, eram eles o cerne da festa. Criava-se um sentimento de proporção tão tamanha que se tornou seguramente o maior evento religioso de Valença. Participar e, na medida do possível contribuir, era quase um dever, prazerosamente cumprido por D. Leonor:

“Saía da fábrica às quatro e meia, quando trabalhava de noite, a Companhia me cedia do tempo da festa viu? Cansei de ir toda tarde na igreja, eu e Dina e outra mais, pra varrer, pra sacudir, pra mudar

as flore que tava fedeno no jarro, mudar aquelas flore toda, pra depois vim pra casa, tomar banho, jantar e voltar pra novena. Tudo isso eu alcancei, isso tudo e agüentei a luta.”

Dessa forma, pode-se dizer que também fora do ambiente fabril as operárias valencianas travavam um enfrentamento cotidiano com dificuldades, estreitamente vinculadas à sua condição de operárias. Mas também construíram possibilidades outras de sobrevivência, interagindo com a sua realidade e criando em seu interior alternativas de conciliação, de lazer, de participação, construindo de forma efetiva a história da Companhia e da cidade industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de uma fábrica têxtil em Valença possibilitou, desde o século XIX e por mais da metade do século XX, a construção de uma configuração econômica e social bastante peculiar da cidade. Consolidou-se, ao longo do tempo, a idéia de que a Companhia Valença Industrial era a principal fonte empregadora e a razão do progresso local, sendo esta visão recorrente nos periódicos que circulavam na cidade entre as décadas de 1950-1970 e nos depoimentos de operários e operárias entrevistados. Somente nos anos 80 esta idéia perdeu a vitalidade, pois neste período a fábrica entrou em crise – em que muitos trabalhadores foram penalizados com a redução de pessoal –, chegando a interromper suas atividades na década subsequente.

Apesar da pluralidade econômica de Valença, fortemente vinculada a atividade agrícola, extração de madeira e pesca, foi a atividade industrial que deu nome à cidade, historicamente conhecida como a “Industrial Cidade de Valença”. Também foi a indústria têxtil ali instalada que se responsabilizou, durante muito tempo, pelo abastecimento de energia elétrica e de água para a população valenciana.

A fábrica delineou uma imagem de cidade com características muito próprias, que estão presentes nas lembranças dos(a) entrevistados de maneira recorrente: as idas e vindas de operários e operárias pelas ruas, o apito da fábrica – que acabou por tornar-se uma referência temporal não só para a troca de turnos no trabalho fabril, mas para a população em geral, que se orientava pelo soar do apito em suas atividades cotidianas –, a ponte que corta o rio Una com sua estrutura elevadiça para a travessia das embarcações da Companhia, a visão da fábrica como a alternativa mais promissora de emprego, todos estes elementos revelam a relação estreita que se estabeleceu entre a C.V.I. e a população valenciana, contribuindo para a compreensão de aspectos muito particulares da história e da cultura da cidade.

As marcas históricas encontradas nas lembranças dos trabalhadores têxteis permitem vislumbrar a importância da fábrica como palco do exercício profissional desses sujeitos e, principalmente, como cenário onde se teceram

relações sociais que mesclaram exploração e resistência, conflitos e cumplicidades, submissão e enfrentamentos, disputas e afetividades.

Os relatos evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, pressionados pela exigência da produtividade, vigiados continuamente por superiores, com uma remuneração que nem sempre atendia às suas necessidades, expostos aos acidentes de trabalho; mas também descortinaram atitudes de rebeldia e indignação, gestos de solidariedade, partilha de alimento e de experiência técnica, cumplicidades entre colegas no caso de falhas cometidas no exercício da função, laços e amizade e apadrinhamento cuja origem fora o coleguismo no chão da fábrica.

Entre os sujeitos desse emaranhado de relações, destacou-se a presença de mulheres trabalhadoras, que dentro e fora do ambiente fabril, administraram sua condição de operárias e de mulheres, inseridas em um conjunto de atribuições, funções e papéis supostamente femininos, definidos por uma ideologia masculinizante que predomina em nossa sociedade, pautada pela desigualdade de poder entre homens e mulheres.

A desigualdade entre gêneros tornou-se patente no interior da fábrica através da distribuição de homens e mulheres nas diversas funções, reproduzindo uma estrutura social em que os homens assumiam de forma exclusiva os cargos de chefia e administração e as mulheres ocupavam posições menos valorizadas e que exigiam, em sua maioria, as habilidades tidas como naturalmente femininas.

Fiar e tecer eram funções eminentemente femininas por sua exigência de habilidade manual e de atenção a detalhes, por seu caráter repetitivo e subalterno. Também no ambiente doméstico, a definição social de papéis femininos e masculinos estabelece diferenças entre gêneros que podem ser compreendidas como desigualdades, uma vez que as tarefas da esfera doméstica são, em sua maioria, identificadas como função da mulher. Às operárias da Companhia Valença Industrial impunha-se uma reorganização do tempo, de modo a conciliar o trabalho fabril e o doméstico, circunscrevendo-as no que se convencionou chamar de “dupla jornada de trabalho”.

Entretanto, esta desigualdade não pode ser compreendida como algo perene, uma vez que, na cotidianidade das relações travadas entre sujeitos

femininos e masculinos, a pretensa submissão feminina nem sempre se efetivava. Em situações diversas, as mulheres em estudo – operárias e donas de casa – reelaboraram os termos das relações de gênero, utilizando, de forma aberta ou sutil, “poderes” que relativizavam a aparente hegemonia masculina. As atitudes femininas que questionavam a hierarquia de gênero estabelecida denotam não apenas estratégias de resistência, mas a reconstrução constante das relações travadas no cotidiano fabril e doméstico, nos quais estas mulheres foram sujeitos, responsáveis pela tessitura de tais relações.

Assim, este trabalho procurou explicitar aspectos da vida dessas mulheres nos âmbitos doméstico e fabril, enquanto sujeitos que atuaram no sentido de extrapolar os limites da submissão, da exploração e dominação e que, nos diversos contextos sociais em que se inseriram, produziram, trabalharam, criaram, resistiram, festejaram, enfim, vivenciaram experiências que, analisadas em seu caráter coletivo, permitiram reconhecê-las como agentes históricos que imprimiram sua marca na história da cidade de Valença.

Ingressar na fábrica, em muitos casos ainda crianças, contribuir financeiramente com o orçamento doméstico, enfrentar a rotina do trabalho, marcado pela exigência da alta produtividade como requisito para melhorar um pouco o irrisório salário, “levar com jeito” a vigilância dos superiores hierárquicos, tomar parte nos momentos de reivindicações, organizar e participar de festividades que quebravam momentaneamente a rotina do cotidiano fabril – todas essas experiências marcaram significativamente a vida das operárias e operários, estabelecendo os marcos de um tempo alegre e dinâmico, embora entremeado de dificuldades.

O modo de ser e de viver dessas operárias, expressos em suas falas, são reveladores de valores identitários da própria população valenciana que, a despeito da prática de outras atividades econômicas além da industrial, inseriu no seu modo de viver novos contornos e uma dinâmica absolutamente peculiar a partir e em torno da fábrica.

Longe de pretender esgotar as discussões acerca do tema, nosso trabalho tem, antes, a intenção de suscitar outras tantas questões, outras tantas leituras que possibilitem o resgate de sujeitos históricos e de culturas que só recente e paulatinamente vem sendo retirados dos bastidores da

história, e assim contribuir para o reconhecimento da identidade de um povo, do qual mulheres operárias, funcionárias da Companhia Valença Industrial fizeram e fazem parte, cujas histórias de vida marcaram, com seus valores e cultura, a história da sociedade valenciana.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.
- ALCÁZAR I GARRIDO, Joan del. “As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate”. *Revista Brasileira de História*, vol. 13, nº 25/6. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 92/ago. 93.
- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- AZEVEDO, Thales de & LINS, Edilberto Quintela Vieira. *História do Banco da Bahia, 1858-1958*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympia Editora, 1969.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo: Ática, 1978.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRUSCHINI, Cristina e PINTO, Céli Regina (orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC/Ed. 44, 2001.
- BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CALDEIRA, Teresa. “Memória e Relato: a escuta do outro” In: *Revista do Arquivo Municipal Memória e Ação Cultural*. São Paulo, nº 200.
- CALMON, Francisco Marques de Góes. “Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial da Bahia, de 1823 a 1900”. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Edição especial do Centenário. Bahia: 1923.
- CAMPOS, João da Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion E VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.
- CHALOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. “As donas no poder: Mulher e Política na Bahia”. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM-UFBA. *Coleção Bahianas*, nº 2, 1998.

- CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Tese de doutorado. UNICAMP, 2004.
- DECCA, Edgard Salvadori de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Cotidiano de trabalhadores na República – São Paulo 1889-1940*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DOSSE, François. *História em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: Ensaio, 1992.
- FENELON, Déa Ribeiro. “O Historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?” In: *História e Perspectiva: Revista do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia*, nº 6, Jan-Jun/1992.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1993.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 11 ed., São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.
- GALVÃO, Araken Vaz. *Valença: memória de uma cidade*. Valença: UNEB/Prefeitura Municipal de Valença, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O Cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIMA, Joaquim Manoel Rodrigues. (org.). *Memória sobre o estado da Bahia*. Salvador: [s.n.], 1893.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero/UNB/CNPQ, 1988.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. “Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar”. In: *Revista de história oral*. Rio de Janeiro: v. 8, p. 61-76, 2006.
- MATOS, Maria Izilda. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea.” *Cadernos Pagu*, nº 1, Campinas: 1998
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.
- OLIVEIRA, Nelson. Notas sobre a recente expansão industrial na Bahia. *Cadernos do CEAS*, nº 112. Nov/Dez, 1987.
- OLIVEIRA, Waldir Freitas de. *A Industrial Cidade de Valença: Um surto de industrialização na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, 1985.

- PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia & MACEDO, Márcia (orgs). *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado da história oral: A Pesquisa como Experimento em Igualdade” In: *Projeto História*. São Paulo: nº 14, Fev, 1997.
- PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PROJETO HISTÓRIA: *Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº 12, Diálogos com E.P. Thompson*. São Paulo: 1995.
- _____: _____, nº 14, *Cultura e Representação*. São Paulo: 1997.
- _____: _____, nº 16, *Trabalho e Cultura*. São Paulo: 1998.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org.). *Trabalho e gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000.
- RODRIGUES, Otávio. *Teoria de desenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Florense-Universitária, 1981.
- SAMPAIO, José Luiz Pamponet (coord). *A inserção da Bahia na evolução nacional (1850-1889) – Atividades Produtivas, vol 2*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978.
- SANTANA, Charles D’Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950-1980*. São Paulo: Annablume, 1998.
- _____. *Lugares e memória de luzes na Cidade de Salvador*. Anais do Encontro de História Oral do Nordeste. Salvador: 2000.
- SANTOS, Mariléia Oliveira. A “*cidade do bem*”: uma escola de disciplina. Extraído do site www.anpuh.uepg.br, em outubro de 2006.
- SARDENBERG, Cecília et al. *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: 1991.
- SÉRIE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – 16. Diagnóstico de Municípios. Tabuleiros de Valença. Salvador: agosto de 1995.
- SILVA, Marcos A. da. (coord). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SILVA FILHO, Basílio Machado da. *Notas geográficas sobre a cidade de Valença*. Valença-Bahia: Tipografia Tupy, 1958.
- SINGER, Paul. *A formação da classe operária no Brasil*. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1988.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- SULLEROT, Evelyne. *A mulher no trabalho*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Formação da classe operária inglesa (03 volumes)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Paul. *A Voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TILLY, Louise A. “Gênero, história das mulheres e história social”. *Cadernos Pagu*, nº 3, Campinas: 1994.

VANNUCHI, Maria Lúcia. *Gênero, trabalho e subjetividade na produção calçadista de Franca*. Extraído do site www.fazendogenero7.ufsc.br, em outubro de 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário de Araújo & KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1990.

FONTES

“... esses documentos são raros, porque as mulheres foram, sobretudo as que trabalham, os personagens secundários da história e, não estando no poder, deixaram poucos vestígios de suas proações”.²⁰⁰

Fontes Orais

- a) Adalzuíta Almeida (D. Naninha). Nascida em 24/10/1926. Ex-operária, residente em Valença. Admitida aos 19 anos de idade na C.V.I.. Aposentou-se após 30 anos e 02 meses de serviço. Funções: Encruzadeira e embaladeira. Entrevistada em 2000.
- b) Aída Santos Barbosa. Nascida em 24/08/1927. Ex-operária da C.V.I., residente em Valença. Admitida aos 12 anos de idade. Aposentou-se após 32 anos de serviço. Função: Tecedeira. Entrevistada em 1999.
- c) América da Conceição. Nascida em 15/11/1924. Ex-operária residente em Valença. Admitida em 1939, e aposentada em 1972. Função: liçadeira. Entrevistada em 2006.
- d) Beatriz Silva Sousa, 70 anos de idade. Ex-operária, residente em Valença. Admitida na C.V.I. em 1945, e aposentada em 1975. Função: espuladeira. Entrevistada em 1999.
- e) Benedita do Rosário. Nascida em 27/06/1915. Ex-operária da C.V.I., residente em Valença. Admitida com cerca de 13 anos de idade. Aposentou-se após 32 anos de serviço. Função: Tecedeira. Entrevistada em 1999.

²⁰⁰ SULLEROT, Evelyne. A mulher no trabalho. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970. p. 12.

- f) Claudionor Gomes de Sousa, 73 anos de idade. Ex-operário residente em Valença. Entrevista concedida a Mariângela Sousa Ramos, concluinte de graduação em História em 1998 (UNEB-CAMPUS V).²⁰¹
- g) Dalza Sarmiento Ribeiro, 63 anos de idade. Ex-operária, residente em Valença. Entrevistada em 1998. Entrevista concedida a Mariângela Sousa Ramos, concluinte de graduação em História em 1998 (UNEB-CAMPUS V).
- h) Eulina Maria do Desterro. 73 anos de idade. Ex-operária residente em Valença. Admitida em 1940, e aposentada em 1972. Função: espuladeira. Entrevistada em 1999.
- i) Gerci Januário da Costa. 75 anos de idade. Ex-operário residente em Valença. Admitido em 1946, e aposentado em 1982. Funções: fiandeiro e tecelão. Entrevistado em 2001.
- j) Júlia Brasília Conceição. 80 anos de idade. Ex-operária residente em Valença. Entrevistada em 1999. Entrevista concedida a Mariângela Sousa Ramos, concluinte de graduação em História em 1998 (UNEB-CAMPUS V).
- k) Julieta Pereira Santos. 86 anos de idade. Ex-operária residente em Valença. Entrevistada em 1999. Entrevista concedida a Mariângela Sousa Ramos, concluinte de graduação em História em 1998 (UNEB-CAMPUS V).
- l) Leonor Gomes Negrão. 80 anos de idade. Ex-operária residente em Valença. Entrevistada em 1999. Entrevista concedida a Mariângela Sousa Ramos, concluinte de graduação em História em 1998 (UNEB-CAMPUS V).
- m) Maria Almeida Baião. Nascida em 07/07/1915. Ex-operária da C.V.I. residia em Valença. Admitida aos 12 anos de idade. Aposentou-se após 35anos e 64 dias de serviço. Função: Tecedeira. Entrevistada em 1999.²⁰²
- n) Maria Celidalva (D. Dalva). Nascida em 31/05/1925. Ex-operária da C.V.I., residia em Valença. Admitida em 1938. Aposentou-se após 31 anos e 4 meses de trabalho. Função: Tecedeira. Entrevistada em 2000.²⁰³
- o) Maria dos Anjos Ramos. 69 anos de idade. Ex-operária da C.V.I., residente em Valença. Entrevista concedida a Mariângela Sousa Ramos, concluinte de graduação em História em 1998 (UNEB-CAMPUS V).

²⁰¹ Vale ressaltar que tive acesso a todas as fitas cassete que guardam as entrevistas concedidas a Mariângela Sousa Ramos, emprestadas a mim gentilmente, oportunizando-me ouvir, transcrever, interpretar e estabelecer critérios pessoais de uso das informações nelas contidas.

²⁰² D. Mariinha faleceu em agosto de 2005.

²⁰³ D. Dalva faleceu em 15 de junho de 2003.

p) Nelson Augusto Palma, 83 anos de idade. Ex-operário residente em Valença. Admitido em 1924, aposentou-se em 1970. Assumiu a função de contramestre em 1970, afastando-se definitivamente em 1973. Funções: torneiro mecânico e contramestre. Entrevistado em 1999.

q) Rita Reis Vidal. Nascida em 07/07/1946. Ex-operária da C.V.I., residente em Valença. Admitida em 31/01/1974. Trabalhou por 12 anos. Foi demitida em 1986. Função: costureira, tendo trabalhado, eventualmente, também como embaladeira. Entrevistada em 1999.

r) Sabino Gomes Santos. 76 anos de idade. Ex-operário, residente em Valença. Admitido em 1941, e aposentado em 1961. Funções: tecelão e contramestre. Entrevistado em 2001.

s) Vitalina Oliveira de Sousa, 71 anos de idade. Ex-operária, residente em Valença. Admitida em 1945, e aposentou-se em 1975. Função: tecelã. Entrevistada em 1999.

t) Zélia Pereira Paixão. 84 anos de idade. Ex-operária residente em Valença. Admitida em 1947, e aposentou-se em 1967. Função: tecelã. Entrevistada em 1999.

Fontes Primárias Escritas:

ARQUIVO DA COMPANHIA VALENÇA INDUSTRIAL

- Registro de Empregados e Operários (1950-1989)
- Atas das Assembléias Gerais (1899-1918 / 1919-1941 / 1942-1966 / 1967-1984)
- Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal (1903, 1904, 1910-12, 1915, 1918-1983)
- Estatuto Social da Companhia Valença Industrial (1977)

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

- Registros das Companhias e Sociedades Comerciais da Secretaria do Tribunal de Comércio da Província da Bahia
- Cartas do engenheiro João Monteiro Carson

- Inventário de Antônio Francisco de Lacerda (proprietário)
- Inventário de Bernardino de Sena Madureira (proprietário)
- Atas da Câmara Municipal de Valença

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

- Censos do IBGE (décadas de 1950-80)

ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA

- Jornal Correio do Interior – junho-julho/1978
- Jornal Tribuna Litorânea – agosto/1976.
- Jornal Tribuna Litorânea – 15/11/1977.
- Jornal O Município – 11/06/1938
- Jornal Correio Valenciano – 16/03/1935
- Jornal O Commercio – 23/03/1935

BIBLIOTECA CENTRAL DA BAHIA

- Jornal do Estado da Bahia – 13/04/1950

CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

- Livro de Atas da Câmara Municipal de Valença – Setembro de 1887 a Maio de 1892.
- Revista dos Municípios, 1924.
- Jornal O Cacaucultor – outubro/1971.
- Jornal A Tarde – 27/04/1964.
- Boletim Mensal nº 5 do Rotary Clube de Valença – 1965.
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano X, nº 294 – 27/10/1973.
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano IV – Nova fase, nº 38 – 27/04/1971
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano IV – Nova fase, nº 36 – 13/04/1968.
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano III – 12/11/1966.
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano III – Nova fase, nº 9 – 30/09/1967
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano IV – Nova fase, nº154 – 10/11/1970.
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano X – Nova fase, nº 287 – 01/09/1973.
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano IV – Nova fase, nº 57 – 27/09/1968.
- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano IV – Nova fase, nº 36 – 13/04/1968.

- Jornal Folha da Cidade – Valença, Ano IV – Nova fase, nº 54 – 31/08/1968.
- Jornal O Manacá – Valença – Ano IV, nº 90 – 31/03/1979.
- Jornal O Manacá – Valença – Ano II, nº 48 – 18/06/1977.
- Jornal O Manacá – Valença – Ano III, nº 74 – 29/05/1978.
- Jornal A Semana – Valença – Ano IX, nº 427 – 15/12/1956.
- Jornal A Semana – Valença – Ano V, nº 245 – 28/03/1953.
- Jornal de Valença – Segundo ano – 16/05/1964.
- Jornal de Valença – Ano I, nº 50 – 25/01/1964.

Fontes Bibliográficas:

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, XX volume, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

IPAC-BA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, vol. V. Monumentos e Sítios do Litoral Sul. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1988.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Industrial Cidade de Valença (Um surto de industrialização na Bahia do século XIX)*. Salvador: UFBA, 1985.

ANEXO

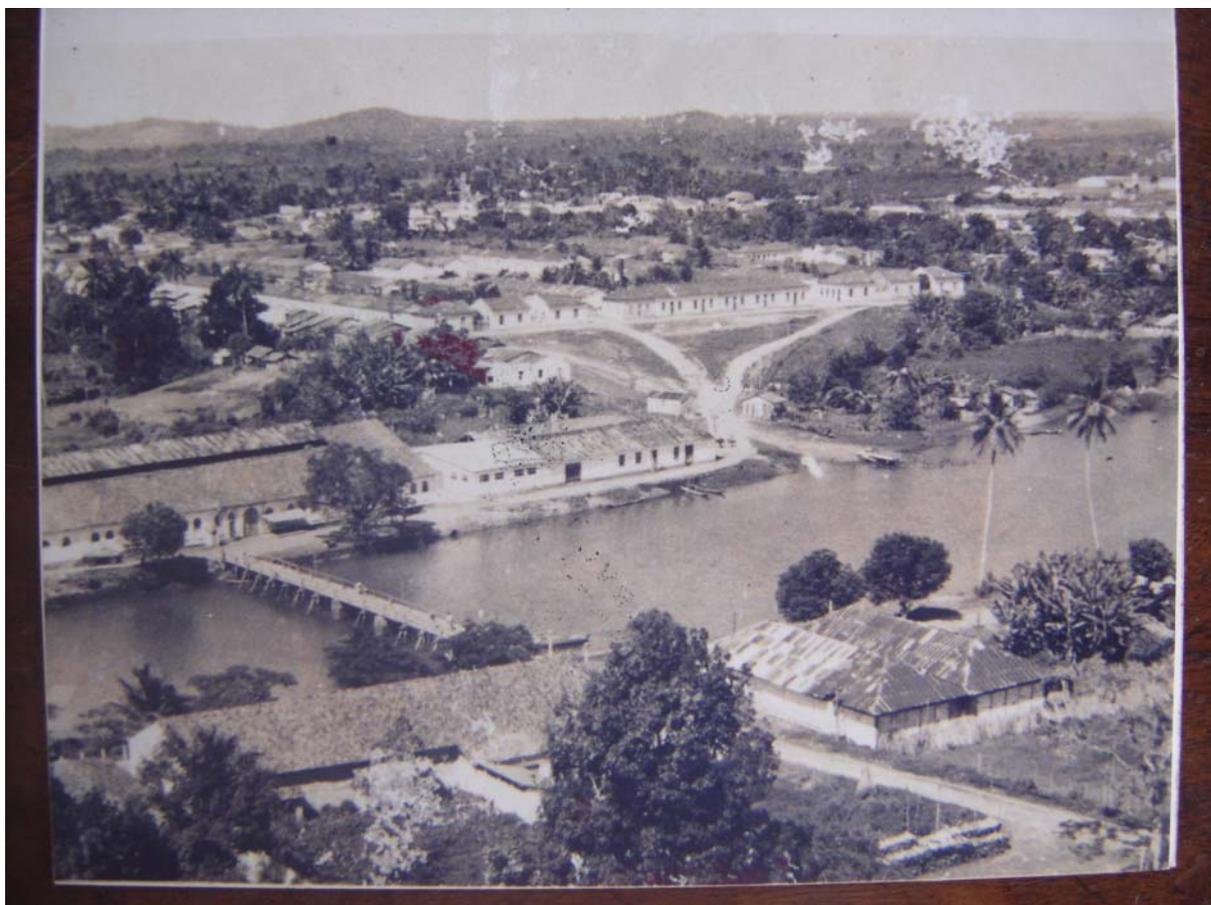
FOTOGRAFIAS

a) Festa da lavagem do Amparo, no adro da Igreja do Amparo com a Vila Operária em segundo plano. 1964.



Fonte: Acervo particular do senhor Corinto Menezes.

b) Vista da Vila Operária, do Rio Una e da ponte de acesso à Companhia Valença Industrial.



Fonte: Câmara Municipal de Valença

c) Ponte General Inocêncio Galvão, com estrutura elevadiça para a travessia das embarcações da C.V.I.



Fonte: Câmara Municipal de Valença